

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Revista Querubim

Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

Edição 48
Ano 18

Volume 06
Ciências Sociais

Aroldo Magno de Oliveira
(Org./Ed.)

2022

2022

2022

2022

Niterói – RJ

Revista Querubim 2022 – Ano 18 nº48 – vol. 6 – Ciências Sociais – 70p. (outubro – 2022)
Rio de Janeiro: Querubim, 2022 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais Periódicos.
I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor
Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki
Bruno Gomes Pereira
Elanir França Carvalho
Enéias Farias Tavares
Francilane Eulália de Souza
Guilherme Wyllie
Hugo de Carvalho Sobrinho
Hugo Norberto Krug
Janete Silva dos Santos
João Carlos de Carvalho
José Carlos de Freitas
Jussara Bittencourt de Sá
Luciana Marino Nascimento
Luiza Helena Oliveira da Silva
Mayara Ferreira de Farias
Pedro Alberice da Rocha
Regina Célia Padovan
Ruth Luz dos Santos Silva
Shirley Gomes de Souza Carreira
Vânia do Carmo Nóbile
Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

01	Louise de Lira Roedel Botelho et al – As políticas públicas para mulheres: debates sobre o feminicídio durante a covid-19	04
02	Paulo Vitor Souza Pinto – As alterações do conceito de educação de base para o movimento de educação de base em 1967 a 1971: uma análise ceartauniana	11
03	Paulo Vitor de Souza Pinto – As alterações políticas da igreja católica entre 1967 e 1971	24
04	Riquelle Aparecida da Silva e Cíntia Souza da Luz – Mulher negra raça e gênero: O feminismo negro como forma do direito a igualdade na educação	43
05	Sandro Schneider – A mulher e a busca incessante da condição de agente	47
06	Thiago Luiz Sartori – Relações entre políticas públicas e a lógica do pensamento abissal: subversões ideológicas em uma modernidade fulgás	55
07	Wenas Silva Santos – Território, territorialidade e relações de poder, na abordagem da participação social prevista na Constituição Federal de 1988	63

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: DEBATES SOBRE O FEMINICÍDIO DURANTE A COVID-19¹

Louise de Lira Roedel Botelho²

Paola Vogt³

Jaíne Cristiane Wentroba⁴

Resumo

Este trabalho busca trazer à tona o debate sobre a eficácia das políticas públicas para mulheres, tangenciando dados sobre feminicídio no Estado do Rio Grande do Sul, durante a pandemia da COVID-19. Utilizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, com o uso da revisão bibliográfica e dados secundários. Verificou-se o quanto a pandemia afetou os casos de feminicídio no RS e o número de denúncias de violência contra a mulher. Espera-se que este trabalho, auxilie nas pesquisas sobre feminicídio e possibilite o início de um debate para compreender até que ponto as políticas públicas para mulheres são efetivas.

Palavras-Chave: Feminicídio; Políticas Públicas; Covid-19.

Abstract

This work seeks to bring to light the debate on the effectiveness of public policies for women, touching on data on femicide in the State of Rio Grande do Sul, during the COVID-19 pandemic. A descriptive research was used, with a qualitative and quantitative approach, using the literature review and secondary data. It was verified how much the pandemic affected the cases of femicide in RS and the number of reports of violence against women. It is hoped that this work will help in research on femicide and enable the beginning of a debate to understand to what extent public policies for women are effective.

Keywords: Femicide; Public policy; Covid-19.

Introdução

Embora haja na sociedade atual um debate constante sobre os direitos para as mulheres desencadeado pela implantação de políticas públicas, ainda existe fortemente no âmbito sociocultural desigualdades em relação ao gênero feminino. A própria história narra essas diferenças entre os gêneros, permitindo ao longo dos tempos a construção de identidades próprias para homens e mulheres. Essas identidades que são construídas paulatinamente, vêm demonstrando uma lacuna no tocante às regras e leis que são estabelecidas, de modo a garantir na sociedade uma convivência harmoniosa entre todos. Só que na prática, essa finalidade de convivência harmoniosa muitas vezes não se faz efetiva.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) e apresentado no 1º Seminário de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Políticas Públicas da UNIPAMPA e publicado nos anais do mesmo.

² Pós-Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Prof.^a Titular do Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Cerro Largo/RS. Prof.^a Colaboradora do Programa Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC).

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo/RS. Bolsista da CAPES/DS.

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo/RS. Bolsista da CAPES/DS.

A história da sociedade é uma história feita por homens e para homens, muitas foram as formas de violação dos direitos do gênero feminino, os quais acabaram sendo incorporados aos direitos humanos, as mulheres que por muitas vezes foram silenciadas de contextos importantes, estando ausentes nos debates históricos, políticos, econômicos e sociais (SOIHET; PEDRO, 2007), iniciaram com suas lutas e conquistas uma trajetória de permanência em seus direitos. No que se refere às lutas das mulheres por seus direitos, destacam-se ainda quatro importantes momentos (BUSTORFF, 2010). O primeiro refere-se à luta pelo direito à educação (Séc. XIX); o segundo, à luta pelo acesso ao ensino superior e pelo direito ao voto; o terceiro continua sendo pelo direito ao voto (conquistado em 1932, no Brasil) e a luta pela cidadania feminina (Séc. XX); e o quarto momento diz respeito à reflexão sobre a exploração sexual, o trabalho de mulheres, a luta pelo direito ao poder sobre o próprio corpo e a igualdade de direitos (Constituição de 1988) (BUSTORFF, 2010).

De acordo com a definição da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), a violência contra a mulher é tida como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher (OEA, 1994). Compreende atos praticados em ambiente público ou privado e em diversos contextos do cotidiano, porém, é no ambiente doméstico que, fundamentalmente, ela ocorre (MADUREIRA, 2014).

Neste sentido, o termo feminicídio foi utilizado pela primeira vez em sessões do Primeiro Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, em Bruxelas, na Bélgica, em 1976 (SUNDE; SUNDE; ESTEVES, 2021). É o assassinato de mulheres cometido em razão do gênero, ou seja, quando a vítima é morta por ser mulher. É um crime de ódio baseado no gênero que vem se registrando durante muito tempo cujos praticantes, em sua maioria, são ex-companheiros ou os atuais esposos das vítimas (LEITE, 2020).

Houve em 2020 uma situação mundial que corroborou para o agravamento do feminicídio no Brasil: a pandemia da COVID-19. Diante da mesma, o isolamento social passou a ser uma medida paliativa para deter o avanço do vírus. Desta forma, as famílias brasileiras viram-se isoladas dentro de suas casas. Para as mulheres que já estavam em situação de risco, a coabitação dos agressores junto às vítimas, desencadeou no aumento dos casos de violência doméstica e feminicídio.

Este trabalho busca trazer à tona o debate sobre a eficácia das políticas públicas para mulheres, tangenciando dados sobre feminicídio no Estado do Rio Grande do Sul, durante a pandemia da COVID-19. Para tanto, utilizou-se de uma pesquisa descritiva e com abordagem mista, qualitativa e quantitativa, com o uso da metodologia de revisão bibliográfica e de dados secundários para trazer à tona o debate sobre os dados sobre feminicídio no período supracitado. Considerou-se os anos de 2018 e 2019 como período anterior a pandemia e os anos de 2020 e 2021 como período pandêmico.

Tipos e características de violência doméstica

A violência praticada contra mulheres é conhecida como violência de gênero, pois se relaciona à condição de subordinação da mulher na sociedade, que constitui na razão implícita do número estarrecedor de casos de agressões físicas, sexuais, psicológicas, morais e econômicas (patrimoniais), perpetrados em desfavor de mulheres, revelando a incontestável desigualdade de poder entre homens e mulheres, sobretudo nas relações domésticas (FEDERAL, 2005).

A Lei nº 11.340/2006 (2006, sem paginação) define cinco formas de violência doméstica e familiar, sendo elas:

Violência física: ações que ofendam a integridade ou a saúde do corpo como bater ou espancar, empurrar, atirar objetos na direção da mulher, sacudir, chutar, apertar, queimar, cortar ou ferir; Violência psicológica: ações que causam danos

emocionais e diminuição da autoestima, ou que vise degradar ou a controlar seus comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir, ou qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; **Violência sexual**: ações que forcem a mulher a fazer, manter ou presenciar ato sexual sem que ela queira, por meio de força, ameaça ou constrangimento físico ou moral; **Violência patrimonial**: ações que envolvam a retirada de dinheiro conquistado pela mulher com seu próprio trabalho, assim como destruir qualquer patrimônio, bem pessoal ou instrumento profissional; **Violência moral**: ações que desonram a mulher diante da sociedade com mentiras ou ofensas. É também acusá-la publicamente de ter praticado crime. São exemplos: xingar diante dos amigos, acusar de algo que não fez e falar coisas que não são verdadeiras sobre ela para os outros.

Em suma, a violência pode se dar no espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas (âmbito da unidade doméstica), ou na comunidade formada por indivíduos que são ou que se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa (âmbito da família) ou ainda em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Vale ressaltar ainda, que essas relações pessoais mencionadas acima independem de orientação sexual (BRASIL, 2006).

Ainda, mulheres sozinhas, mães solteiras, imigrantes, jovens trabalhadoras, são as maiores vítimas dessas violências, não por serem mais vulneráveis que as demais, mas porque são a personificação das mudanças que vêm ocorrendo na sociedade culturalmente patriarcal. Ser homem, inserido na cultura patriarcal, significa possuir, dominar, delimitar território e ter controle sobre ele, e dentro deste contexto o corpo da mulher é mais um objeto que pertence ao homem e deve ser controlado. Visto isso, a independência financeira e emocional das mulheres, a partir do final do século XX e início do século XXI, simbolizam essas mudanças sociais, a perda de controle e dominação masculina e, por consequência, da ideia socialmente construída de masculinidade (GAYÓ, 2010).

Políticas públicas para mulheres

A definição sobre políticas públicas é ampla, e dessa forma não existe uma única definição para a mesma (SOUZA, 2006). Para Teixeira (2002, p. 2):

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

No mesmo sentido, Dias e Matos (2012, p. 12) conceituam políticas públicas como “ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria da qualidade de vida compatível com a dignidade humana”. Nesse contexto, “as políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis” (TEIXEIRA, 2002, p. 3). Dias e Matos (2012) complementam que as ações devem ser planejadas e organizadas após a observação dos interesses e das demandas da sociedade.

Diante disso, destaca-se a importância de alguns marcos legais no combate à violência contra a mulher no Brasil. Um deles foi a “Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres”,

que foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993. Nessa declaração foi exposta a preocupação com “o fato de a violência contra as mulheres constituir um obstáculo, não só à realização da igualdade, do desenvolvimento e da paz, [...] mas também à plena aplicação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres” (NAÇÕES UNIDAS, 1993, p. 1).

Em 2003, o governo brasileiro deu uma importância maior ao assunto e criou Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), a qual possuía o objetivo de “promover a igualdade entre gêneros e combater todas as formas de violência, preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente” (BRASIL, 2019, sem paginação).

A partir de 2003, as políticas públicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres são ampliadas e passam a incluir ações integradas, como: criação de normas e padrões de atendimento, aperfeiçoamento da legislação, incentivo à constituição de redes de serviços, o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência e ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública. Esta ampliação é retratada em diferentes documentos e leis publicados neste período, a exemplo dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha, a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação de Violência, as Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, Norma Técnica do Centro de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Norma Técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, entre outros (BRASIL, 2011, p. 7-8).

Outro marco legal e de grande relevância para o combate à violência contra as mulheres, talvez o mais importante até hoje, foi a Lei nº. 11.340/2006, mais conhecida como “Lei Maria da Penha”.

Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio

A Lei nº 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, foi um marco importante na história, principalmente em favor da violência doméstica e familiar contra a mulher brasileira. É importante destacar quem foi Maria da Penha e o porquê desta Lei. Maria da Penha era uma professora universitária de classe média, que também era casada com um professor universitário, o qual foi autor do caso de violência doméstica contra Maria da Penha, a sua primeira violência foi em 1983, por duas vezes, do seu marido, que tentou assassiná-la, a primeira vez com um tiro, que a deixou paraplégica, onde o próprio marido atirou nela dizendo que foi um assalto, pois na época do acontecido Maria estava dormindo e não se lembrava de muita coisa que aconteceu. A segunda tentativa foi por eletrocussão e afogamento. Temendo a sua morte, Maria foi buscar ajuda internacional. A punição pela Justiça só veio vinte anos depois, por interferência de organismos internacionais. Maria da Penha transformou dor em luta, tragédia em solidariedade, merecendo a homenagem levando o nome à lei que é, sem dúvida, um microssistema de proteção à família e à mulher (DUMARESQ, 2016).

Segundo Costa, Silva e Oliveira (2014), a referida lei tem o objetivo de amparar as vítimas que sofreram violência doméstica, pois o magistrado de violência doméstica e familiar tem competência para versar sobre casos que envolvam a família, como separação, pensão, guarda dos filhos. Já a referida Lei nº 13.104/15, que é a Lei do Feminicídio, trata especificamente sobre o homicídio ocorrido contra a vida da mulher, na qual é decorrência de discriminação de gênero, que pode ser motivado ou concomitante com violência doméstica ou ocorre acompanhado dela, sendo praticado pelo cônjuge, parceiro ou qualquer outro familiar por parte de parceiros e ex-parceiro, a Lei do Feminicídio introduz uma nova seção qualificadora dos homicídios simples, o que torna a pena ainda maior, colocando assim o feminicídio como um crime hediondo (PORFÍRIO, 2021).

É importante ressaltar que, antes da promulgação da lei, no Brasil, por exemplo, crimes “passionais” eram amenizados judicialmente, em casos de suspeita de adultério era aceito legalmente que o homem matasse sua esposa e seu amante, é importante ressaltar que só era caracterizado adultério quando era a mulher a adúltera, caso contrário o ato era considerado apenas como uma união conjugal não oficializada legalmente. Ou seja, o Estado, por vias legais, tolerava a violência doméstica, o que fortalecia a hierarquia entre os gêneros, já que os autores de tais crimes ficavam impunes. Nessa época, a violência doméstica e familiar contra a mulher era tratada como crime de menor potencial ofensivo e enquadrada na Lei nº 9.099/1995. Na prática, isso significava que a violência de gênero era banalizada e as penas geralmente se reduziam ao pagamento de cestas básicas ou trabalhos comunitários. Em outras palavras, não havia dispositivo legal para punir com mais rigor, o homem autor de violência.

Atualmente, em que pese a lei visa extinguir justamente isso, faz-se pertinente referir que ainda vigorava atualmente a ideologia patriarcal presente na sociedade tem influenciado as investigações dos crimes de Femicídio, refletida nos discursos dos advogados, testemunhas, policiais, membros do Ministério Público (SANTOS, 2014).

Análise dos dados referentes ao feminicídio no estado do Rio Grande do Sul - antes e durante o período pandêmico

A covid-19 provocou inúmeras outras crises além da sanitária, a destacar o crescimento de violência contra a mulher, principalmente contra a vida dela, feminicídio Com o isolamento houve muitos pedidos de ajuda e medidas protetivas, esse fenômeno não é exclusivamente brasileiro e, a nível internacional, os dados nos mostra que durante a pandemia 1 em cada 4 mulheres brasileira (24,4%) acima de 16 anos afirmam ter sofrido algum tipo de violência ou agressão durante o período pandêmico (FBSP, 2021). O Brasil teve um aumento de 7,3% nos casos de feminicídio em 2019 em comparação com 2018, ano antes do período pandêmico, o que nos mostra que os registros já vinham aumentando (VELASCO; CAESAR; REIS, 2020)

Porém o que se destaca neste trabalho é o Estado do Rio Grande do Sul, o registro da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul nos mostra que durante o ano de 2018 houve 16 casos de feminicídio consumando no RS contra a vida da mulher e 22 casos de tentativas, porém quando comparado com o ano de 2019, teve um aumento muito grande, considerando que foram 97 casos de feminicídio consumado e 359 casos de tentados. No período pandêmico, dado o início de 2020, houve uma queda de 80 casos de homicídio consumado e 317 feminicídio de tentativas, sendo que 82% das vítimas nunca registraram ocorrência contra o agressor, sendo que 38% dos feminicídios foram praticados com uso de arma de fogo e 34% praticados com uso de arma branca, já no ano de 2021 os dados nos mostram que houve um aumento, sendo que ocorreram 96 casos de feminicídio consumado e 259 tentativas de feminicídio, e dessas 60% das vítimas também não possuíam registro de ocorrência contra o agressor e 83% dos feminicídios consumados forma íntimos (SSP, 2022).

Podemos observar, portanto, que no período antes da pandemia os casos vinham acontecendo e tinham uma significância de aumento durante o ano de 2019. No ano de 2020 teve uma diminuição de registros de casos de feminicídio, mas vale ressaltar também que foi o ano do início da pandemia, mulheres tiveram que ficar em casa em confinamento com seus parceiros, acarretando assim a dificuldade de denunciar casos de agressão e casos de urgência e em situação de vulnerabilidade (FBSP, 2020).

O governo começou a fazer campanhas para ajudar nas denúncias, o que fez com que aumentasse os casos de registro no ano de 2021, porém mesmo assim os feminicídios não foram evitados. Salienta-se que, dos 497 municípios gaúchos apenas 23 possuem Centro de Referência da Mulher e 13 têm casas de abrigo, e diante desse baixo número de municípios do RS que contam com atendimento especializado às vítimas de violência doméstica, o Departamento de Políticas para as

Mulheres (DPM), vinculado à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul (SJCDDH), elaboraram um “Guia para a adesão de políticas de proteção às mulheres nos municípios⁵”, com o objetivo de auxiliar os gestores municipais que desejam contribuir no enfrentamento à violência contra a mulher (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2021).

Considerações finais

O estudo mostrou, através dos dados coletados, que a pandemia da COVID-19 fomentou o feminicídio no RS e o aumento no número de denúncias de violência contra a mulher. Diante desta situação, o estado buscou algumas medidas para evitar e/ou amenizar esse crime, como por exemplo campanhas para auxiliar nas denúncias e até mesmo a elaboração do “Guia para a adesão de políticas de proteção às mulheres nos municípios”, procurando auxiliar os gestores na implementação de políticas públicas para garantir o direito de vida das mulheres. Espera-se que este trabalho, auxilie nas pesquisas sobre feminicídio além de possibilitar o início de um debate que se faz necessário no tentar compreender até que ponto as políticas públicas para mulheres são efetivas principalmente em um cenário contingencial que é o de uma pandemia.

Referências

- BRASIL. **Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006.** Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.
- BRASIL. **Secretaria de Políticas para Mulheres.** 2019. Disponível em encurtador.com.br/wC025. Acesso em 11 abr. 2022.
- BRASIL. Secretaria de Políticas para Mulheres. **Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres.** 2011. Disponível em encurtador.com.br/ghJUX. Acesso em 11 abr. 2022.
- BUSTORFF, Leila Alcina Correia Vaz. **O conceito de gênero nas políticas públicas que orientam atenção à saúde da mulher:** revisão integrativa da literatura. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Revisão Integrativa da Literatura, João Pessoa, 2010.
- COSTA, Caroline Amorim; SILVA, Rafael Bernardo Portela da; OLIVEIRA, Rafael Vítor Mereu de. Aplicabilidade da Lei Maria da Penha e seus principais aspectos. **Direito Isabela Hendrix**, Belo Horizonte, v. 13, n. 13, p. 112-123, nov. 2014.
- DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas:** princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.
- DUMARESQ, Mila Landin. **Os Dez Anos da Lei Maria da Penha:** uma visão prospectiva. Brasília: Senado Federal, 2016.
- FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Visível e Invisível:** A Vitimização de Mulheres no Brasil. 3 ed. Relatório, 2021. Disponível em encurtador.com.br/czIZ9. Acesso em 12 abr. 2022.
- FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Violência Doméstica Durante a Pandemia de Covid- 19.** 2020. Disponível em encurtador.com.br/cdwI6. Acesso em 12 abr. 2022.
- FEDERAL, Senado. **Violência Doméstica Contra a Mulher.** Brasília: Relatório de Pesquisa-SEPO, 2005. p. 1-24. Disponível em encurtador.com.br/ghsAJ. Acesso em 10 abr. 2022.
- GAYÓ, Mariana. Berlanga. Las Fronteras Del Concepto “Feminicidio”: Una Lectura de Los Asesinatos De Mujeres de América Latina. *In: Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos.* 2010. Santa Catarina. **Anais [...].** Santa Catarina: SC, 2010. p. 1-9.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Estado lança cartilha inédita para gestores sobre implantação de políticas de proteção à mulher nos municípios.** Porto Alegre, 2021. Disponível em encurtador.com.br/hswB9. Acesso em 12 abr. 2022.
- LEITE, Catalina. **Países registram aumento de violência doméstica durante período de quarentena;** veja como denunciar casos no Ceará. O Povo Online 2020. Disponível em encurtador.com.br/cezAM. Acesso em 11 abr. 2022.

⁵ O guia pode ser acessado através do link: encurtador.com.br/HJLZ7

- MADUREIRA, Alexandra Bittencourt *et al.* Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. **Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem**, [S.L.], v. 18, n. 4, Out-Dez 2014.
- NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre a Eliminação da Violência contra Mulheres**. Resolução 48/104 de 20 de dezembro de 1993. Disponível em encurtador.com.br/iovCH. Acesso em 11 abr. 2022.
- OEA. Organização dos Estados Americanos. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**. Belém/PA, 1994.
- PORFÍRIO, Francisco. **Feminicídio**. 2021. Disponível em: encurtador.com.br/LOT07. Acesso em: 10 abr. 2022.
- SANTOS, Camila Guedes Pereira Pitanga. **A proteção à mulher segurada da previdência social: Uma abordagem sobre as ações**. 2014. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba Centro de Ciências Jurídicas, João Pessoa - PB, 2014.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 281-300, 2007.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, [S.L.], n. 16, p. 20-45, dez. 2006.
- SSP, Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul-. **Indicadores da Violência Contra a Mulher - Lei Maria da Penha**. Disponível em encurtador.com.br/txCNZ. Acesso em 12 abr. 2022.
- SUNDE, Rosario Martinho; SUNDE, Lucildina Muzuri Conferso; ESTEVES, Larissa Fenalte. **Feminicídio durante a pandemia da COVID-19**. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 32, n. 1 p.55-73, 2021.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Salvador: AATR**, v. 200, 2002.
- VELASCO, Clara; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. **Mesmo com queda recorde de mortes de mulheres, Brasil tem alta no número de feminicídios em 2019**. 2020. Disponível em encurtador.com.br/exELQ. Acesso em 12 abr. 2022.
- Enviado em 31/08/2022
Avaliado em 15/10/2022

AS ALTERAÇÕES DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO DE BASE PARA O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE EM 1967 A 1971: UMA ANÁLISE CERTEAUNIANA

Paulo Vitor Souza Pinto⁶

Resumo

O presente artigo é fruto do trabalho de pesquisa de mestrado, onde ao ter o Movimento de Educação de Base durante o período de 1967 a 1971 como objeto de pesquisa, foi possível identificar diversas alterações nesse período marcado pela ditadura militar instaurada no Brasil em 1964. Desta forma, esse artigo assume como objeto de seu excerto as alterações que o conceito de “educação de base” sofre dentro do próprio Movimento de Educação de Base. Para esse fim, contamos com vasta documentação de natureza primária, localizada no Centro de Documentação e Informação Científica da PUC-SP, entrevistas abertas com ex-integrantes da equipe nacional do Movimento e outras bases de dados descritas ao longo do artigo. Utilizamos como referencial teórico metodológico a obra de Michel de Certeau “A Escrita da História”. Nesse sentido, faremos uma discussão teórica profunda apresentando a forma inovadora como utilizamos a obra de Certeau (2020) enquanto ferramenta para fazer uma análise psicanalítica e histórica das fontes e produzir uma historiografia que nos ajudou a compreender de forma sólida e coerente que o conceito de educação de base necessariamente fez-se alterar dentro do Movimento, para que ele pudesse sobreviver à ditadura militar.

Palavra-chave: MEB; história da educação; 1967-1971; Movimento de Educação de Base.

Abstract

This article is the result of a master's research work, where having the Basic Education Movement during the period from 1967 to 1971 as an object of research, it was possible to identify several changes in this period marked by the military dictatorship established in Brazil in 1964. In this way, this article takes as the object of its excerpt the changes that the concept of “basic education” undergoes within the Basic Education Movement itself. To this end, we have extensive documentation of a primary nature, located at the Center for Documentation and Scientific Information at PUC-SP, open interviews with former members of the Movement's national team and other databases described throughout the article. We used as a theoretical and methodological reference the work of Michel de Certeau “The Writing of History”. In this sense, we will carry out an in-depth theoretical discussion presenting the innovative way in which we use the work of Certeau (2020) as a tool to carry out a psychoanalytic and historical analysis of the sources and produce a historiography that helped us to understand in a solid and coherent way that the concept of Basic education necessarily changed within the Movement, so that it could survive the military dictatorship.

Keyword: MEB; history of education; 1967-1971; Basic Education Movement.

Introdução

O Movimento de Educação de Base nasceu a partir das experiências de educação radiofônica promovidas pelas dioceses de Natal e Aracaju, que tinham como proposta desenvolver um programa de educação de base, junto às regiões tidas como subdesenvolvidas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Fávoro (2006) chama a atenção para a relação amistosa entre Dom Vicente Távora, um dos nove bispos e arcebispos a integrar o Conselho Diretor Nacional (CDN) e o então Presidente da República Jânio Quadros que celebraram, através do Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961, a oficialização do Movimento de Educação de Base garantindo os seus primeiros cinco anos.

⁶ Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Licenciado em Educação do Campo pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Nesses cinco primeiros anos, o MEB assumiu o conceito de Educação de Base, como “o mínimo fundamental de conhecimentos” para que as pessoas pudessem ter suas necessidades individuais e coletivas garantidas. Para isso, a educação de base deveria levar em consideração as especificidades de cada lugar (FÁVERO, 2006, p. 22). A educação de base era, a princípio, um trabalho de alfabetização. Com o passar do tempo, ainda nos primeiros anos, o Movimento foi assumindo outras frentes de trabalho educativo, através da sindicalização e dos movimentos de Cultura Popular, chegando a atingir aproximadamente meio milhão de pessoas, segundo aponta o documento de Metodologia da Ação educativa do MEB de 1970.

Nesse sentido, este artigo propõe apresentar as contribuições inéditas, que são frutos da dissertação de mestrado, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, onde foi possível perceber que o conceito de “educação de base” para o Movimento de Educação de Base durante a ditadura militar, de forma mais específica, de 1967 a 1971, foi um conceito dinâmico.

Ao assumirmos o conceito de educação de base para o MEB dentro do período 1967-1971 como objeto de análise. Acreditamos ser fundamental ratificarmos que o nosso objetivo caminha no sentido de apresentar como a nossa pesquisa, a partir do referencial teórico metodológico de Michel de Certeau (2020), identifica as alterações do objeto em análise em questão.

O contexto político que pretendemos abordar aqui (1967 – 1971) aos moldes que a historiografia apresenta com o qual temos acordo em chamar de ditadura militar, se assemelha, em alguns aspectos, às experiências que vivenciamos enquanto essa pesquisa é escrita. Tomando como parâmetro o atual Governo Federal, podemos afirmar que representantes eleitos nos marcos de um regime democrático têm trazido à tona a memória da ditadura militar instaurada em 1964 ao enaltecer aquele regime, inclusive, exaltando antigos quadros comprovadamente responsáveis por práticas de tortura.

Especificamente no campo educacional, acompanhado por nós mais de perto, vemos a detração do legado da educação popular com ênfase nos ataques a figura de Paulo Freire junto ao afrontamento e da criminalização dos movimentos sociais. Vemos ainda as tentativas de controle ideológico sobre instituições educacionais e sujeitos, principalmente docentes, além da implantação de projetos de militarização de escolas. No aspecto de financiamento, o ano de 2019 foi marcado pelo “contingenciamento” de expressivos volumes de recursos para educação, o que não se reverteu até o momento em que apresentamos este artigo.

Ainda que os cortes de gastos e subfinanciamento da educação não tenham sido políticas restritas aos governos militares e ao governo atual e, não sendo possível, dados os riscos de anacronismo, estabelecermos relações diretas entre um e outro momento é emblemático notar como os efeitos do “contingenciamento” ocorrido em 1967 foi responsável por categorizar o respectivo ano, como “o ano da crise” para o MEB. Quanto a isso, cabe ressaltar o caráter político, não apenas técnico das decisões financeiras. Desse modo, vamos brevemente contextualizar a situação política do Brasil naquele período, com o qual a nossa pesquisa se dedica a trabalhar.

Em janeiro de 1967, o Governo de Castelo Branco fez aprovar a Constituição de 1967, que ampliou os poderes do Presidente da República. Um dos seus últimos atos enquanto Presidente foi o de controle sobre os meios de comunicação, que proibia que fossem veiculadas críticas ao governo. Em março de 1967, chegou ao poder o Presidente Costa e Silva, que permaneceu até 1969 quando sofreu um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Dietrich, Blanes e Santos (2017) afirmam que o governo de Costa e Silva é marcado por um “endurecimento do Regime”, o que pode ser percebido quando contabilizamos os Atos Institucionais datados durante o seu mandato. O Governo de Costa

e Silva ficou conhecido por avantajar a quantidade de militares em cargos públicos importantes (FAUSTO, 2015).

Insatisfeitos com o endurecimento do regime militar, com as repressões e prisões, setores da oposição, sobretudo estudantes universitários, sob o manto de alas da esquerda católica, se propuseram a dar fim à ditadura militar. Essa movimentação dos universitários vivificou uma articulação com os movimentos e organizações contra a ditadura, que tiveram como resultado a passeata dos cem mil no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968 e a passeata dos cinquenta mil em julho do mesmo ano (REIS, 2014).

Contudo, diante da situação de contestação do regime militar expressa nas passeatas, nos protestos e manifestações, os militares, sentindo-se pressionados, decidiram reagir e para isso realizaram aquilo que Bruneau (1974, p. 319) chamou de “o golpe dentro do golpe” e no dia 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva baixou o Ato Institucional (AI) nº 5.

Assim, teve início os anos de chumbo. Nesse contexto, entendemos que se tornou cada vez mais difícil exercer qualquer atividade que viabilizasse o processo de conscientização e politização. Foi aberta a temporada de cassação de todo indivíduo envolvido em atividade considerada subversiva pela ditadura. O AI nº 5 cerceava os direitos e aumentava o poder militar. Bruneau (1974, p. 320) afirmou que posterior a um dos maiores marcos da ditadura, o AI nº5, houve um declínio das manifestações, dos protestos, sobretudo pelo aumento do poderio dos militares e pelo uso sistemático da tortura.

Entendendo que o AI- nº5 marca o início de uma repressão mais severa do regime militar, percebemos que com o passar do tempo, a situação no Brasil se tornou cada vez mais insuportável para os movimentos de caráter social progressista, sobretudo posterior ao mês de setembro de 1969, quando é baixado o AI- nº13, que instaurou o banimento do território nacional a todo aquele que a Junta Militar julgar inconveniente, nocivo e perigoso à segurança nacional, e também é baixado o AI- nº14 que estabelecia a pena de morte para os casos de “guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva”. Nesse sentido, entendemos que de fato o Brasil estava vivenciando um momento tenebroso e após 30 de outubro de 1969, o General Emílio Garrastazu Médici assumiu o poder, decidido a consolidar o regime militar e combater a esquerda no Brasil, dando continuidade à repressão.

Desse modo, entendemos que a situação política no Brasil não estava favorável para atuação de movimentos que proporcionavam o processo de conscientização e politização, sendo assim, é possível compreender como, a partir da conjuntura política do Brasil no período de 1967 – 1971, inúmeros movimentos de natureza conscientizadora e politizadora foram extintos (BRUENAU, 1974, p. 318). Contudo, mesmo dentro dessa situação de repressão, o MEB conseguiu sobreviver, obviamente não com as mesmas orientações de sua criação em 1961, mas com outro arranjo, outra política e outros atores, já que o cenário também era outro.

O conjunto documental utilizado para a construção da pesquisa da dissertação de mestrado, que resultou neste artigo, está localizado no Fundo do MEB no Centro de Documentação e Informação da PUC-SP (CEDIC). Após um longo trabalho de identificação, catalogação, e datação, foram localizados aproximadamente trezentos documentos referentes ao MEB (1967-1971). Estes documentos foram cuidadosamente analisados e confrontados com dados colhidos de entrevistas com ex-integrantes da equipe nacional do MEB, aqui estamos nos referindo explicitamente ao grupo de pessoas que à época foram os autores e autoras de maioria destes documentos. Para além das contribuições que este artigo visa apresentar, já podemos adiantar que este movimento de jogar luz sobre este grupo de pessoas até então desconhecidas na história da educação brasileira, já é por si só uma contribuição inédita.

Quando falamos em MEB, é comum para aqueles que estudam o Movimento, vir à mente os nomes como: Wanderley, Fávero, De Kadt, Raposo, Paiva entre outros grandes nomes. Certamente não há problema algum em pensar desta forma, o problema está quando ignoramos os nomes das pessoas que vivenciaram o MEB dentro da ditadura militar, que escreveram, que participaram e que deram conta de garantir a sobrevivência do movimento, carregando consigo, a semente da educação popular em meio aos ataques da ditadura militar. A contribuição inovadora está em revelar que os autores das fontes que vamos analisar, e que compuseram o Movimento merecem ser conhecidos e terem seus nomes revelados por uma questão de respeito à própria história do Movimento, e de compromisso teórico metodológico com a ciência e com a verdade.

A nossa pesquisa conseguiu jogar luz sobre um período da história do MEB que estava obscuro. Mais do que isso, conseguimos conhecer um pouco da vida e das histórias das pessoas que compuseram a equipe nacional do MEB, de maneira especial o Sr. Celso Simões Bredariol, o Sr. José Renato Campos Monteiro e a Sr.^a Letícia Ligneu Cotrim. Nomes estes até então desconhecidos nas histórias do MEB, mas que felizmente tivemos a oportunidade de conhecer presencialmente, e que nos ajudaram com suas narrativas a compreender e a preencher parte da história do MEB, que estava tal como Certeau (2020), em “vazios determinados”. Não menos importante, tivemos ainda a oportunidade de conhecer o Sr. José Pereira Peixoto Filho, de maneira virtual devido os riscos da pandemia.

Podemos dizer que nossa pesquisa experimentou aproximações significativas com a abordagem historiográfica de Certeau (2020). Especificamente no que se refere aos limites do trabalho do historiador. Construir uma narrativa, ou melhor, perceber a operação historiográfica “enquanto atividade humana” (CERTEAU, 2020, p. 46) é perceber, que como qualquer atividade humana, ela possui seus limites. Durante o processo de criação desta dissertação fomos acometidos pela pandemia do SARS-CoV-2, popularmente chamada de “pandemia do COVID – 19” que fez compreender que o ensinamento deixado por Certeau, de que “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 2020, p. 47) não poderia ser mais atual.

A pandemia interrompeu nosso contato com o CEDIC, inviabilizando o acesso às fontes do fundo do MEB, especificamente as fontes que nos serviriam para trabalhar o ano de 1971. Dentro dessa perspectiva, nossa pesquisa necessitou buscar novos meios de romper os limites impostos pelo isolamento social, sem violar as medidas de segurança que visam a proteção contra o COVID – 19. Sendo assim, buscamos construir nossa pesquisa com fontes documentais de natureza externa ao próprio Movimento. Estamos nos referindo aqui aos arquivos de jornais da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB).

Selecionamos o período de 1970 – 1979 e partir da palavra-chave “Movimento de Educação de Base”, conseguimos localizar 293 ocorrências da palavra-chave, distribuída em 29 jornais. Após a identificação das ocorrências, foi realizada uma primeira seleção, que consistiu em identificar as ocorrências que estavam inscritas no período específico de 1970 a 1972, já que a seleção do período citada anteriormente faz parte da catalogação da própria HDB. A segunda seleção, consistiu em identificar quais ocorrências versavam de fato sobre o Movimento. Aqui cabe ressaltar que foram localizadas ocorrências da palavra-chave em páginas de obituários, que comunicaram o falecimento de D. Távora que foi um dos bispos que integrou o MEB durante longo tempo. Essas ocorrências foram descartadas por estarem fora do nosso escopo. Após essas duas seleções, já tínhamos um quantitativo bem reduzido de ocorrências em 20. Por fim selecionamos as ocorrências que versavam diretamente sobre as questões levantadas na dissertação.

Com isso, temos o total de 5 ocorrências que foram diretamente citadas ao longo do texto, dos seguintes jornais: Jornal do Brasil (2 ocorrências), Diário de Natal – RN –(1 ocorrência), Jornal Correio da Manhã (1 ocorrência) e Jornal do Comércio (1 ocorrência). Cabe ressaltar que as referências ao Jornal O Globo, não foram localizados na HDB, mas em acervo digital específico deste jornal, por esse motivo, não compõe esse quadro referencial.

É importante salientar que o conjunto de fontes da HDB foi cotejado com uma série de anotações feitas sobre as fontes relativas ao ano de 1971 durante a pesquisa documental no CEDIC, outras fontes que foram frutos de trocas com outros pesquisadores e outras pesquisadoras do Movimento, e fontes disponíveis em acervos digitais.

Dito isso, vamos trabalhar questões de limites. Limites entre a percepção de dois organismos, o MEB que passou a ser percebido como o projeto educacional da Igreja Católica, vinculado à CNBB, e o MOBREAL que passou a representar parte da política educacional da ditadura.

Desenvolvimento

É necessário compreendermos que, assim como o Movimento em si, os conceitos por ele empregados também foram dinâmicos. Desta forma acreditamos que é necessário nos debruçarmos um pouco mais sobre o próprio conceito de educação de base no MEB. Não seria equivocado pensarmos em uma definição como “educação de base em movimento”, já que esse jogo de palavras reflete claramente o que queremos dizer. Para o MEB esse conceito foi fruto de experimentação e reflexão. A definição, que está no documento “Movimento de Educação de Base: sua origem, sua ação e seu conteúdo”, entende esse conceito como “um processo, uma ação que visa a formação do homem”.

Nesse estudo, de forma teórica, aproximamos os elementos da análise do discurso pelo viés da psicanálise para interpretar as fontes e assim realizar um trabalho de natureza historiográfica, nesse sentido, a complexidade psicanálise e historiografia torna o desenvolvimento do texto repleto de questões necessariamente reflexivas que, quando não observadas com a devida cautela, podem ser reduzidas a elementos textuais insignificantes e incoerentes. Percebemos, pois, que ao analisar as alterações do conceito de educação de base dentro do MEB dentro da ditadura militar não é somente compreender o conceito, conhecer os sujeitos, mas tornar a conhecer a forma analítica pelo autor elaborada.

Esse contexto metodológico de análise das fontes foi desenvolvido a partir da problematização dos usos da obra de Michel de Certeau na história da educação, em estudo publicado pela professora Diana Gonçalves Vidal, no livro Pensadores Sociais e História da Educação, organizado por Luciano Mendes de Faria Filho (2017), onde ela aborda a “difícil arte de fazer história das práticas”. Nesse texto a professora Diana Vidal fez uma inspiradora reflexão que impulsionou nossa análise, sobretudo quando ela aponta para o fato de que a maioria dos usos da obra Escrita da História de Michel de Certeau estão limitados à primeira parte da obra, que trata especificamente de teoria da história, enquanto a segunda parte trata de uma “arqueologia religiosa”.

Foi exatamente neste sentido, naquilo que foi deixado de lado, no texto de A escrita da História de Michel de Certeau, que segundo a professora Diana Vidal é menos utilizado, que nós nos dedicamos a aprofundar nossos estudos. Dentro dessa perspectiva ao longo de três anos de pesquisa foi possível desenvolver a partir daquilo que era menos utilizado em Michel de Certeau, tal como a “linguagem alterada”, “a palavra da possuída” para realizar análise das fontes. Contudo não de maneira convencional, mas de forma psicanalítica. Ou seja, enquanto historiador, tentar identificar quem fala na fonte? Será realmente quem a escreve, ou o “discurso” que por ocasião se fez necessário deixar-se reproduzir na fonte?

De fato, sabemos quem foram os autores dos relatórios que utilizamos como fontes primárias, tivemos a oportunidade de estar com eles e conhecê-los. Esse conjunto de elementos reforçam nossa análise, na medida em que possibilitam o teste de falseamento das hipóteses levantadas, obviamente observando os limites teóricos metodológicos entre história e memória. Mas no caso da pesquisa em questão, o método desenvolvido pode ser aplicado de forma a alcançar resultados significativos e satisfatórios.

Para Certeau (2020) o conceito de linguagem alterada nasce a partir dos seus estudos sobre La possession de Loudun (1970) onde ele percebeu que as tensões sociais, políticas, religiosas e epistemológicas organizavam o lugar de forma semelhante ao espaço teatral, onde as representações sociais poderiam ser alteradas e reclassificadas segundo as suas referências. Certeau (2020) deixa claro que seu intuito é compreender a possessão, ou melhor, “o espetáculo diabólico” enquanto um fenômeno social.

Nesse sentido, Certeau (2020) entra em uma categoria de análise que nos é muito cara em nossa pesquisa, “o discurso do outro”. Ele vai questionar se é possível existir um “discurso do outro” na possessão. Nesse sentido temos aí uma indeterminação de quem fala, seria a possuída ou alguém outro que fala na possuída. Se por um lado temos a incerteza de quem fala, por outro, Certeau (2020) apresenta a figura que detém um saber e que tende a reclassificar a alteridade do que se apresenta.

Para o médico que analisa os elementos objetivos, assumir que existe um “outro que fala em mim” seria certamente classificado como loucura. Já para o exorcista o mesmo acontecimento, analisado de forma metafísica seria visto como uma possessão. Certamente toda a discussão teórica de Certeau pode parecer muito distante, mas quando vislumbramos esses elementos como categorias de análise, eles ficam inteligíveis.

Vejam da seguinte forma: aqui nós assumimos o lugar tanto do médico, quanto do exorcista que Certeau (2020) trabalha. Apesar de análises de naturezas distintas, ambas têm o mesmo objetivo, o de nomear algo. Seja definindo o caso como loucura ou como possessão. Para nós, observar ambas as dimensões nos permitem fazer um exame histórico do teatro sociocultural. De certa forma, estamos assumindo enquanto pesquisadores, o lugar daqueles que vão nomear.

Por um lado, não se sabe quem fala ou do que fala; por outro, se tem um saber que tende a reclassificar a alteridade que se apresenta. Deste ponto de vista, mesmo que exista, entre os exorcistas e os médicos, uma divergência sobre as taxonomias em função das quais efetuam a reclassificação, quer dizer, mesmo que o saber médico e o saber religioso não se assemelhem, nos dois casos um saber se dá como capaz de nomear (CERTEAU, 2020, p. 264).

Mas antes de nomear é preciso mergulhar naquilo que é o discurso da possuída, e no que é o discurso do outro que fala na possuída. Para ficar mais fácil, pensemos no MEB enquanto a possuída, enquanto o outro que fala, no caso da possessão, o demônio, seria o discurso da ditadura militar. Quando olhamos clinicamente para o MEB, da mesma forma como o médico olha para os elementos objetivos, percebemos patologias, ou seja, alterações no organismo. Sendo mais específico, quando olhamos para os relatórios anuais do MEB entre 1967 e 1971, percebemos alterações significativas na forma como o Movimento se apresenta. Ou seja, um organismo com alterações. Isso nos dá a ideia de que o MEB que se apresenta a partir de 1967 é completamente diferente do que se apresentou na primeira fase. E de fato foi, contudo, apenas esse olhar objetivo não nos auxiliaria a compreender o processo de sobrevivência do Movimento. Para isso foi necessário empreender outra forma de perceber os documentos do MEB.

Aqui estamos nos referindo a observar explicitamente o discurso do ausente. Ou seja, compreender aquilo que não está dito. Ao longo de nossa pesquisa fizemos questão de enfatizar a repressão causada pela ditadura, ou seja, o cenário social que exigia um discurso único e afinado. Observando isto, conseguimos perceber que o Movimento traiu a sua topografia linguística, alterou seu vocabulário, alterou sua forma de falar a ponto de permitir que o discurso do demônio (a política educacional da ditadura) penetrasse dentro do discurso do MEB. Aqui está a grande tática de sobrevivência do Movimento, permitir que a ditadura falasse dentro dele, ou seja, assumir as palavras de um outro dentro de si, seria assumir o discurso do demônio, é o que Certeau (2020) vai chamar de “documentos alterados: textos das possuídas”.

Num certo número de casos, os documentos provêm das próprias possuídas. Com as declarações, as cartas e autobiografia de Joana dos Anjos, priora das ursulinas, a mais celebre das possuídas de Loudun. Aqui, pois, é a própria doente quem fala. Mas se pusermos de lado suas respostas no decorrer dos interrogatórios situados durante os exorcismos (caso que acaba de ser considerado), os textos de Joana dos Anjos se inscrevem na continuidade de uma linguagem sobre a possessão e não da possessão. Esses textos não provêm do tempo em que, “inconsciente”, Joana dos Anjos é a voz de tal ou qual demônio que a possui. São discursos escritos na diferença dos tempos, quando ela se objetiva dizendo: “Eu era, eu fazia.” Este ponto me parece muito importante. Joana dos Anjos pode falar como possuída, mas não pode escrever como possuída. A possessão não é se não uma voz. Desde que Joana passa à escrita ela diz o que fazia, pensa no passado, descreve o objeto distante de si sobre o qual, a posteriori, pode, aliás, enunciar o discurso do saber. Escreve de um outro lugar, diferente daquele de onde falava como possuída. Fala então como de um tempo anterior, seja quando redige relatórios, cartas ou depoimentos durante os tempos de calma entre as crises demoníacas, seja quando, cerca de 1640, quinze anos após, conta no passado um período de possessão do qual se diz “saída” ou “liberada” (CERTEAU, 2020, p. 272 – 273).

Devemos, pois, considerar, que os documentos do MEB não foram escritos a posteriori a possessão, como no caso de Joana dos Anjos, mas concomitantemente. Ou seja, a partir do Convênio MEC e MEB, momento em que a possessão do Movimento pela ditadura foi concretizada, o MEB passou a escrever ao mesmo tempo em que estava possuído, ou seja, não é o MEB quem escreve, mas o outro que fala no MEB. Nesse sentido, Certeau (2020) nos ajuda a compreender que o “eu” que fala no MEB e que é identificado nos documentos não é o “eu” do MEB, mas o “eu” do outro, que seria aquilo que Certeau (2020) chamou de “a perversão da linguagem”. Ou seja, para nós, a ditadura militar utilizou-se (possuiu) de forma estratégica os 10 anos de experiência em educação de base do MEB para capacitar o programa educacional de alfabetização promovido pela ditadura. Aqui fica mais evidente a relação teórica de possessão levantada em Certeau (2020), em que o MEB deixou-se possuir pela estratégia da política educacional da ditadura de forma astuciosa, para empreender a tática de capacitar os quadros do MOBREAL. Para nós a estratégia ilustrada acima, não foi desinteressada, nem ingênua, foi uma tática inclusive para conseguir financiamento, já que as capacitações fornecidas pelo nacional eram vendas de serviços. E se infiltrar no que seria a incidência “na base”, “na ponta” da ação dos – das alfabetizadores (as) que atuariam pelo MOBREAL.

A nossa discussão é completamente de base teórica-metodológica. Desta forma, não cabe esperar nesse espaço a apresentação de resultados, uma vez que estes possuem lugar específicos para serem apresentados. Desta forma, reiteramos que todo esse instrumental teórico é necessariamente componente anterior para que se possa compreender as alterações no conceito de educação de base dentro do MEB.

Conclusão

Tendo compreendido a forma como utilizamos o referencial teórico metodológico de Michel de Certeau (2020), conseguimos ao longo de nossa pesquisa perceber as formas como o MEB assume o conceito de educação de base. No regulamento do MEB a educação de base aparece como “o conjunto de ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o surgimento das comunidades”, que foram sintetizadas nas Instruções Gerais do MEB como “alfabetização em massas das regiões subdesenvolvidas do país; educação sanitária; iniciação agrícola; iniciação democrática; informação profissional”, ou seja, o conceito ainda estava muito amplo e de certa forma vago. Com isso, quando falamos em experimentação e reflexão, estamos falando também de um trabalho direto com as próprias bases, e foi nessa relação de interlocução que após o I Encontro de Coordenadores foi concebida a educação de base como:

processo de autoconscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deverá partir das necessidades e dos meios populares de libertação, integrados em uma autêntica cultura popular, que leve a uma ação transformadora. Concomitantemente, deve propiciar todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo povo brasileiro (MEB, 1962, p. 1).

Nesta citação, percebemos que a dinamização com as bases possibilitou o amadurecimento do próprio conceito de educação de base em direção à crítica da realidade e a projetos de transformação social. Talvez fique mais claro quando olhamos para a forma como o Movimento, já em 1963, percebia a educação de base, não mais apenas como atividades relativas ao saber ler, escrever e contar, mas como um necessário processo de conscientização, ou seja, "processo educativo destinado a formar no homem a consciência histórica, a partir da consciência crítica da realidade (FÁVERO, 2004, p. 9). Contudo já em 1965, é possível perceber um certo deslocamento deste conceito para o Movimento, que passa a ser concebido como:

Um processo de integração na cultura, seja através de modos assistemáticos, como ocorre na comunicação regular de todo convívio, seja através de formas metodizadas em que se instrumentalizam os educandos para participação consciente e criadora na herança cultural da humanidade (MEB, s.d) *apud* (RAPOSO, 1982, p. 51).

Já no término da primeira fase, em 1966, o Relatório síntese do período 1961-1966 para reunião do Conselho Diretor Nacional, apresenta uma definição de educação de base que caminha no sentido a um declínio no processo de evolução e de maturidade alcançado no I Encontro de Coordenadores. O relatório definiu o conceito de educação de base como “aprender a comer bem, a defender sua saúde, a manter boas relações com os seus semelhantes e integrá-lo no quadro geral de uma sociedade justa” (MEB, 1966, p. 1).

Já na segunda fase a partir de 1967, o conceito de educação de base pressupunha que o saber ler e escrever eram elementos mínimos necessários à criação e participação ativa no progresso social, que deveriam ser postos e prática no exercício da liderança e na participação comum na procura de respostas a problemas comuns.

No período entre 1967 e 1968, identificado em nossa pesquisa como um período de forte crise financeira e reformulação da equipe nacional, conseguimos perceber uma maior interferência dos bispos sobre a orientação do próprio conceito de educação de base, que como (FÁVERO, 1982, p. 6) apontou, “no clima de suspeição e repressão gerado pela promulgação do AI-5” os bispos conservadores insistiram que o trabalho do MEB deveria ir no sentido da evangelização e alfabetização. Aqui cabe uma outra observação quanto a concepção de educação de base. A crise financeira que afetou duramente o Movimento em 1967, inviabilizou a interação direta entre o

Nacional e os sistemas, o que acarretou um problema descrito nos relatórios anuais de 1967 e 1968 como “falta de unidade” isso se referia diretamente a própria ideia do que seria a educação de base, e que só foi ser repensado a partir de 1969.

A partir disso, a educação de base passou a expressar uma proposta de tecnificação do trabalho educativo com algum grau de evangelismo. É nessa perspectiva que a equipe nacional passa a introduzir no Movimento autores estrangeiros da psicologia como Jean Piaget e Kurt Lewin, da sociologia do desenvolvimento como André Gunder Frank e da educação como Pierre Furter e Carl Ransom Rogers.

Esses teóricos influenciaram diretamente no direcionamento político pedagógico do Movimento, sobretudo nas atividades de capacitação onde foram introduzidos elementos como pesquisa psicossocial que tinham como objetivo analisar a realidade do homem do campo para adequar as atividades aos seus respectivos interesses e necessidades, com isso a educação de base passou a contar com elementos de natureza cada vez mais técnica.

Percebemos ainda que, a partir de 1970, o MEB passa a ter sua linha político pedagógica mais alinhada com a Igreja Católica, estamos falando aqui de um conceito de educação de base mais alinhado com as decisões do Encontro de Medellín e das Campanhas da Fraternidade. Nesse contexto o MEB passa a trabalhar no sentido de pensar “a) a mudança de todas as formas que dificultam a promoção cultural-social-espiritual-econômica-política; b) a possibilidade de ele tornar-se sujeito-agente de seu destino histórico” (MEB, 1970b, p. 3).

Desta forma, é possível perceber que ao analisarmos o conjunto documental, a partir do referencial teórico metodológico adotado, torna-se mais claro compreender as formas táticas como o MEB assumiu a dinâmica de produção do conceito de educação de base para o MEB, que por sua vez, estava relacionada a fatores internos e externos ao Movimento, aos posicionamentos e ações de sujeitos e grupos que o constituíam em sua relação com o agitado contexto histórico vivido.

Desta forma, para além do exposto, por meio de nossa pesquisa, foi possível concluir que de certa forma, temos acordo com todos os autores e autoras que nos precederam e que em suas narrativas dissertaram com grande maestria a tese de que o Movimento teria sobrevivido à ditadura militar em virtude do seu vínculo com a Igreja Católica. Não é de nosso interesse refutá-la, mas com o avanço de nossa pesquisa, acreditamos que houve outros fatores que possibilitaram essa sobrevivência.

Sendo assim acreditamos que seria possível pensar em uma narrativa onde o Movimento sobreviveu à ditadura em virtude do seu vínculo com a Igreja Católica, por uma concessão do regime ditatorial e pela força que as pessoas que compuseram o Movimento, sobretudo suas bases e quadros técnicos (que são também políticos, pois não há neutralidade entre esses técnicos), conseguiram ao longo do tempo.

Inicialmente, temos que entender que o vínculo com a Igreja foi fundamental, mas não foi o fator exclusivo para que o Movimento sobrevivesse. Para ficar mais fácil de entender, pensemos da seguinte forma: o MEB conseguiu desenvolver o seu trabalho educativo em regiões onde o Estado e até mesmo a Igreja, dificilmente conseguiriam chegar, tudo isso através das escolas radiofônicas. Logo, manter o MEB era interessante tanto para o Estado que seria beneficiado com a educação de base voltada ao seu projeto desenvolvimentista, quanto para os bispos diocesanos, que se utilizariam do MEB como ferramenta de evangelização.

Essa foi uma das mutações que o Movimento sofreu durante esse período. Nos primeiros anos ele estava direcionado para educação de base com sentido de sindicalização e conscientização, durante o trabalho com as fontes primárias do Fundo MEB, conseguimos perceber que as palavras

sindicalização e conscientização, muito usadas nos cinco primeiros anos do MEB, deixaram de fazer parte do vocabulário dos documentos, entretanto, expressões como grupalização, dinâmica de grupo e treinamento em situação passaram a integrar o vocabulário utilizado na segunda fase. E após o golpe militar, com o endurecimento do regime, e, sobretudo, com as alterações que a Igreja sofreu, o MEB passou a se dedicar à educação de base enquanto uma proposta de alfabetização e evangelização. Ou seja, houve um processo de continuidades e descontinuidades que culminaram na identificação de elementos que diferenciam os primeiros anos das atividades do MEB, para o momento que este excerto se dedicou a trabalhar.

Bibliografia

- ALVES**, Kelly Ludkiewicz. “O golpe civil-militar de 1964 e os movimentos de educação de base e cultura popular.” Espaço ético, Educação, Gestão e Consumo, jan - abr 2014: 117 - 132.
- ALVES**, Marcio Moreira. A Igreja e a Política no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- , O Cristo do povo. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.
- ANDRADE**, Paulo Fernando Carneiro de. “A educação do ser humano realizada no diálogo entre fé e cultura, A contribuição do Concílio Vaticano II.” Em Concílio Vaticano II, Análise e perspectivas, por Paulo Sérgio Lopes GONÇALVES e Vera Ivanise BOMBONATTO, 405- 417. São Paulo : Paulinas, 2004.
- ARAÚJO**, Róbinson Tavares de. “A IGREJA CATÓLICA E A POLÍTICA: reflexões sobre instituição e poder.” Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, para obtenção do grau de especialista em Instituições e Processos Políticos do Legislativo,. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009.
- AZEVEDO**, Dermi. “A Igreja Católica e seu Papel político no Brasil.” Estudos Avançados 18 (2004).
- AZZI**, Riolando. História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BARBOSA**, Fabiane Machado. “Comunidades Eclesiais de Base na história social da Igreja Caricica (1973-1989).” Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em história da Universidade Federal do Espírito Santo. Prod. http://www.dhnet.org.br/dados/teses/edh/tese_barbosa_cebs_cariacica.pdf. Vitória. disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/teses/edh/tese_barbosa_cebs_cariacica.pdf, 2007.
- BEOZZO**, José Oscar. O Vaticano II e a Igreja Latino-Americana. Tradução: Luiz João Gaio. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
- BEZERRA**, Viviane Prado. “A Igreja está ao lado da libertação: experiências de uma patorial popular no contexto da ditadura militar no Ceará.” Revista Historiar, 2010.
- , “Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo: O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960 - 1980).” Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social. Fortaleza - CE, 2008.
- BLOCH**, Marc. Apologia da História ou O Ofício de Historiador. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. 183
- BOFF**, Leonardo. Igreja: Carisma e poder. Ensaio de Eclesiologia Militante. 3. Petrópolis: vozes, 1982.
- , nova evangelização, perspectiva dos oprimidos. Fortaleza: Vozes, 1990.
- BOFF**, Leonardo, e Clodovis BOFF. Como fazer Teologia da Libertação. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BRASIL. Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961. 1961 de março de 26.
- , “DECRETO Nº 60.464.” Brasília, 14 de março de 1967.
- , “Decreto nº 61.145.” 8 de agosto de 1967.
- BRASIL**, Ministério da Educação e Cultura. “MOBRAL: Sua origem e evolução.” Coleção MOBRAL 1. Rio de Janeiro: Movimento Brasileiro de Alfabetização Assessoria de Organização e Métodos, 1973.
- , “Projeto de treinamento de alfabetizadores pela rádio.” Coleção MOBRAL 5. Rio de Janeiro: Movimento Brasileiro de Alfabetização Gerência Pedagógica, 1974.
- BREDARIOL**, Celso Simões, entrevista feita por Paulo Vitor de Souza Pinto. Edição: Danielle Peres Vieira da Silva. Rio de Janeiro, RJ, (25 de agosto de 2019).
- , “Ecologia, ecodesenvolvimento e educação ambiental.” dissertação de mestrado apresentado ao programa de Pós-Graduação em educação da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- BRUNEAU**, Thomas C. Catolicismo brasileiro em época de transição. Tradução: Margarida Oliva. São Paulo: Edições Loyola, 1974.
- BUENO**, Eduardo. Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção . Rio de Janeiro: Leya, 2012.
- CALIMAN**, Cleto. “Do ministério ao Povo de Deus: ma eclesiologia de comunhão.” Em Concílio Vaticano II, Análise e perspectivas, por Paulo Sérgio GONÇALVES e Vera Ivanise BOMBONATTO, 228- 248. São Paulo: Paulinas, 2004.
- CARVALHO**, José Murilo de. A formação das almas: O imaginário da República no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 2017.
- CARVALHO**, Maria Araújo Duarte de, Maria José Teixeira PEIXOTO, Marlúcia Menezes de PAIVA, , Safira Bezerra AMMAN, e Zélia Faria Corrêa CORRÊA. Escolas Radiofônicas de Natal : uma história construída por muitos. Brasília: Liber Livro Editora, 2009.

- CELAM.** “Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.” 1968. <https://www.faculdadejesuita.edu.br/eventodinamico/eventos/documentos/documento-FwdDtt9v3ukKPDZq.pdf> (acesso em 2020).
- CERTEAU,** Michel de. *A escrita da História*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. 184
- *A escrita da História*. 3ª edição. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- “Teoria e método no estudo das práticas cotidianas.” Edição: Maria Ivone (org) **SZMRECSANYI**. *Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano (anais do encontro)*. São Paulo: FAU-USP, 1985. 3-19.
- CHABALGOITY,** Diego. *Ontologia do oprimido: construção do pensamento filosófico em Paulo Freire*. Jundiaí: paco, 2015.
- CNBB.** *Campanha da Fraternidade 1967. Manual*, Rio de Janeiro: CNBB, 1967.
- CNBB Campanhas. s.d. <https://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade1971> (acesso em 21 de 03 de 2020).
- CNBB. Documento-base e subsídios de organização da Campanha da Fraternidade de 1971. Manual, Rio de Janeiro: CNBB, 1971.
- CNBB. Síntese do documento-base e subsídios de planejamento. CF 1970. Manual, Rio de Janeiro: CNBB, 1970.
- CNBB. Subsídios litúrgicos e síntese do documento-base, Campanha da Fraternidade: Para o outro o próximo é você. Manual, Rio de Janeiro: CNBB, 1969.
- COSTA,** Renato Pontes. “tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio.” Poder e negociação como relações pedagógicas. Memória da pesquisa confronto de sistemas de conhecimento na educação popular. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018.
- DANTAS,** Eliéverton da Silva. “Educação e informática: educação, tecnologias de informação e comunicação e cultura universitária.” Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Ciências da Computação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE), Campus IV da Universidade Federal da Paraíba. Rio Tinto - PB, 2017.
- DE KADT,** Emanuel. *Católicos radicais no Brasil*. Tradução: Maria Valentina Rezende e Maria Valéria Rezende. Brasília: UNESCO, MEC, 2007.
- DIAS,** Cristiane Medianeira Ávila. “A memória de três militantes da ação popular (AP) sobre a repressão desferida contra eles pelos órgãos de segurança a serviço da ditadura civil-militar brasileira.” XI Encontro Estadual de História. Universidade Federal do Rio Grande, 2012.
- DIETRICH,** Ana Maria (org), José Sala BLANES, e Silmar Leila dos SANTOS. *Educação, Ética e Regime Militar no Brasil*. Santo André - SP: Universidade Federal do ABC, 2017.
- FAUSTO,** Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2015.
- FÁVERO,** O. “MEB – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, primeiros tempos: 1961-1966.” texto apresentado no V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação, Évora, 2004.
- FÁVERO,** Osmar. *Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- “Movimento de Educação de Base memória 1961/71.” Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1982.
- *Uma Pedagogia da participação popular: Análise da prática educativa do MEB- Movimento de Educação de Base (1961/1966)*. Campinas - SP: Autores Associados, 2006.
- FOLHA, de São Paulo. “Almanaque folha.” 9 de dezembro de 1968. http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_09dez1968.htm (acesso em 11 de março de 2020).
- FREI GUIMARÃES,** Almir Ribeiro. *Comunidades de Base no Brasil: uma nova maneira de ser em Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- FREITAS,** Marcos Cezar de, e Maurilane de Souza BICCAS. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.
- GERALDO,** Leite. Nação do Divino. s.d. http://2.bp.blogspot.com/-9uULmHmajpU/UwzByVU_2OI/AAAAAAAAAFM/oB7YO30ZV4s/s1600/Lamento+do+povo.png (acesso em 09 de julho de 2020).
- GOHN,** Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. Cortez, 2011.
- GOTAY,** Samuel Silva. “Teologia Contemporânea: Origem e desenvolvimento do pensamento cristão revolucionário a partir da radicalização da doutrina social nas décadas de 1960 e 1970.” Em *História da Teologia na América Latina*, por José Oscar **BEOZZO**, et al., 139-164. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.
- JORNAL DO BRASIL.** Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, 30 de abril de 1967.
- “Jornal do Brasil, 1º Caderno.” Hemeroteca Digital Brasileira. 5 de novembro de 1971. http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=43547 (acesso em 30 de setembro de 2021).
- “Jornal do Brasil, 1º caderno, Informe JB: MEB em novo ritmo.” Hemeroteca Digital Brasileira. 1 de novembro de 1971. http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=43229 (acesso em 30 de setembro de 2021).
- “Jornal do Brasil, 1º Caderno: Política e Governo.” Hemeroteca Digital Brasileira. 30 de setembro de 1971. http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=42209 (acesso em 30 de setembro de 2021).
- JORNAL,** Correio da Manhã. “Correio da Manhã: Movimento de Educação de Base.” Hemeroteca Digital Brasileira. 6 de novembro de 1971. http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_08&pasta=ano%20197&pesq=%22movimento%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20base%22&pagfis=25843 (acesso em 30 de setembro de 2021).

JORNAL, do Comércio. “Jornal do Comércio AM.” Hemeroteca Digital Brasileira. Edição: Epaminondas Barahuna. 14 de julho de 1971. http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=%22movimento%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20base%22&pagfis=158262 (acesso em 30 de setembro de 2021).

José. Medianeira. s.d. <http://medianeirabr.blogspot.com/2013/01/campanha-da-fraternidade-cf.html> (acesso em 18 de março de 2020).

LIGNEU, Letícia Cotrin, entrevista feita por Paulo Vitor de Souza Pinto. Entrevista concedida para pesquisa de mestrado, (12 de dezembro de 2019).

LÖWY, Michael. Marxismo e Teologia da Libertação. Tradução: Myrian Veras Baptista. São Paulo: Cortez, 1991.

MAINWARING, Scott. Igreja Católica e política no Brasil 1916 - 1985. Tradução: Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MEB. “I Encontro de Coordenadores.” Conclusões I, Recife, 1962.

—. “Metodologia da Ação educativa do MEB.” 1970b.

MEB. “Movimento de Educação de Base em cinco anos: 1961-1966.” 1982.

—. “O trabalho de Educação de Base.” 1970.

MEB. “O trabalho do Movimento de Educação de Base no desenvolvimento social.” Rio de Janeiro, 1972b.

—. “Observações de Louk de La Rive Box.” Rio de Janeiro, novembro de 1970.

—. “Relatório anual de 1967.” Rio de Janeiro, 1968.

—. “Relatório anual de 1968.” Rio de Janeiro, 1969.

—. “Relatório anual de 1969.” Rio de Janeiro, 1970.

—. “Relatório anual de 1970.” Rio de Janeiro, 1971.

—. “Relatório anual de 1971.” Rio de Janeiro, 1972.

—. “Relatório do V Encontro de Coordenadores.” Rio de Janeiro, 11 - 31 de outubro de 1967.

MEB. “Relatório para Assembléia Geral da CNBB.” Rio de Janeiro, 1969b.

—. “Relatório síntese do período 1961- 1966 para reunião do CDN.” 1966.

MEB. “Relatório Síntese para a audiência do Presidente da do MEB com o Exmo. Sr. Presidente da República.” 1968b.

MEB. Relatório Síntese para audiência com o Presidente da República, 20 de maio de 1968. Fundo MEB no CEDIC - digitalizado por Paulo Vitor de Souza Pinto, 1968.

187

MITIDIERO, Marco Antônio Junior. “Tese de Doutorado.” A AÇÃO TERRITORIAL DE UMA IGREJA RADICAL: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. São Paulo, 2008.

MONTEIRO, José Renato Campos, entrevista feita por Paulo Vitor de Souza PINTO. entrevista realizada com integrante da equipe nacional do MEB Rio de Janeiro, RJ, (2019).

O GLOBO, Jornal. Acervo o Globo. 26 de outubro de 1971. <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-a-acervo/?navegacaoPorData=1970197111026> (acesso em 30 de setembro de 2021).

OLIVEROS, Roberto. “História de la Teología de la liberación.” Em *Mysterium liberationis*. Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación, por Ignacio Ellacuría Jon SOBRINO, 17-50. Editorial Trota, 1990.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 1983.

PAPE, Carlos, José COMBLIN, Juan GORSKY, Gaetano MAIELLO, Segundo GALILEA, e José MARINS. A missão a partir da América Latina. Tradução: Eugênia Flaviana. São Paulo: Paulinas, 1983.

PAULO VI, Papa. Documentos de Paulo VI: Populorum Progressio. Tradução: Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1967.

—. “RADIOMENSAGEM DO PAPA PAULO VI AOS BRASILEIROS POR OCASIÃO DO INÍCIO DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 1971.” Vaticano. 27 de fevereiro de 1971. https://m.vatican.va/content/paul-vi/pt/letters/1971/documents/hf_p-vi_let_19710227_fraternita-brasile.html (acesso em março de 2020).

PEROZA, Juliano. “Entrevista com o educador Pierre Furter/ realizada em 15 de maio de 2012 em Genebra - Suíça.” Educação & Linguagem, dez de 2020, 2 ed.: 269-298.

PESSOA, Protásio Lopes, entrevista feita por Roseneide da Silva. As Ações do Movimento de Educação de Base (MEB) no município de Tefé/AM: 1975-1985. Orientada pela professora Leni Rodrigues Coelho Tefé, Amazonas: Financiado pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA/FAPEAM, (2 de junho de 2009).

PILETTI, Claudio, e Nelson PILETTI. História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire. São Paulo : Contexto, 2018.

PONTUAL, Pedro. “Educação Popular e Democratização das estruturas políticas e espaços públicos.” Em Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas , por Pedro Pontual e Timothy Ireland, 91-101. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

RAPOSO, Maria da Conceição Brenha. “Movimento de Educação de Base MEB: discurso e prática 1961 -1967.” Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1982.

REIS, Daniel Arão. “A vida política.” Em Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010, por Daniel Arão Reis, 75-180. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

RIDENTI, Marcelo. Cultura. Vol. V, cap. 5 em Modernização, ditadura e democracia 1964-2010, por Daniel Aarão Reis (org.), edição: Lilia Moritz Schwarcz, 233-284. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

ROLIM, Liz Cintra. “Le Mouvement d'Education de Base ou Brésil.” dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em educação e desenvolvimento do Institut international de recherche et de formation Education et développement. Paris: I.R.F.E.D., 1969.

SANTOS, Lidianey Nayara Nascimento dos Santos. “MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE- MEB- NO ESTADO DA PARAÍBA: vestígios de uma experiência educacional (1966-1971).” Dissertação apresentada ao Programa de Pós-

Graduação em Educação (Strictu Sensu), do Centro de Educação – CE, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa - PB: UFPB, 2017.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. Campinas - SP: Autores associados, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Brasil: uma biografia. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VANZELLA, José Adalberto. “Campanha da fraternidade: A Igreja do Brasil a serviço da vida.” Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUC - RJ. 02 de 10 de 2017. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=31618@1> (acesso em 20 de 03 de 2020).

VIDAL, Diana Gonçalves. Michel de Certeau e a difícil arte de fazer história das práticas. Vol. 1, em Pensadores Sociais e História da Educação, por Luciano Mendes de FÁRIA FILHO. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

VÓVIO, Claudia Lemos. Glossário Caele. Leitura e Escrita (CEALE) | Faculdade de Educação da UFMG Centro de Alfabetização. s.d. <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/alfabetizacao-funcional> (acesso em 16 de junho de 2020).

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Educar para transformar: Educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984.

Enviado em 31/08/2022

Avaliado em 15/10/2022

AS ALTERAÇÕES POLÍTICAS DA IGREJA CATÓLICA ENTRE 1967 E 1971

Paulo Vitor de Souza Pinto⁷

Resumo

O presente artigo é resultado da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de São Paulo. Este artigo tem como objetivo analisar as alterações do posicionamento político oficial da Igreja Católica, ou seja, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, durante a ditadura militar, instaurada em 1964, especificamente entre os anos de 1967 a 1971. Utilizamos como fonte documental os materiais das Campanhas da Fraternidade, que estão disponíveis na Mitra da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro e bibliografias clássicas que abordam a Igreja no mesmo período. Em um primeiro momento identificamos a Igreja como uma instituição social, formada por homens e mulheres ao longo da história, em seguida desenvolvemos a divisão da Igreja em alas conservadora, progressista e libertadora, contudo ao longo da nossa pesquisa identificamos a existência de uma quarta ala, a qual foi denominada ala moderada. Por fim, foi possível identificar que a Igreja Católica se apresenta em 1967 uma instituição com aspectos da ala conservadora. Entretanto com o passar dos anos, as influências políticas nacionais da ditadura forçaram com que a Igreja adotasse uma postura mais progressista, assumindo assim as orientações da encíclica *Populorum Progressio*.

Palavras-chave: História, Igreja católica, história da Igreja

Abstract

This article is the result of a master's research developed in the Graduate Program in Education, at the University of São Paulo. This article aims to analyze the changes in the official political position of the Catholic Church, that is, the National Conference of Bishops of Brazil, during the military dictatorship, established in 1964, specifically between the years 1967 to 1971. We used as a documentary source the materials from the Fraternity Campaigns, which are available in the Mitra of the Archdiocese of São Sebastião do Rio de Janeiro and classic bibliographies that address the Church in the same period. At first we identified the Church as a social institution, formed by men and women throughout history, then we developed the Church's division into conservative, progressive and liberating wings, however throughout our research we identified the existence of a fourth wing, which was called the moderate wing. Finally, it was possible to identify that the Catholic Church presented itself in 1967 as an institution with aspects of the conservative wing. However, over the years, the national political influences of the dictatorship forced the Church to adopt a more progressive stance, thus assuming the guidelines of the encyclical *Populorum Progressio*.

Keywords: History, Catholic Church, Church history.

Introdução

É necessário, antes de mais nada, esclarecer que em nossa pesquisa, abordamos a Igreja enquanto instituição social⁸, utilizando da percepção de “Igreja” feita por Chabalgoity (2015, p. 230) “As Igrejas não existem como instituições divinas na Terra, situadas em um vazio. Não são entidades abstratas, mas feitas por homens e mulheres no curso da história”. Sobre essa percepção de Igreja que nos propomos a utilizar em nossa pesquisa, Wanderley (1984) afirma:

⁷ Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Licenciado em Educação do Campo pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

⁸ “Entendemos por ‘Igreja’, em sentido estritamente sociológico – por oposição tanto à ‘seita’ como a ‘movimento religioso’” – (MADURO, Otto, 1981, p. 171 *apud* WANDERLEY, 1984, p. 65).

Desde logo é preciso esclarecer que o termo Igreja significa realidades distintas. Encarando-a aqui como realidade sociológica, ela aparece como uma instituição social que exerce certas funções na sociedade, funções variadas que lhe advêm de sua fé e de suas concepções teológicas. Apesar de seu campo específico se situar na instância teológica, ela pervade os demais planos da realidade social. Há uma dialética entre estes planos, carregada de complexidade e de contradições (WANDERLEY, 1984, p. 65).

Deste modo, trabalharemos a Igreja, segundo as percepções de Chabalgoity (2015) e de Wanderley (1984). Ao percebermos que a Igreja é complexa e composta por inúmeras contradições ao longo de sua história⁹, entendemos que é necessário realizar um panorama da instituição no período em que o nosso objeto está inserido (1967-1971). Para isso nos apoiaremos na análise realizada por Mitidiero (2008) onde ele identifica que as transformações em curso no Brasil e no mundo¹⁰, dentro de um contexto social, político e econômico, induzem que a Igreja, enquanto instituição se posicione frente a essas transformações¹¹. Mitidiero (2008) evidencia ainda que tal posicionamento por parte da Igreja, forma três “segmentos”, sendo eles a “Igreja Conservadora”, “Igreja Progressista” e “Igreja Libertadora”.

No segmento conservador a Igreja está vinculada aos poderosos e às classes dominantes, se utilizam de determinismos, semelhantes aos utilizados na idade média para controlar a sociedade¹². Esse segmento imprime características alienantes aos sujeitos, criminaliza comportamentos e culturas que comprometem a estrutura eclesiástica como o divórcio, controle de natalidade, pornografia, o protestantismo, os ritos afro-brasileiros e ideias socialistas (ALVES, 1979). Sobre as atitudes da Igreja no Brasil, de uma maneira geral, Alves (1979) ainda afirma que:

A Igreja prosseguiu [...] concentrando a sua atenção sobre as classes dominantes e protegendo-se do que considerava ameaças [...] as regiões pobres foram abandonadas em proveito das mais prósperas, [...] Os setores populares foram abandonados do ponto de vista religioso e promocional. A presença da Igreja entre eles passou a ser quase apenas uma obra de filantropia. A vasta rede da assistência social que organizou exerceu e exerce funções que lhe são delegadas pela elite governamental. A atividade de assistência social, ligada ao formalismo das manifestações religiosas, criou entre os bispos uma ilusão de poder. Atolaram-se na rotina e na tibieza. Esta ilusão só viria a ser quebrada com a brusca mudança da direção política dos anos sessenta (ALVES, 1979, p. 39-40).

Nesse sentido, é possível entender como parcialmente correta ao nos referimos ao segmento conservador da Igreja Católica a afirmação apresentada por Gotat (1981, p. 141) “Marx e os operários da época como também intelectuais entendiam a religião como uma expressão da ordem socioeconômica vigente, como uma instituição legitimadora da ordem da opressão”.

⁹ Falar em Igreja, enquanto instituição, isso é, enquanto integrada num determinado povo e região, é referir-se a um processo histórico e aceitar que a Igreja, vista assim, possa evoluir tal como as outras instituições humanas, passando a enfrentar problemas que anteriormente não focalizava” (ALVES, 1968, p. 37-38).

¹⁰ “O conflito com o poder político, sobretudo a partir dos anos de 1950, com auge durante a ditadura, em 1964-1985, teria provocado uma progressiva desintegração institucional da Igreja, que, desde então, tem procurado ampliar a sua influência no país” (AZEVEDO, 2004, p. 109).

¹¹ “Por um lado, as dúvidas que a Igreja universal formulou sobre o seu próprio papel a partir da morte de Pio XII e ao longo do Concílio Vaticano II obrigariam a Hierarquia brasileira a perceber-se dos problemas sociais e econômicos do país e a abrir-se às novas correntes teológicas. Por outro lado, a crescente consciência política das massas oprimidas e a resposta ditatorial que provocou por parte das classes dominantes colocaria a Igreja face a uma opção que já não podia ser passiva” (M. M. ALVES, 1979, p. 40).

¹² Sobre isso (GOTAT, 1981, p. 141) cita a encíclica *fin dalla prima nostra* que diz: “A sociedade humana, tal como Deus a estabeleceu, é composta por elementos desiguais. Consequentemente, está de acordo com a *ordem estabelecida por Deus* a existência na sociedade humana de príncipes, ricos e pobres, sábios e ignorantes, nobres e plebeus”.

Nesse contexto, o mais correto seria fazer referência direta ao segmento conservador da instituição Igreja, já que o termo religião é generalista, trazendo riscos de uma análise equivocada e reducionista. Esse mesmo segmento chega a apoiar a ditadura militar. Ao aproximar-se das classes dominantes, esse segmento por sua vez atua em caráter assistencialista¹³.

A Igreja Conservadora, avessa a qualquer tipo de transformação social e porta-voz da passividade, apoiava as ditaduras militares e a condução pelas elites do capitalismo selvagem que se estabelecera no continente. Essa Igreja tinha como lema “a ordem, o progresso e a fé”, não importando as condições sociais em que grande parte das sociedades se situava. Organizaram a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” e revigoraram um segmento ultraconservador dos católicos chamado “Tradição, Família e Propriedade” (TFP). No Brasil, os principais representantes dessa ala foram os bispos Dom Sigaud de Diamantina, Dom Castro Mayer de Campos e o cardeal Barros Câmara do Rio de Janeiro (MITIDIERO, 2008, p. 81).

Considerando que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é a autoridade máxima da Igreja Católica no Brasil, seus posicionamentos merecem atenção especial em uma avaliação que tem como elementos essenciais a Igreja e sua visão política. Entretanto chamamos a atenção para o fato de a CNBB não ser a única expressão do catolicismo no Brasil¹⁴. Durante 1964 e 1968 a CNBB estava focada na política interna da instituição e menos preocupada com questões de caráter social, podemos entender essa afirmação quando olhamos para os documentos da Assembleia Geral da CNBB de 1967, onde ela “apresenta uma concepção de fé que era conservadora em comparação a teologia que havia surgido em alguns círculos latino-americanos [...] nem a reforma social nem a necessidade de uma mudança política faziam parte de sua concepção de fé.” (MAINWARING, 1989, p. 105). Ao mesmo tempo, existiram bispos que confrontavam as concepções de fé estruturadas pela CNBB, como é o caso de Dom Helder Câmara, que por questionar as diretrizes da CNBB e ter uma postura conflitiva foi transferido do Rio de Janeiro para o nordeste.

O Brasil carregava no seu episcopado a experiência sofrida de um nutrido grupo de bispos nordestinos, cujo pão cotidiano era a seca, a fome, o drama dos retirantes, dos lavradores sem terra, da injustiça secular. Esta experiência era acompanhada por todo um esforço de passar do mero assistencialismo para soluções mais corajosas e estruturais. Estes bispos estavam na raiz da fundação da SUDENE, [...] encontravam-se a frente do Movimento de Educação de Base, destinado a atingir pelo rádio as populações do interior, levando a educação libertadora (BEOZZO, 1985, p. 9)

¹³ “No assistencialismo a pessoa se comove diante do quadro de miséria coletiva: procura ajudar os carentes. Em função disto organiza obras assistenciais, como pão dos pobres, campanha do cobertor, chá beneficente, Natal da periferia, fornecimento gratuito de remédios etc. tal estratégia ajuda os indivíduos, mas faz do pobre objeto de caridade, nunca sujeito da sua própria libertação. O pobre é considerado como aquele que não tem. Não se percebe que o pobre é um oprimido e feito pobre por outros: não se valoriza aquilo que ele tem, como força de resistência, capacidade de consciência de seus direitos, de organização e de transformação de sua situação. Ademais, o assistencialismo gera sempre dependência dos pobres, atrelados às ajudas e decisões dos outros, não podendo ser sujeitos de sua própria libertação” (BOFF & BOFF, 2001, p. 16-17).

¹⁴ “como em qualquer outra instituição, uma Igreja é influenciada pelas mudanças da sociedade em geral. Mais especificamente, argumento que ideologias políticas da sociedade brasileira tenham influenciado a concepção de fé da igreja. Por sua vez, conflitos sociais, e a forma pela qual o Estado tentou resolvê-los ou suprimi-los, determinaram em grande escala essas ideologias e concepções da política. A luta política pode fazer com que as identidades sociais e as ideologias sejam repensadas, criando novas identidades e ideologias. De modo geral, as práticas sociais e as identidades institucionais não se modificam porque surgem novas ideias, mas sim, porque o conflito social leva a uma nova maneira de se compreender a realidade” (MAINWARING, 1989, p. 25)

Sendo assim, é possível perceber que o segmento conservador da Igreja está estruturado a partir de uma lógica excludente e elitista, onde a igreja está distante da realidade social dos povos oprimidos.¹⁵

Azevedo (2004, p. 112) aponta que as estruturas organizacionais da Igreja, passaram por aquilo que ele chama de “mudança de paradigmas” a partir de 1960, especialmente a partir do Concílio Vaticano II¹⁶ onde a Igreja começa a se abrir para novas filosofias teológicas¹⁷. É a partir dessa abertura que emana o segmento identificado por Mitidiero (2008) como “Igreja Progressista”

A Igreja Progressista, que criticava abertamente os resultados perversos do capitalismo e as posições e privilégios da Igreja Conservadora, também criticava a ideia de revolução proletária e de sociedade comunista. Ao mesmo tempo em que condenava os efeitos perversos do modo de produção dominante, defendia a “Aliança para o Progresso” e a proposição do “Estado do Bem Estar Social” (Welfare State), acatando a ideologia do país capitalista mais poderoso do mundo: os Estados Unidos. Talvez o emblemático bispo de Olinda Dom Hélder Câmara tenha sido o maior representante dessa corrente. Ele mesclava, contraditoriamente, denúncias às injustiças sociais causadas pelo desenvolvimento do capitalismo com proposição de teses desenvolvimentistas. Dizia ele: “tenho meu modo de lutar contra o comunismo: lutando contra o subdesenvolvimento”; por outro lado, denunciava: “um perigo maior que o comunismo ameaça o mundo, o responsável é o regime capitalista” (DUSSEL, 1981, p. 66, *apud* MITIDIERO, 2008, p. 81- 82).

Contudo, Azzi (2008, p. 352) nos fornece indícios de que já nos anos 50, alguns clérigos despontavam a abertura da Igreja em relação às questões sociais, ainda que o comunismo fosse uma ameaça para a instituição. Gotay (1981, p. 142) cita a encíclica *Divini Redemptoris* para elucidar a percepção oficial da Igreja em relação ao comunismo, “O comunismo é intrinsecamente mau, e não se pode admitir que colaborem com ele em terreno algum os que querem salvar da ruína a civilização cristã”. Nesse sentido, podemos afirmar que a inserção do “seguimento progressista” junto aos sujeitos “feitos pobres”¹⁸ necessariamente não significa que estes sejam protagonistas da sua história¹⁹, mas apenas sujeitos de um assistencialismo velado. “A Igreja Católica procurou contrapor-se a esses movimentos de esquerda, oferecendo uma melhor assistência social aos camponeses e atuando progressivamente na esfera de fundação dos sindicatos católicos” (AZZI, 2008, p. 363). É necessário afirmar que a abertura por parte da Igreja, não ocorreu de forma homogênea, Alves (1979, p. 38) aponta que uma parcela pequena de clérigos de fato se importavam com a perda de influência da Igreja junto aos pobres e marginalizados, desta forma é possível perceber que os segmentos conservador e progressista coexistiram em linhas opostas. “As opções feitas pela Igreja durante as

¹⁵ “O Vaticano II [...] é considerado pela ala conservadora como responsável pela decadência da Igreja Católica, e até mesmo julgado apostasia em relação ao Concílio de Trento e ao Vaticano I; tanto assim que houve quem chegasse ao ponto de pedir sua anulação ou uma revisão que equivaleria a tanto” (RATZINGER, Cardinali, *apud* BEOZZO, 1985, p. 52)

¹⁶ Caliman (2004, p. 231) aponta para três deslocamentos da Igreja Católica que se desdobraram a partir do Concílio Vaticano II, sendo o primeiro, o deslocamento de uma Igreja voltada sobre si para uma Igreja aberta ao mundo de hoje; o segundo deslocamento se refere à transposição de uma Igreja centrada na hierarquia para uma Igreja povo de Deus e o terceiro deslocamento se refere ao passar de uma compreensão universalista para uma a partir da Igreja local ou particular.

¹⁷ “Ao mesmo tempo, os conflitos sociais propagaram-se em dimensões mundiais. A violenta inquietação que se apoderou das classes pobres, nos países em via de industrialização, atinge agora aqueles cuja economia é quase exclusivamente agrária: também os camponeses tomam consciência da sua imerecida miséria. Junta-se a isto o escândalo de desproporções revoltantes, não só na posse dos bens, mas ainda no exercício do poder” (PAULO VI, 1967, p. 113).

¹⁸ Termo utilizado por Boff (1990) para descrever a realidade dos sujeitos pobres e marginalizados.

¹⁹ “Para o marxismo, a história é tudo. O homem não tem essência, tem história” (GOTAY, 1981, p. 142).

últimas décadas fortaleceram sua aliança com as classes populares, mas também a levaram a um distanciamento perante as classes dominantes e o Estado” (MAINWARING, 1989, p. 19).

O terceiro e último segmento identificado por Mitidiero (2008) a “Igreja Libertadora”, também descrita por Löwy (1991, p. 33) como “cristianismo da libertação”, é fruto das mudanças ocorridas no cenário da Igreja na América Latina e do mundo, a partir da década de 50.

A Igreja Libertadora representa uma crítica radical à atuação e à hierarquia da Igreja Católica e também à chamada “Teologia do Desenvolvimento” dos teólogos progressistas e, principalmente, ao modo capitalista de produção visto como pecado, como uma afronta à obra de Deus. Esse segmento elaborou uma teologia própria – a Teologia da Libertação – fazendo aproximações entre religião e ciência, entre marxismo e política (socialismo), o que os levou a produzir um discurso político-religioso com o objetivo de intervir na realidade. Os principais representantes dessa parte da Igreja foram os teólogos Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff, Hugo Assmann, Jon Sobrino, Joseph Comblim, entre outros (MITIDIERO, 2008, p. 82).

Löwy (1991) citado por Mitidiero (2008, p. 105) afirma que “a teologia da libertação é um pensamento religioso que utiliza conceitos marxistas e inspira lutas de libertação social como o marxismo faz”, (BOFF & BOFF, 2001, p. 50- 51) por sua vez afirmam que a Teologia da Libertação, não se faz obrigada a prestar contas do uso correto ou não das ideias marxistas, utilizando apenas algumas “indicações metodológicas” enquanto uma ferramenta sociológica²⁰.

No final dos anos 1960 e inícios de 1970, expressivos setores da Igreja no Brasil e na América Latina como um todo deram uma guinada radical para a esquerda. Foi o surgimento daquilo que Eric Hobsbawm definiu como os padres-católicos-marxistas. Religiosos que se utilizando do instrumental analítico oferecido pelo marxismo desejaram associar à sua práxis cristã a luta por sociedades mais justas ou com menos desigualdades (SILVA, 2006, p. 16).

Sendo assim, a partir da análise de Mitidiero (2008) percebe-se que a Igreja Católica da América latina no período em que estamos trabalhando, se posicionou de maneiras diferentes e até ambíguas frente às realidades vivenciadas pelas sociedades daquela época. Cabe ressaltar que se tratando de uma pesquisa de natureza histórica e como elucidamos anteriormente, a nossa pretensão é trabalhar a Igreja enquanto Instituição sociológica. Nesse sentido não nos sentimos obrigados a observar os preceitos e os dogmas da instituição que as define enquanto “una”.

Desenvolvimento

A tentativa de fornecer um panorama da Igreja Católica, durante o regime militar é uma tarefa complexa e de difícil execução, pela sua magnitude geográfica e pluralidade cultural, e sobretudo, pelo fato de que como “qualquer outra instituição, uma Igreja é influenciada pelas mudanças na sociedade em geral” (MAINWARING, 1989, p. 25). Após termos esclarecido a divisão em alas da Igreja Católica a partir das terminologias utilizadas por Mitidiero (2008) que ilustram a pluralidade cultural, política e ideológica da instituição, categorizando em três alas distintas, cada uma com sua especificidade, fomentamos a nossa análise com as contribuições de Tomas Bruneau (1974), na tentativa de identificar qual ala da Igreja Católica estava sobressaindo, ou melhor, em destaque

²⁰“O fato de existir uma teologia que tem como um dos seus fundamentos o materialismo histórico dialético, demonstra, por outro ângulo, as franquezas que a concepção marxista clássica tem sobre a religião. Ou seja, o marxismo raso, limitado e vulgar sempre se apresentou de forma dogmática reduzida ao exacerbado materialismo e ao anticlericalismo. Tudo que representava fé ou Deus era considerado essencialmente mal e alienante” (MITIDIERO, 2008, p. 106).

naquele período²¹.

Contudo essa tentativa se mostrou inconclusiva, pois as divergências entre o posicionamento²² oficial da CNBB e o posicionamento de alguns bispos poderiam inviabilizar nossa pesquisa. Sendo assim esclarecemos que vamos reduzir o nosso escopo a analisar apenas a CNBB enquanto representante máxima da Igreja no Brasil, eximindo-nos de analisar o posicionamento dos bispos²³.

Traremos como fonte documental para nossa análise, os materiais produzidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)²⁴ para as Campanhas da Fraternidade (CF) de 1967 – 1971.

Considerando que as Campanhas da Fraternidade (CFs) realizadas desde 1963 até os dias atuais são propostas para se trabalhar fatos sociais como ponto de partida para sua ação pastoral, entendemos que a CNBB²⁵ pela CF joga luz sobre temas que são pertinentes a toda sociedade, deixando transparecer assim seu posicionamento político ideológico, por isso decidimos utilizar esse material como fonte para nossa análise sobre a conjuntura da Igreja Católica nesse momento.

A Teologia Pastoral tem como objeto material a Igreja e como objeto formal a ação eclesial. [...] a ação da Igreja é a Campanha da Fraternidade, que acontece todos os anos, desde 1963, em âmbito nacional, durante o tempo quaresmal. Ela é a reconhecida como uma importante ação da Igreja no Brasil, não só pelos brasileiros, mas também no mundo todo. Um exemplo desse fato é que diversas universidades do mundo todo solicitam o Texto-base da Campanha da Fraternidade para estudo da realidade brasileira e da ação da Igreja; outro exemplo da sua importância são as cartas enviadas pelo Papa todos os anos por ocasião da sua abertura na Quarta Feira de Cinzas. A Campanha da Fraternidade surgiu a partir de uma situação bem definida e com uma finalidade bem determinada. Porém cresceu, abrangeu muitas outras situações e tornou-se completamente diferente do que era e do que se propunha. A Campanha envolvia as pessoas diante de um desafio que lhes era bem concreto: a penúria daquelas pessoas que eram vistas nas ruas e com quem se podia dialogar diretamente e perceber, sem nenhuma mediação, seus sofrimentos, suas carências, suas dificuldades (VANZELLA, 2017, p. 187).

²¹ Em nossa pesquisa entendemos que é necessário compreender o processo de auto identificação que a instituição expressa através de seu discurso e de suas práticas, a partir das mudanças sociais que possam alterar a sua identidade, como afirma Mainwaring (1989, p. 26)

²² “As concepções de fé da própria missão da Igreja não se modificaram somente como resultado de debates acerca de quais deveriam ser ou de como deveriam proteger interesses institucionais. Pelo contrário, sua identidade modificou-se principalmente porque o processo político mais amplo gerou novas concepções da sociedade e do papel da Igreja dentro dela” (MAINWARING, 1989, p. 25).

²³ Em nossa pesquisa entendemos que os posicionamentos de alguns bispos podem ser opostos ao posicionamento oficial da CNBB enquanto representante máxima da igreja católica no Brasil, sendo assim, esclarecemos que apesar de a CNBB representar os interesses da Igreja enquanto instituição, não necessariamente reflete o posicionamento dos bispos.

²⁴ “Foi a CNBB o órgão que [...] organizou o MEB, patrocinou o movimento de sindicalização rural, mantendo um departamento para cuidar do processo de reconhecimento oficial” (BRUNEAU, 1974, p. 196).

²⁵ “A CNBB foi fundada, em outubro de 1952, por Mons. Helder Câmara e aprovada por Mons. Giovanni Montini, então secretário de Estado do Vaticano. A ideia e os planos para sua organização nasceram de um diálogo entre os dois, em princípios da década de 1950, e pode-se dizer com segurança que a CNBB estava bem dentro da estrutura e das prioridades de Roma. Logo depois, Mons. Helder Câmara foi nomeado bispo auxiliar do Cardeal Dom Jaime Câmara (nenhuma relação de parentesco), do Rio, e eleito Secretário Geral da CNBB, cargo que ocupou por mais de uma década. Os objetivos de D. Helder ao fundar a organização eram dois: nunca houvera uma coordenação nacional da Igreja, além da que podia ser efetuada por uma personalidade forte como a de Dom Leme, e a necessidade dessa coordenação se tornara urgente com a rápida expansão das dioceses, ocorridas em princípios da década de 50; e achava ele que uma organização nacional como a CNBB animaria a instituição toda a tomar um interesse ativo na mudança social” (BRUNEAU, 1974. P. 196).

Nesta pesquisa utilizamos os documentos que estão no Setor da Campanha da Fraternidade na Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, que foram consultados presencialmente, já que estes não possuem versão digital e, portanto, não estavam disponíveis para consulta na internet até o momento em que essa pesquisa estava sendo realizada. Verificamos que o material analisado está totalmente preservado e organizado cronologicamente, desde a primeira edição da CF até a última em 2019. O material está aos cuidados do Pe. Claudio dos Santos que prontamente nos atendeu e proporcionou uma sala para que nossa pesquisa fosse realizada. O material está depositado em pastas, organizadas por ano, com seu respectivo conteúdo. Para nossa pesquisa, selecionamos as cinco CFs inscritas no período de 1967 – 1971, os materiais localizados estão identificados na tabela abaixo:

Tabela 1: Fontes referentes às Campanhas da Fraternidade (1967- 1971).

Ano	Material encontrado	Estado de conservação	tema
1967	Manual da campanha da Fraternidade (1 unidade)	Totalmente preservado	Somos todos irmãos, somos todos iguais.
1968	Disco de vinil com as músicas da CF (1 unidade)	Totalmente preservado	Crer com as mãos
1969	Disco de vinil com as músicas da CF (2 unidades)	Totalmente preservado	Para o outro o próximo é você
1970	Disco de vinil com as músicas da CF (2 unidades) Síntese do documento base e subsídio de planejamento (1 unidade)	Totalmente preservado	Ser cristão é participar
1971	Disco de vinil com as músicas da CF (1 unidade) Documento base e subsídios de organização (2 unidades) Subsídios litúrgicos de pregação (2 unidades) Separata do Livro “Lendo a Vida” (1 unidade)	Totalmente preservado	Reconciliar

Material disponível no setor Campanha da Fraternidade Da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro

Após termos realizado um detalhado estudo dos materiais das Campanhas da Fraternidade estruturamos a nossa análise de maneira cronológica, pois acreditamos que desta maneira será possível ter uma leitura mais clara e concisa, o que para nós é de suma importância já que para entendermos como o Movimento de Educação de Base sobreviveu ao regime militar a partir da hipótese revelada pela bibliografia fundamental, que é “o movimento sobrevive ao regime militar em virtude do seu vínculo com a Igreja”, é necessário compreender de que ala da Igreja, e como a Igreja se articulou naquele período.

Somos todos irmãos – somos todos iguais

Durante o ano de 1967, a partir da análise do material da Campanha da Fraternidade deste ano, percebemos um convite por parte da Instituição aos fiéis, para que estes tomem consciência do seu papel de corresponsáveis na atividade evangelizadora. Nesta análise chamamos a atenção para as palavras “participação, ser membro, corresponsável e colaborador”²⁶, estas palavras traduzem com clareza a percepção que a Igreja tinha dos fiéis naquele momento. Se durante os anos anteriores a Igreja estava ligada diretamente aos interesses da elite, nesse momento ela começa a pôr em prática uma mudança de postura, aproximando-se aos poucos dos interesses da sociedade de uma maneira geral, e percebendo a distância social entre a Igreja enquanto instituição hierárquica e as suas bases.

²⁶ Durante nossa análise identificamos que outras obras que versam sobre a Igreja nesse período utilizam essa metodologia de seleção de palavras-chave, citamos a obra de Caliman (2004) *in* Gonçalves & BOMBONATTO (2004), que identifica essas mesmas palavras-chave em uma análise muito próxima a que estamos realizando em nossa pesquisa.

O convite feito pela CF de 1967 tem como intenção convocar os leigos para a sua missão participativa dentro da instituição. Contudo, apesar dessa abertura, e do convite feito aos leigos, a Igreja ainda não havia assumido integralmente o espírito do Concílio Vaticano II. Segundo Caliman (2004, p. 224) a Igreja no Brasil durante os primeiros anos pós-conciliares buscou evitar os extremos, buscado uma constante interação entre os fiéis e a hierarquia.

Chamamos a atenção para o fato que teoricamente houve a proposta de uma abertura por parte da Igreja em relação ao laicato, entretanto a análise do material da CF de 1967 identifica que na prática a Igreja ainda estava vinculada as elites dominantes. Esse fato pode ser comprovado quando vemos que o comitê de honra, descrito no documento da CF de 67 era composto por “Juizes, Médicos, Dentistas, Farmacêuticos, Gerentes de jornais e rádios, Negociantes e Gerentes de empresas” em suma indivíduos pertencentes a uma elite e que teriam que decidir pelos grupos paroquiais.

Uma novidade apresentada é o Comitê de Honra, que possa contar com católicos que exercem grande influência sobre a comunidade. Deve ser composta, se for o caso, o juiz, o médico, o farmacêutico, o industrial, representante de associações de classe, sob a presidência do católico mais influente de sua paróquia, aprovado pelo pároco, e obter, inclusive através dele, a participação de outros nomes de prestígio¹¹⁵. É interessante uma análise sobre a criação deste Comitê de Honra, pois é possível verificar que, se por um lado amplia a participação do laicato na realização da Campanha da Fraternidade, por outro é possível perceber um modelo de Igreja que faz acepção de pessoas em vista da conquista dos objetivos propostos. Também podemos perceber que ainda traz resquícios do tempo do padroado porque continua submissa ao poder temporal, não mais ao poder político, mas ao poder social e econômico em vista da satisfação de suas necessidades materiais. O Comitê de Honra é um poder figurativo que rende. Na verdade, ele nunca foi implantado nas Dioceses (VANZELLA, 2017, p. 54).

Sendo assim, é possível perceber que a abertura ao laicato, proposta pelo Concílio Vaticano II, começa a forçar a hierarquia da Igreja Católica a ter uma mudança de posicionamento. Essa mudança por sua vez não foi instantânea, mas lenta e gradual. A partir da análise do conteúdo desses materiais, podemos perceber que o material da CF aparenta um tom que pode levar a compressão da inserção de uma ala progressista, tanto na sua escrita, quanto na ilustração do material onde são apresentados uma menina branca com uma boneca e um menino negro com uma bola, abaixo do título “Somos todos iguais somos todos irmãos”.

Figura 1: Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1967

Fonte: <http://medianeirabr.blogspot.com/2013/01/campanha-da-fraternidade-cf.html>



Contudo uma análise exclusiva desse material da CF seria reducionista e nos induziria ao erro, nesse sentido, esclarecemos que nossa análise foi balizada por outras obras que são amplamente utilizadas ao longo da nossa pesquisa. Deste modo essas obras²⁷ nos ajudaram a perceber que a CF de 67 tem um fenótipo da ala progressista, tanto pela constituição do seu texto, quanto pela sua ilustração, entretanto percebemos que essa campanha possuiu em sua composição grupos conservadores e elementos identificados na ala conservadora apresentada por Mitidiero (2008). Bruneau (1974) corrobora com nossa percepção quando afirma que mesmo após a publicação da *Populorum Progressio*, uma encíclica tida como “extremamente progressista”, e em uma situação onde o Brasil enfrentava uma situação de miséria, desemprego e outros fatores que vieram com a ditadura militar, a VIII Assembleia Geral da CNBB realizada em Aparecida – SP em maio de 1967 ficou restrita apenas a questões de doutrina e administração interna da instituição.

Dom Helder apresentou uma declaração sobre a “*Populorum Progressio* e o Brasil”, que foi muito pouco discutida e não teve qualquer repercussão pública; além disso, ele não conseguiu acrescentar à agenda um item sobre a redistribuição de terras da Igreja. Muitos observadores, inclusive dentre o clero, compreenderam que a Igreja, como ficava demonstrado nesse encontro, tinha recuado não apenas das preocupações sociais, mas também de qualquer atividade de inovação (BRUNEAU, 1974, p. 227- 228).

O lema da Campanha da Fraternidade “somos todos Iguais, somos todos irmãos” ilustra ainda um posicionamento de omissão e de distanciamento da instituição em relação aos efeitos da repressão e aos problemas sociais que estavam ocorrendo naquele momento, que foram amplamente trabalhados na *populorum Progressio*, conseqüentemente um reflexo de uma instituição que não quer se levantar contra o regime militar. A alteração dos quadros da CNBB antes do golpe de 1964 e pós-golpe trouxe resultados catastróficos, enquanto no período antes do golpe, existia uma busca por lutar contra os problemas sociais, com a instauração do regime militar as estruturas da igreja no Brasil também são alteradas. Bruneau (1974, p. 220) ratifica esse evento quando entende também que a CNBB no período pós-golpe não possui mais as mesmas lideranças progressistas do período pré-golpe, mas sim, uma estrutura burocrática e sem nenhum comprometimento com os compromissos anteriores que a CNBB desenvolveu até então. Três anos depois do golpe, os efeitos dessas mudanças são notavelmente perceptíveis. A igreja no Brasil, não estava preparada para conjugar as ideias do Concílio Vaticano II, que por sua vez, levanta temáticas de caráter social, como fome, desemprego e pobreza, entre outros temas que não eram necessariamente relevantes, tanto para a hierarquia eclesiástica naquele momento, quanto para o regime militar. Desta maneira é possível compreender a relação de crise e regressão que Bruneau (1974) afirma que a instituição sofreu nesse período²⁸. Essa CF tem como objetivo reativar a consciência de que todos são membros do povo de Deus, corresponsáveis por toda comunidade da Igreja local, diocesana, nacional e universal. No manual analisado, selecionamos como palavras chaves: participação, ser membro, corresponsável, colaborador. Entendemos que em 1967 a Igreja está atuando como assistencialista, onde o leigo é visto como “membro” e corresponsável pelas ações da Igreja, ele participa apenas como colaborador.

Percebemos uma Igreja elitista onde os ricos decidem pelos mais pobres, um exemplo disso pode ser verificado no documento da CF de 1967, onde o “comitê de honra” é composto por, pessoas que detém de um poder econômico e social, é perceptível que o pobre é excluído dos espaços decisórios, o que justifica nossa ideia de uma igreja conservadora que caminha sentido à ala progressista. Esse movimento de transição da ala conservadora para a ala progressista ambas ilustradas por Mitidiero (2008), acabam, no nosso entender, por criar uma quarta ala dentro da Igreja Católica, que podemos chamar de “Moderados”. Inicialmente houve um grande receio em admitir a

²⁷ Aqui faço referência as obras de Bruneau (1974); Caliman (2004); Mainwaring (1989), Documentos de Paulo VI (1997); Beozzo (2004) e Mitidiero (2008).

²⁸ “O Concílio não encontrou uma base organizacional na Igreja do Brasil, mas sem dúvida nenhuma estimulou nela uma inquietação” (BRUNEAU, 1974, p. 229).

existência de uma quarta ala, pois nos afastaríamos do referencial teórico que fundamentou a nossa compreensão sobre a categorização em alas. Contudo tanto algumas obras utilizadas em nossa pesquisa fazem alusão a um grupo, ou ala, identificada como “os moderados”, como durante a entrevista com José Renato, ex-integrante da equipe nacional do MEB durante o período que estamos trabalhando em nossa pesquisa, ele nos chama a atenção para participação do grupo identificado como “moderados”. Desta forma, esclarecemos que os moderados são aqueles que estão no processo de transição entre uma ala conservadora e uma ala progressista, que iluminados pelo Concílio Vaticano II, pelos desdobramentos da situação socioeconômica e política que o Brasil vivencia²⁹, além dos interesses em proteger a própria instituição, assumem a defesa de alguns interesses da ala progressista. Sobre isso Mainwaring (1989, p. 131) afirma que:

A CNBB ainda não acompanhava os grupos episcopais das regiões mais progressistas, mas ela percorrerá um longo trajeto. Após ter quase dado apoio ao regime militar (1964 – 1968), levantou uma voz tímida contra os excessos da repressão (1968 – 1972) e finalmente se firmou nas críticas às violações dos direitos humanos (1973 – 1982) (MAINWARING, 1989, p. 131).

Sendo assim, os resultados encontrados por nossa pesquisa, nos dão indícios de que a CNBB em 1967 está iniciando o processo de transição, de uma Igreja conservadora para uma Igreja progressista, esse evento de transição é identificado como a ala moderada. Bruneau (1974, p. 256) realiza uma contribuição significativa para o entendimento do processo de transição que a Igreja estava passando. “Podemos afirmar que a promoção dos leigos está a exigir caminhos novos para a sua efetivação. O que se tem feito, e mesmo as perspectivas que se abrem, parecem tímidas em face das exigências do momento e de opções a serem tomadas” (Regionais em Foco, de nacionais informam, de 15 de março de 1968, pág. 16 *apud* BRUNEAU, 1974, p. 256). Sendo assim, a nossa pesquisa apresenta a Campanha da Fraternidade de 1967 como uma tentativa tímida da CNBB em assumir as ideias do Vaticano II, com um lema distante dos problemas reais vivenciados durante a ditadura militar, com uma ilustração genérica e reducionista para o contexto brasileiro, reforçando os papéis de gêneros cristalizados – a menina carrega a boneca e o menino carrega a bola –.

Para o outro o próximo é você

O ano de 1969 a nível nacional foi marcado pelo endurecimento do regime militar, e a nível Latino-Americano, começaram a ser percebidos os desdobramentos da Conferência de Medellín, onde a Igreja voltou o seu olhar para o homem latino-americano, sob a justificativa que “para conhecer a Deus é necessário conhecer o homem” (CELAM 1968). O documento da II Conferência Episcopal Latino-Americana afirma que:

A Igreja latino-americana julga dever orientar-se para a formação de comunidades nacionais, que refletem uma organização global, onde toda a população, porém, especialmente as classes populares, tenha, através de estruturas territoriais e funcionais, uma participação receptiva e ativa, criadora e decisiva, na construção de uma nova sociedade. Essas estruturas intermediárias entre a pessoa e o Estado devem ser organizadas livremente, sem uma intervenção indevida da autoridade ou de grupos dominantes, no seu desenvolvimento e na sua participação concreta na realização do bem comum total. Constituem a trama vital da sociedade. São também a expressão real da liberdade e da solidariedade dos cidadãos (CELAM, 1968, p. 4- 5).

²⁹ “As rápidas mudanças do período de 1964-1973 resultaram de uma conjunção de alterações na política e na sociedade brasileiras e mudanças na Igreja internacional. Seja como resultado da tortura, das infames desigualdades em São Paulo, da violência contra os camponeses nas áreas fronteiriças do Amazonas ou da repressão da Igreja no Nordeste” (MAINWARING, 1989, p. 131- 132).

Nesse sentido, a CNBB, observando as conclusões do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM)³⁰ (1968)³¹ assume uma postura mais engajada em relação aos anos anteriores³², o que é possível verificar, quando analisamos a Campanha da Fraternidade de 1969, e percebemos que algumas palavras-chave novas passam a compor o vocabulário do documento da CF desse ano, tais como: Consciência; responsabilidade; participação e promoção humana. Essas palavras identificadas no manual da CF de 69 foram uma alusão direta aos resultados da Conferência de Medellín que abordam temáticas como consciência e responsabilidade.

Nossa missão pastoral é essencialmente um serviço de inspiração e de educação das consciências dos fiéis, para ajudar-lhes a perceber as exigências e responsabilidades de sua fé, em sua vida pessoal e social. Dentro dessa perspectiva, a Segunda Conferência Episcopal quer evidenciar as mais importantes para os países de nosso continente, tendo em conta o juízo de valor que, sobre a situação econômica e social do mundo de hoje, emitiram os últimos documentos do magistério da Igreja, e que no continente latino-americano tem plena vigência (CELAM, 1968, p. 14)

Na Campanha da fraternidade de 69 chamamos a atenção, ainda, para o uso maciço dos meios de comunicação, como foi descrito no item III da síntese do Documento Base da CF, que ilustram que a CNBB colocou em prática as conclusões da Conferência de Medellín.³³ Nesse mesmo item do documento Base a CF é descrita como uma campanha “Educativa da consciência da Igreja”. Uma diferença significativa é que diferente das CFs anteriores o leigo começa a ser integrado em espaços específicos, criados para estimular a participação do laicato na instituição.

³⁰ “No ano de 1955 foi criado o CELAM. Esse organismo seria encarregado de promover a reflexão teológica, pastoral, em uma palavra, eclesial, da Igreja Latino-Americana tornando-se, com o decorrer dos anos, o instrumento mais eficaz para a autoidentificação desta Igreja. É significativo verificar o crescente interesse que, a partir daquela época, “as coisas” latino-americanas vêm despertando nas velhas cristandades da Europa, as quais começaram a criar toda uma cadeia de instituições de ajuda à carente Igreja latino-americana. Entre elas: a Obra de Cooperação Sacerdotal Hispano-Americana (OCSHA, 1949), iniciativas “Fidei Donum” de muitas dioceses europeias com dioceses da América Latina, a Ação Episcopal Adveniat do Episcopado alemão, pela qual passaram, nestes últimos anos, centenas de projetos pastorais pedindo ajuda financeira, o College pour L’Amérique latine de Lovaina, The Society of St. James do Cardeal Cushing e outros [...] Medellín 1968 foi o primeiro fruto maduro do CELAM. Foi para a América Latina o que o Concílio foi para a Igreja Mundial” (PAPE, et al., 1983, p. 25)

³¹ “O documento final – A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio –, que se tornou mais conhecido sob a denominação *Conclusões de Medellín*, dedica toda uma seção ao tema da educação, que é considerado pelo episcopado um fator básico e decisivo no desenvolvimento do continente. Por educação, as Conclusões de Medellín referem-se não só à educação formal, mas a todo processo formativo, até mesmo não-sistemático, abrangendo crianças, jovens e adultos [...] para que a educação possa ser libertadora, ela deve ser, segundo o episcopado de Medellín, criadora em todos seus níveis. Deve ainda capacitar tecnicamente, preparar para o diálogo, aprofundar a consciência da dignidade humana, promover o senso comunitário e levar à afirmação das particularidades locais e nacionais, integrando-as na unidade pluralista do continente” (ANDRADE, 2004, p. 416- 417).

³² “Os bispos e a CNBB romperam a censura imposta à palavra livre no Brasil (a partir de 1968) e anunciaram e denunciaram as violações sistemáticas aos direitos humanos, às torturas, à insuficiência dos salários, à expropriação das terras. A Igreja se o tributo do povo. Criaram-se vários organismos que dão eficácia à luta pela justiça: Comissão de Justiça e Paz ao nível Nacional, diocesano e em muitos lugares em cada paróquia ou comunidade de base. CIMI: Conselho Indigenista Missionário, órgão ligado à CNBB e encarregado de ajudar os índios na defesa de suas terras e de sua cultura. CPT: Comissão de Pastoral da TERRA: órgão que acompanha os problemas das terras, onde as violências assumem formas extremas. Movimento Custó de Vida que mobilizou mais de 1 milhão de pessoas. Observemos: todos estes órgãos não visam defender os interesses corporativos da Igreja, mas do povo esbulhado. É um serviço da Igreja ao oprimido contra o pecado do esbulhamento a que está submetido” (BOFF, 1982, p. 43)

³³ “Despertar nos homens e nos povos, principalmente através dos meios de comunicação social, uma viva consciência da justiça, inspirando-lhes um sentido dinâmico de responsabilidade e solidariedade” (CELAM, 1968, p. 14- 15).

Mainwaring (1989, p. 122) esclarece ainda, que posterior ao ano de 1968, a CNBB assume uma postura mais crítica em relação ao capitalismo e ao Estado. Considerando a afirmação que Mainwaring (1989) faz no prefácio de seu livro “durante o período de maior repressão (1968-1974), a Igreja, com frequência, era a única instituição com suficiente autonomia política para criticar o regime autoritário e para defender os direitos humanos” (MAINWARING, 1989, p. 9). Entendemos que a ala moderada da CNBB deu mais um passo no sentido progressista, sobretudo depois de 18 de fevereiro de 1969, quando em virtude da repressão contra a Igreja, a CNBB assume a questão dos direitos humanos e realiza críticas ao AI-5.

Os bispos criticaram o AI-5 por permitir violações arbitrárias dos direitos humanos, inclusive sua restrição à auto defesa em tribunal, o direito de expressar opiniões e o direito à informação. Criticaram o governo militar por ameaçar a dignidade física e moral do indivíduo e por estimular uma radicalização maior da situação política (MAINWARING, 1989, p. 130).

O documento-base da CF de 1969 deixa claro sua intenção de “formar uma consciência de Igreja”, sendo assim entendemos que o tema da descoberta da alteridade, abordado pela CF sob o lema “Para o outro o próximo é você” vivifica a consciência de que todos são responsáveis por lutar contra as desigualdades e injustiças, frutos do capitalismo selvagem que oprime e segrega as pessoas. Essa Campanha, conta com dois instrumentos que fortalecem a conscientização do processo de opressão, que também podem ser considerados instrumentos de denúncia das estruturas opressoras, são eles o documento de Paulo VI, a *Populorum Progressio* e o Relatório da reunião de Medelín (1968). Vanzella (2017) contribui com nossa análise sobre a Campanha da Fraternidade de 1969 afirmando que essa campanha aborda a temática do desenvolvimento integral e solidário do ser-humano, evocando a necessidade da construção de uma sociedade solidária e fraterna. A iconografia da CF de 69 ilustra o gesto de solidariedade com o estender de uma mão, chamamos a atenção para a palavra “próximo” que está sublinhada no cartaz. Nesse contexto o termo “próximo” comporta dois significados, tanto o que vem depois, (seguinte), quanto o de proximidade.

Figura 2: Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1969



Fonte: <http://medianeirabr.blogspot.com/2013/01/campanha-da-fraternidade-cf.html>

Por fim, entendemos que depois de Medellín, a CNBB foi gradativamente reformulando o seu papel enquanto instituição, e assumindo uma postura mais combativa contra a realidade social de opressão e repressão, inserindo-se gradativamente na vida e na realidade dos sujeitos “feitos pobres por instrumentos que ofendem a dignidade humana” como afirma Boff (1990).

Ser cristão é participar

A Campanha da Fraternidade de 1970 foi fruto das reflexões dos anos anteriores, com o amadurecimento da CNBB em relação a questões que permeavam a sociedade brasileira e as reflexões realizadas sobre o encontro de Medellín (1968) e da encíclica *Populorum Progressio*. Nessa CF identificamos maior participação dos leigos nas organizações antes dominadas pela hierarquia clerical, diferente das Campanhas anteriores, na Campanha de 70, o leigo passa a ter um papel de protagonista, não mais de ator coadjuvante, ou mero figurante. O próprio documento base da CF em sua apresentação diz: “Em todos os níveis de trabalho da CF a maioria deve ser de leigos”. Nessa CF é possível identificar que a percepção da CNBB em relação ao leigo é mais madura em relação às anteriores, especialmente no que se refere ao contexto sociopolítico, econômico e eclesiológico.

Figura 3: Cartaz da campanha da Fraternidade de 1970



Fonte: <http://medianeirabr.blogspot.com/2013/01/campanha-da-fraternidade-cf.html>

Em maio de 1970, durante a XI Assembleia Geral, a CNBB assume de fato um posicionamento de conflito direto contra a ditadura militar, denunciando os abusos do regime, problematizando incisivamente a tortura praticada pelo governo. No texto da assembleia a CNBB declara que:

“Não podemos admitir as lamentáveis manifestações da violência, traduzidas na forma de assaltos, sequestros, mortes ou quaisquer outras modalidades de terror. (...) Pensamos primeiramente no exercício da JUSTIÇA, (...) que, sinceramente,

cremos estar sendo violentado com frequência, por processos levados morosa e precariamente, por detenções efetuadas em bases suspeitas ou acuações precipitadas, por inquéritos instaurados e levados adiante por vários meses, em regime de incomunicabilidade das pessoas e em carência, não raro, do fundamental direito de defesa (...) Seríamos omissos se não frisássemos, neste momento, nossa posição firme contra toda e qualquer espécie de tortura” (Documento da XI Assembleia Geral da CNBB, p. 85 -86 *apud* MAINWARING, 1989, p. 130).

Segundo Mainwaring (1989) em 1970 tanto os moderados quanto os conservadores começaram a combater a violação dos direitos humanos e os abusos cometidos pela ditadura militar, dentre os quais citamos a tortura de membros do comitê e dos padres assessores da JOC (Juventude Operária Católica) na sede nacional, no Rio de Janeiro, a prisão de padres e outros jocistas em São Paulo, Belo Horizonte – MG e Volta Redonda – RJ, invasão na PUC – Rio. Desta forma, entendendo o contexto vivenciado durante a ditadura percebemos que o convite da Campanha da Fraternidade foi sobretudo necessário, pois possibilitou que os leigos tivessem um espaço onde pudessem participar definitivamente. A imagem do cartaz reflete o “arregaçar as mangas” e partir para ação. Por fim, percebemos que a CNBB não estava mais com a mentalidade de uma Igreja distante do leigo, mas sim, o leigo definitivamente passa a compor a Igreja. E é dentro do contexto de abertura e participação dos leigos na Igreja, de conscientização de promoção humana, que emanam as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s)³⁴ e onde identificamos os primeiros sinais da igreja libertadora, comprometida com a mudança social a partir do processo de tomada de consciência da realidade injusta.

Neste modelo, os ministros da Igreja são, antes de tudo, assessores e coordenadores e os leigos são sujeitos que devem agir em conjunto com os demais leigos e os ministros ordenados, buscando a unidade com Cristo e a ação conjunta na história [...] O surgimento das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, integradas principalmente nos setores suburbanos e camponeses, de maioria pobre e simples, procurando viver em comunidade e unir a fé com a vida e assumindo o compromisso social pela mudança (VANZELLA, 2017, p. 136-137).

Por sua vez, apesar do discurso da CNBB apresentar alguns aspectos da ala libertadora, não foram encontrados elementos contundentes que pudessem comprovar que a CNBB durante esse período teve alguma ligação direta com a ala libertadora, segundo as definições de Mitidiero (2008). Sendo assim, entendemos que a CNBB nesse momento possui características mais próximas à ala progressista.

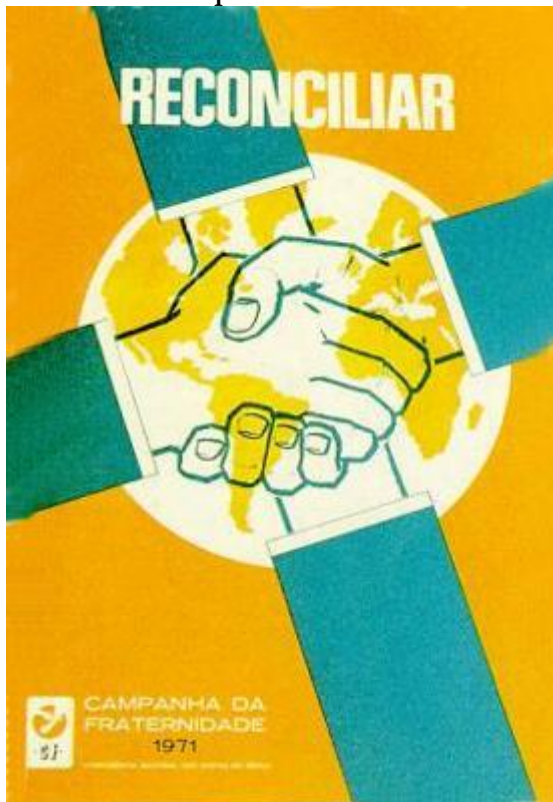
Reconciliar

A Campanha da Fraternidade de 1971, a última que vamos abordar em nossa análise, é a única no período que nossa pesquisa está abordando, que adentra na questão da educação, especificamente um movimento de conjugação de forças para a educação de adultos, proposta já

³⁴ “Durante os anos de 1964-1971, dinamizaram-se as bases, pois começavam a desenvolver-se todas as características fundamentais da Igreja popular. Entre as inovações mais importantes estava o surgimento das comunidades eclesiais de base (CEBs). Uma CEB é um grupo pequeno [...] que geralmente se reúne uma vez por semana, usualmente para discutir a bíblia e sua relevância face as questões contemporâneas. Seus membros são responsáveis pelas cerimônias religiosas do grupo, assim como por muitas decisões [...] as Comunidades Eclesiais de Base tornaram-se uma das contribuições de maior destaque da Igreja brasileira ao catolicismo [...] a partir de suas leituras da Bíblia, muitos participantes das CEBs se envolveram nos movimentos populares [...] muitas CEBs surgiram porque não havia outra forma de fazer um trabalho pastoral mais intenso, senão delegando maior autonomia aos leigos” (MAINWARING, 1989, p. 127- 128).

levantada em Medellín em 1968³⁵. No cartaz da Campanha, vemos o aperto de mãos, que simboliza o acordo entre duas partes, já que no contexto da reconciliação temos uma parte que pede desculpas e outra que aceita as desculpas. Em segundo lugar, temos quatro mãos que simbolizariam os pontos cardeais norte, sul, leste e oeste. E por fim uma ilustração do planeta Terra, que conjugados ilustram os quatro cantos da terra unidos em um único objetivo, o de reconciliar.

Figura 4: Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1971



Fonte: <http://medianeirabr.blogspot.com/2013/01/campanha-da-fraternidade-cf.html>

A reconciliação abordada na CF está diretamente ligada à promoção humana, que é uma proposta que a Igreja vem trabalhando desde 1968. Sobre a relação entre a reconciliação e a educação a CNBB afirma que:

A mensagem de reconciliação assume o entendimento de que o perdão ao outro é mais urgente que a oferta no altar. Durante esse tempo, cantou-se: “Não basta sete vezes perdoar/ mas, setenta vezes sete, sem contar”. (Mt 18,21). Ensina-se que a capacidade de perdoar não tem limites e que o perdão é uma atitude política que pressupõe conversão e transformação. Este é um difícil momento político. Na pauta das discussões está a Lei de Reforma da Educação Brasileira que objetiva formar cidadãos dóceis ao regime político vigente. As forças de resistência parecem quase vencidas. Em resposta, a Igreja lança mão de uma outra estratégia de evangelização: reforçar valores éticos também no espaço escolar (CNBB, Campanhas s.d.).

³⁵ “A Igreja toma consciência da suma importância da educação de base. Em atenção ao grande número de analfabetos e marginalizados na América Latina, a Igreja, sem poupar sacrifício algum, se comprometerá a promover a educação de base, que não visa somente alfabetizar, mas também capacitar o homem para convertê-lo em agente consciente de seu desenvolvimento integral” (CELAM, 1968 *apud* ANDRADE 2004, p. 417).

Sobre a Campanha da fraternidade com o tema reconciliação e sua relação com a educação o Papa Paulo VI envia uma carta comentando:

Reconciliemo-nos, pois, para promovê-los, com os pobres, com os que choram, com os doentes, com os sem-teto e sem-pão e com os que, abatidos, se encontram «à beira do caminho», à margem da civilização, do progresso e da sociedade. Em particular, reconciliemo-nos com os que não sabem ler nem escrever e não possuem a consciência da própria dignidade de homens e de filhos de Deus. Nada aproveita deter-se a perguntar, de quem é a culpa: se deles mesmos, se das condições adversas em que transcorre a sua vida. Eles são aos milhões, ao nosso lado. Sejam generosos, pela única maneira eficaz de os ajudar; alfabetizando-os, conscientizando-os, com espírito evangélico (PAULO VI, 1971).

A Campanha da Fraternidade de 1971 busca conscientizar os católicos para reconciliação e convida-os para que realizem um intenso movimento de promoção humana. Nessa CF há ainda uma preocupação com a realidade de opressão da sociedade brasileira e com a educação de base.

Sendo assim, pudemos perceber que com o passar do tempo a Igreja no Brasil, conseguiu gradativamente realizar o *aggiornamento* proposto pelo Concílio Vaticano II, a mudança de lugar social, ou seja, de uma Igreja vinculada aos poderosos, para uma Igreja que denuncia os poderosos e se vincula aos sujeitos feitos pobres, Cleto Caliman (2004, p. 243) confirma nossa análise dizendo sobre a Igreja que: “ela deixa o lugar do poder do Estado ou de uma classe social e vai para a sociedade civil. Dentro da sociedade civil ela vai do lugar da classe hegemônica para o mundo dos pobres (CALIMAN, 2004, p. 243).

O processo pedagógico da missão da Igreja, difundido pelas Campanhas da Fraternidade, parte do processo de conscientização, passa pelo exercício da corresponsabilidade e se concretiza na participação, concluindo assim o processo de tornar-se sujeito dentro da Igreja. O maior exemplo da concretização da participação dos sujeitos está nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que se expandiram a partir dos anos 70, e que contribuíram significativamente para a educação popular. Wanderley (1984, p. 36) sintetiza os novos compromissos assumidos pela Igreja:

uma teologia marcada pelo compromisso de fé e transformação do mundo; críticas oficiais ao sistema capitalista e reivindicações de reformas estruturais; fissuras na vinculação ao bloco dominante e inclinação para povo no campo; luta pela maioria do leigo na Ação Católica particularmente na JUC (Juventude Universitária Católica); luta pela democratização da educação; participação política ativa de grupos cristãos em posições de esquerda e primeiros grupos defendendo possibilidades de opção pelo socialismo (WANDERLEY, 1984, p. 36).

Conclusão

Em síntese, ilustramos a mudança de posicionamento da CNBB, a partir da análise do material das Campanhas da Fraternidade, de 1967 até 1971, balizada pela bibliografia utilizada: *A Igreja Católica e política no Brasil 1916-1985* (MAINWARING 1989); *Catolicismo brasileiro em época de transição* (BRUNEAU 1974); *A eclesiologia do Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil* (CALIMAN, 2004 in GONÇALVES & BOMBONATTO, 2004); *Por uma Igreja ministerial* (ALMEIDA, 2004 in GONÇALVES & BOMBONATTO, 2004); *O Vaticano II e a Igreja Latino-Americana* (BEOZZO 1985), e *A ação territorial de uma Igreja radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba* (MITIDIERO 2008); Sendo assim, entendemos que a Campanha de 1967 ilustrava um posicionamento da CNBB que se confundia entre conservador e moderado, quando já em 1968 temos uma Campanha predominantemente moderada, com uma leve inclinação para a ala progressista, em 1969 identificamos o declínio da ala conservadora e moderada, e uma campanha que se aproxima mais da ala progressista. Já em 1970, percebemos o alvorecer de aspectos

da ala libertadora, mas uma campanha identificada como progressista, o que também se segue no ano posterior 1971.

Por sua vez, percebemos que os posicionamentos que a CNBB assume ao longo do tempo coexistem entre si, ou seja, a CNBB assume uma postura progressista, mas ainda possui em seu meio, aspectos conservadores. Boff (1982) fortalece nossa percepção apontando que na Igreja existem dois comportamentos que coexistem, um voltado para o mundo e para a sociedade e outro voltado para as estruturas hierárquicas internas, o que pode ser um indício do motivo pelo qual a CNBB não teve uma manifestação plena da Teologia da Libertação. É nesse contexto que acontece a eclesiogênese, ou seja, o surgimento de uma Igreja nova, gestada no coração da velha. Assim como os filhos carregam códigos genéticos dos pais em seu DNA, a eclesiogênese acompanha esse mesmo processo, é uma Igreja nova, que tem em seu interior os resquícios da estrutura hierárquica. Por isso a CNBB não assumiu plenamente a Teologia da Libertação, e é identificada em nossa pesquisa, a partir da bibliografia e das produções das Campanhas da Fraternidade, que ilustram o posicionamento da CNBB em relação a sociedade como uma instituição que se apresenta inicialmente como conservadora e vai sofrendo alterações que caminham em sentido a ala progressista.

Referências

- ALVES, M. M. (1968). *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Sabiá.
- ALVES, M. M. (1979). *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- ANDRADE, P. F. (2004). A educação do ser humano realizada no diálogo entre fé e cultura, A contribuição do Concílio Vaticano II. Em P. S. GONÇALVES, & V. I. BOMBONATTO, *Concílio Vaticano II, Análise e perspectivas* (pp. 405- 417). São Paulo : Paulinas.
- AZEVEDO, D. (2004). A Igreja Católica e seu Papel político no Brasil. *Estudos Avançados*, 18.
- AZZI, R. (2008). *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964*. Petrópolis: Vozes.
- BARBOSA, F. M. (2007). Comunidades Eclesiais de Base na história social da Igreja Caricica (1973-1989). *Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em história da Universidade Federal do Espírito Santo*. Vitória. disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/teses/edh/tese_barbosa_cebs_caricica.pdf.
- BEOZZO, J. O. (1985). *O Vaticano II e a Igreja Latino-Americana*. (L. J. Gaio, Trad.) São Paulo: Edições Paulinas.
- BEZERRA, A., GARCIA, P. B., DUARTE, N., MASSADAR, C., & RIBEIRO, V. M. (1985). *Caderno de Educação Popular nº8*. Petrópolis: Vozes.
- BLOCH, M. (2002). *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. (A. Telles, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Acesso em 16 de junho de 2020
- BOFF, L. (1982). *Igreja: Carisma e poder. Ensaios de Eclesiologia Militante* (3 ed.). Petrópolis: vozes.
- BOFF, L. (1990). *nova evangelização, perspectiva dos oprimidos*. Fortaleza: Vozes.
- BOFF, L., & BOFF, C. (2001). *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes.
- BRASIL. (14 de março de 1967). DECRETO Nº 60.464. Brasília . Acesso em 14 de ABRIL de 2020, disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60464-14-marco-1967-401318-publicacaooriginal-1-pe.html>
- BRASIL. (8 de agosto de 1967). Decreto nº 61.145. Acesso em 14 de abril de 2020, disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-61145-8-agosto-1967-402270-publicacaooriginal-1-pe.html>
- BRASIL. (1961 de março de 26). *Decreto nº 50.370, de 21 de Março de 1961*. Acesso em 14 de abril de 2020, disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50370-21-marco-1961-390046-publicacaooriginal-1-pe.html>
- BREDARIOL, C. S. (1990). Ecologia, ecodesenvolvimento e educação ambiental . *dissertação de mestrado apresentado ao programa de Pós-Graduação em educação da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: FGV.
- BREDARIOL, C. S. (25 de agosto de 2019). (P. V. Pinto, Entrevistador, & D. P. Silva, Editor) Rio de Janeiro, RJ.
- BRUNEAU, T. C. (1974). *Catolicismo brasileiro em época de transição*. (M. Oliva, Trad.) São Paulo: Edições Loyola.
- BUENO, E. (2012). *Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção* . Rio de Janeiro: Leya.
- CALIMAN, C. (2004). Do ministério ao Povo de Deus: ma eclesiologia de comunhão. Em P. S. GONÇALVES, & V. I. BOMBONATTO, *Concílio Vaticano II, Análise e perspectivas* (pp. 228- 248). São Paulo: Paulinas.
- CELAM. (1968). *Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*. Acesso em 2020, disponível em <https://www.faculdadejesuita.edu.br/eventodinamico/eventos/documentos/documento-FwdDtt9v3ukKPDZq.pdf>
- CERTEAU, M. d. (1982). *A escrita da História*. (M. d. Menezes, Trad.) Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- CHABALGOITY, D. (2015). *Ontologia do oprimido: construção do pensamento filosófico em Paulo Freire*. Jundiaí: paco. Acesso em 10 de janeiro de 2017
- CNBB. (1967). *Campanha da Fraternidade 1967*. Rio de Janeiro: CNBB.
- CNBB. (1969). *Subsídios litúrgicos e síntese do documento-base, Campanha da Fraternidade: Para o outro o próximo é você*. Rio de Janeiro: CNBB.
- CNBB. (1970). *Síntese do documento-base e subsídios de planejamento. CF 1970*. Rio de Janeiro: CNBB.
- CNBB. (1971). *Documento-base e subsídiosde organização da Campanha da Fraternidade de 1971*. Rio de Janeiro: CNBB.

- CNBB. (s.d.). *CNBB Campanhas*. Acesso em 21 de 03 de 2020, disponível em <https://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade1971>
- COSTA, R. P. (2018). tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio. *Poder e negociação como relações pedagógicas. Memória da pesquisa confronto de sistemas de conhecimento na educação popular*. Rio de Janeiro : PUC-Rio.
- DE KADT, E. (2007). *Católicos radicais no Brasil*. (M. V. Rezende, & M. V. Rezende, Trad.) Brasília: UNESCO, MEC.
- DIETRICH, A. M., BLANES, J. S., & SANTOS, S. L. (2017). *Educação, Ética e Regime Militar no Brasil*. Santo André - SP: Universidade Federal do ABC.
- FAUSTO, B. (2015). *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP.
- FÁVERO, O. (1982). *Movimento de Educação de Base memória 1961/71*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação.
- FÁVERO, O. (1983). *Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FÁVERO, O. (2006). *Uma Pedagogia da participação popular: Análise da prática educativa do MEB- Movimento de Educação de Base (1961/1966)*. Campinas - SP: Autores Associados.
- FOLHA, d. S. (9 de dezembro de 1968). *Almanaque folha*. Acesso em 11 de março de 2020, disponível em http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_09dez1968.htm
- FREI GUIMARÃES, A. R. (1978). *Comunidades de Base no Brasil: uma nova maneira de ser em Igreja*. Petrópolis: Vozes.
- FREITAS, M. C., & BICCAS, M. d. (2009). *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez.
- GERALDO, L. (s.d.). *Nação do Divino*. Acesso em 09 de julho de 2020, disponível em http://2.bp.blogspot.com/-9uULmHmajpU/UwzByVU_2OI/AAAAAAAAAFM/oB7YO30ZV4s/s1600/Lamento+do+povo.png
- GOTAY, S. S. (1981). Teologia Contemporânea: Origem e desenvolvimento do pensamento cristão revolucionário a partir da radicalização da doutrina social nas décadas de 1960 e 1970. Em J. O. BEOZZO, O. MADURO, R. AZZI, G. GUTIERREZ, E. HOORNAERT, A. C. PELÁEZ, . . . S. S. GOTAY, *História da Teologia na América Latina* (pp. 139-164). São Paulo: Edições Paulinas.
- JORNAL DO BRASIL. (30 de abril de 1967). Rio de Janeiro: Jornal do Brasil. Acesso em 17 de abril de 2020, disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=109529
- José. (s.d.). *Medianeira*. Acesso em 18 de março de 2020, disponível em <http://medianeirabr.blogspot.com/2013/01/campanha-da-fraternidade-cf.html>
- LÖWY, M. (1991). *Marxismo e Teologia da Libertação*. (M. V. Baptista, Trad.) São Paulo: Cortez.
- MAINWARING, S. (1989). *Igreja Católica e política no Brasil 1916 - 1985*. (H. B. Prieto, Trad.) São Paulo: Brasiliense.
- MEB. (1698). *Relatório Síntese para audiência com o Presidente da República, 20 de maio de 1968*. Fundo MEB no CEDIC - digitalizado por Paulo Vitor de Souza Pinto.
- MEB. (11 - 31 de outubro de 1967). Relatório do V Encontro de Coordenadores. Rio de Janeiro.
- MEB. (1968). Relatório anual de 1967. Rio de Janeiro, Brasil.
- MEB. (1969). Relatório anual de 1968. Rio de Janeiro.
- MEB. (1969b). *Relatório para Assembléia Geral da CNBB*. Rio de Janeiro.
- MEB. (1970). Relatório anual de 1969. Rio de Janeiro.
- MEB. (1970b). Metodologia da Ação educativa do MEB.
- MEB. (1971). Relatório anual de 1970. Rio de Janeiro.
- MEB. (1972). Relatório anual de 1971. Rio de Janeiro.
- MEB. (1972b). *O trabalho do Movimento de Educação de Base no desenvolvimento social*. Rio de Janeiro.
- MITIDIERO, M. A. (2008). Tese de Doutorado. *A AÇÃO TERRITORIAL DE UMA IGREJA RADICAL: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba*. São Paulo.
- MONTEIRO, J. R. (2019). entrevista realizada com ex-integrante da equipe nacional do MEB [Gravado por P. V. Pinto]. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: D. P. Silva.
- OLIVEROS, R. (1990). História de la Teología de la liberación. Em I. E. SOBRINO, *Mysterium liberationis. Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación* (pp. 17-50). Editorial Trota.
- PAIVA, V. P. (1983). *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola.
- PAPE, C., COMBLIN, J., GORSKY, J., MAIELLO, G., GALILEA, S., & MARINS, J. (1983). *A missão a partir da América Latina*. (E. Flavian, Trad.) São Paulo: Paulinas.
- PAULO VI, P. (1967). *Documentos de Paulo VI: Populorum Progressio*. (L. Costa, Trad.) São Paulo: Paulus.
- PAULO VI, P. (27 de fevereiro de 1971). *RADIOMENSAGEM DO PAPA PAULO VI AOS BRASILEIROS POR OCASIÃO DO INÍCIO DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 1971*. Acesso em março de 2020, disponível em Vaticano: https://m.vatican.va/content/paul-vi/pt/letters/1971/documents/hf_p-vi_let_19710227_fraternita-brasile.html
- PONTUAL, P. (2009). Educação Popular e Democratização das estruturas políticas e espaços públicos. Em P. Pontual, & T. Ireland, *Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas* (pp. 91-101). Brasília: Ministério da Educação: UNESCO.
- REIS, D. A. (2014). A vida política. Em D. A. Reis, *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010* (1 ed., pp. 75-180). Rio de Janeiro, Brasil: Objetiva.
- RIDENTI, M. (2014). Cultura. Em D. A. (org.), & L. M. Schwarcz (Ed.), *Modernização, ditadura e democracia 1964-2010* (1 ed., Vol. V, pp. 233-284). Rio de Janeiro: Objetiva.
- ROLIM, L. C. (1969). Le Mouvement d'Education de Base ou Brésil. *dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em educação e desenvolvimento do Institut international de recherche et de formation Education et développement*. Paris: I.R.F.E.D.
- SAVIANI, D. (2011). *História das ideias pedagógicas no Brasil* (3 ed.). Campinas - SP: Autores associados.

VANZELLA, J. A. (02 de 10 de 2017). *Campanha da fraternidade: A Igreja do Brasil a serviço da vida*. Acesso em 20 de 03 de 2020, disponível em Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUC - RJ: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=31618@1>

VÓVIO, C. L. (s.d.). *Glossário Caele*. (L. e. Centro de Alfabetização, Produtor, & Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP / Departamento de Educação, Curso de Pedagogia e Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência,) Acesso em 16 de junho de 2020, disponível em

<http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/alfabetizacao-funcional>

WANDERLEY, L. E. (1984). *Educar para transformar: Educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes.

Enviado em 31/08/2022

Avaliado em 15/10/2022

MULHER NEGRA RAÇA E GÊNERO: O FEMINISMO NEGRO COMO FORMA DO DIREITO A IGUALDADE NA EDUCAÇÃO.

Riquelle Aparecida da Silva³⁶
Cíntia Souza da Luz³⁷

Resumo

Este artigo consiste na análise de se reconhecer e abordar a importância do feminismo negro, e verificar de que forma o mesmo possa contribuir para a superação do preconceito e discriminação racial e de gênero na educação. Neste sentido, a proposta é fazer uma reflexão sobre os temas envolvidos e a repercussão de suas ações na sociedade e seus reflexos diretos na luta pela igualdade entre os gêneros. O estudo contribuirá com futuros trabalhos acadêmicos para compreender a importância dos movimentos sociais na literatura acadêmica

Palavras-chave: Mulher Negra; Educação; Movimento.

Abstract

This article focuses on the analysis of recognizing and approaching the importance of black feminism, and verifying in which way it can contribute in overcoming prejudice, racial and gender discrimination in the educational system. The idea is to reflect on the issue, reflect on its repercussion upon the society and its contribution for gender equality. This paper will pave the path for future academic studies, in order to comprehend the importance of the social movements for the academic literature.

Keywords: Black Woman; Education; Movement.

Introdução

O Direito à educação compõe um conjunto de direitos denominados de direitos sociais, que têm como principal objetivo a igualdade entre as pessoas. No Brasil este direito foi reconhecido na Constituição Federal de 1988, anteriormente o Estado não tinha a obrigação formal de garantir a educação de qualidade a todos os brasileiros, o ensino público era visto como uma assistência, um amparo dado àqueles que não conseguiam pagar.

Falar de direitos iguais, relembra a sociedade marcada e instituída com base no patriarcalismo, tão explanado e naturalizado por Freyre (2005), o machismo sobressai como forma de “dominação natural”, expondo mulheres a preconceitos e violências diárias dentro da sociedade brasileira que embora seja considerada igualitária, percebe-se a existência de desigualdades latentes em todas as suas esferas. Diante do exposto emergiu-se o movimento feminista, assim como outros movimentos, como força política voltada a dar um ponto final ao patriarcado e possibilitar a igualdade de gênero. Seu surgimento, segundo estudiosos podem ser divididos em ondas, na qual se destacam 4 fases que foram de suma importância para a formação do feminismo atual.

Em contrapartida a comunidade negra também se organiza com o objetivo de articular um movimento que aliasse a luta a questões de classe, raça e socialização de gênero.

É com o viés de enfrentamento que da opressão das mulheres negras sobretudo aquelas produzidas a partir da interseccionalidade do racismo, do sexismo, do classismo e do heterossexismo compõem-se como elementos centrais para a inserção do movimento no contexto social.

³⁶ Prefeitura Municipal de Palmas - TO_Professora da Educação Básica.

³⁷ Prefeitura Municipal de Palmas

Entretanto a luta feminista negra se intensifica diante do fortalecimento do movimento garantindo o empoderamento das mulheres negras ampliando não somente o debate, mas seu campo de atuação enquanto um movimento social e político.

Educação a partir do feminismo negro

Educação é uma prática social que visa ao desenvolvimento do ser humano, de suas potencialidades, habilidades e competências. Notoriamente, a educação é um campo de oportunidades, mas também de enormes conflitos. Exatamente por ter potencial para transformar o social, é um espaço privilegiado para a dominação, tornando-se enrijecida e controlada, deste modo precisamos pensar a educação de forma crítica. Vale ressaltar que o homem é um ser inacabado e em constante busca de desenvolvimento, ser dinâmico de mudança, que encontra na educação o processo para o seu crescimento (ARAGÃO; ROITMAN,2000, p. 83).

Tonet (2012, p.33) disserta sobre a educação cidadã crítica que seria uma alternativa, não só para formar indivíduos, mas para, acima de tudo, formar cidadãos, habilitados para atender às novas exigências do processo produtivo, bem como conscientes de seus direitos e dispostos a participar, ativa e criticamente, da construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária.

O principal papel da educação é se caracterizar como instrumento capaz de reduzir as injustiças sociais, na medida em que o homem, enquanto ser, é o fim primordial dentro do processo educacional, que deve ir além dos ditames formais, favorecendo a imprescindibilidade do indivíduo. Tentativas de decolonizar a educação formal já está presente na história dos movimentos sociais latino-americanos há décadas. No Brasil, temos o exemplo do movimento negro, quilombola e indígena, que reivindicaram e conquistaram formas distintas de educação que correspondem às suas reais expectativas e necessidades.

Maldonado -Torres (2007) conceitua a descolonização como um projeto que:

aspira romper com a lógica monológica da modernidade. Pretende fomentar trans-modernidade: um conceito que também deve se entender como um convite ao diálogo e não como um novo universal abstrato imperial. A transmodernidade é um convite a pensar a modernidade/colonialidade de forma crítica, desde posições e de acordo com as múltiplas experiências de sujeitos que sofrem de distintas formas a colonialidade de poder, do saber e do ser. A transmodernidade envolve, pois, uma ética dialógica radical e um cosmopolitismo de-colonial crítico (MALDONADO-TORRES, 2007, p.162).

O feminismo decolonial latino-americano se une ao movimento das mulheres negras e não brancas na reivindicação de que a questão do racismo é central no eixo da opressão patriarcal-capitalista. Neste contexto vemos o feminismo decolonial como um movimento em construção que busca combater o racismo imaginário que cresce e se modifica a partir de experiências novas que são acrescentadas ao longo do caminho.

Movimentos feminista negro

O movimento de mulheres negras brasileiras, se desenvolve na década de 80, é fruto do encontro entre os movimentos negro e feminista e é também o espaço de tensão acerca das peculiaridades das mulheres negras derivadas da urgência das questões étnico-racial e de gênero.

Segundo (LEMOS, 1997, p. 42) os movimentos negros estavam à procura de uma consciência racial a qual busca uma sociedade democrática, que revisse não só as questões relativas à etnia, como também aquelas que dizem respeito ao gênero”.

O Feminismo Negro não tinha uma abordagem interseccional e racial, não contemplando em suas pautas, a dupla discriminação que as mulheres negras passam, tanto de gênero quanto de raça. Além disso, dentro do Movimento Negro, liderado por homens, não havia interesse em atuar nas lutas contra o sexismo. E aí, contraditoriamente, ainda que o movimento feminista consiga perceber em que nível a diferença de sexo é utilizada na reprodução das desigualdades, não consegue perceber como as diferenças raciais são trabalhadas na perspectiva da recriação constante dos mecanismos de discriminação racial (BAIRROS, 1988).

Nesse contexto, tem início o MMN (Movimento de Mulheres Negras) e, como consequência, do Feminismo Negro no Brasil, que fez com que os demais movimentos começassem a entender sobre a importância dos recortes raciais e de gênero nas mobilizações de direitos humanos. Mesmo com a controvérsia entre o movimento feminismo e o movimento negro, não podemos deixar que relembrar a contribuição, que o movimento feminista traz, do ponto de vista de uma visão de mundo. Formadas para pensar o Brasil como uma democracia racial.

O que é empoderamento na perspectiva do feminismo

Muito em alta nos últimos tempos, o termo empoderamento é definido pelo dicionário Aurélio como: “Ação de se tornar poderoso, de passar a possuir poder, autoridade, domínio sobre; exemplo: processo de empoderamento das classes desfavorecidas.” O dicionário vai além, oferecendo uma extensão deste conceito, caracterizando-o como gíria: “Passar a ter domínio sobre a sua própria vida; ser capaz de tomar decisões sobre o que lhe diz respeito, exemplo: empoderamento das mulheres.”

Em síntese a palavra empoderamento é a tentativa de empoderar as mulheres nas atividades sociais e da economia com propósito de promover a igualdade de gênero. Empoderar sempre esteve presente no movimento feminismo, demonstrando que o poder é acessível e disponível para mulheres.

Cecília Sardenberg discorre sobre o que é empoderamento na visão de uma feminista relata que: Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres é o processo da conquista da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal (SARDENBERG, 2006, p. 2).

O empoderamento, especialmente no que se refere à realidade brasileira, é importante para dar liberdade a mulheres que além de sentirem a ameaça machista também são afetadas pela desigualdade econômica e racial dentro de uma sociedade que marginaliza aquilo que entende como “minorias”. Devemos empoderar as mulheres para que elas tenham a oportunidade de fazer sua própria revolução, para que possam enxergar-se em grau de equidade para com os homens.

Considerações finais

A educação é um fenômeno observado em qualquer sociedade e nos grupos constitutivos dessa, responsável pela transformação e evolução da sociedade a partir da instrução ou condução de conhecimentos. Já a educação feminista é uma concepção de vida de valorização do outro, combatendo os preconceitos, as desigualdades, opressões e todas as formas de violência, e essa educação só pode ser efetivada com o protagonismo da luta das mulheres.

Neste contexto de lutas vemos surgir a organização do Movimento de Mulheres Negras, nos anos 1980, o qual utiliza de uma vasta quantidade de repertórios discursivos e estratégias de confronto, os quais se alinham ao contexto histórico e social em que atuam impactar e influenciar

positivamente instituições formais para a construção e implementação de políticas sensíveis à promoção contínua de igualdade de gênero, raça e promover o empoderamento de mulheres negras.

Diante da realidade das mulheres como condição de gênero subalterno no âmbito de uma sociedade machista e patriarcal, e essencial promover uma educação não sexista e libertadora, onde as mulheres são consideradas sujeitos políticos, autônomos, críticos e reflexivos, capazes de promover a transformação da sociedade.

Contudo, verifica-se ainda que a educação na perspectiva feminista, o movimento negro feminista vem colaborar com o empoderamento das mulheres pois é através deles que conscientizamos mulheres por meio do conhecimento, que se constrói um senso crítico na sociedade, de forma a liberdade de “cegueiras sociais”. Há, portanto, uma demanda social latente de aprofundamento das reflexões sobre a equidade de gênero e raça a fim de reduzir a desigualdade.

Referências

ARAGÃO, Selma; ROITMAN, Riva. Educação e desenvolvimento: um despertar para o novo milênio. In: MARCIAL, Danielle; ROBERT, Cinthia; SÉGUIN, Elida (org.). O Direito do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

CECÍLIA GOMES DE SÁ DIREITO E EMPODERAMENTO COLETIVO uma crítica aos pressupostos individualistas de projetos de lei e de políticas públicas do Banco Mundial dirigidos às mulheres

_____. Contribuições críticas do feminismo negro para o empoderamento das mulheres. In: Feminismos Plurais. Coleção Gênero, Cultura e Mudança. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016

DA SILVA, Flávia Helena Santos. A EDUCAÇÃO A PARTIR DO FEMINISMO NEGRO. Lex Cult Revista do CCJF, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 93-107, nov. 2020. ISSN 2594-8261. Disponível em: <<http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/332>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

EMPODERE, M. Empodere duas mulheres. Disponível em: <https://www.empodereduasmulheres.com/>. Acesso em 19 maio. 2021.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. Educ. Soc. Campinas: v. 33, n. 120, jul-set. 2012. p. 727-744

SARDENBERG, M. B. Cecília. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. 2006. 12 f. Artigo – NEIM/UFBA, Bahia, 2006.

SCHUNK, D. H.; ZIMMERMAN, B. J. (Eds.). Motivation and self-regulated learning. Theory, research and applications. New York: Lawrence Erlbaum, 2008.

TESOURO, M. La metacognición en la escuela: la importancia de enseñar a pensar. Educar 35, 2005, 135-144. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3421/342130824013.pdf>. Acesso em: 29 maio 2021.

TONET, Ivo. Um Novo Horizonte para a Educação, Conferência pronunciada no I congresso de ontologia do ser social e educação, promovida pelo IBILCE-UNESP- São José do Rio Preto em Nov/dez 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/06041481602/Downloads/4771-Texto%20do%20artigo-14213-1-10-20190114.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021.

MAGALHÃES, Maria José. Movimento feminista e educação: Portugal, décadas de 70 e 80, São Paulo: Editora: Celta 1998.

MOURA MATIA, Wédja Roberta. FEMINISMO E EMPODERAMENTO DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA. Disponível em: <[file:///C:/Users/06041481602/Downloads/53648-246314-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/06041481602/Downloads/53648-246314-1-PB%20(2).pdf)>. Acesso em 01 jun. 2021.

Enviado em 31/08/2022

Avaliado em 15/10/2022

A MULHER E A BUSCA INCESSANTE DA CONDIÇÃO DE AGENTE

Sandro Schneider³⁸

Resumo

A academia vem se debruçando incansavelmente a estudar o tema mulher, desencadeando um efeito positivo no sentido de governos implantar políticas públicas específicas visando ao bem-estar, ao protagonismo e à segurança das mulheres. A criação de órgãos e departamentos especiais para as mulheres, com o propósito de tirar o tema do anonimato, aos poucos começa surtir efeito. Por ser cada vez mais difundido e objeto de inúmeros estudos, buscar-se-á retratar neste artigo, através de uma revisão bibliográfica, documental e estatística, a figura da mulher ao longo dos tempos, suas lutas, suas privações e suas conquistas relacionadas ao mundo do trabalho, da educação e da política.

Palavras-chave: Mulher. Trabalho. Educação. Política.

Abstract

The academy has been tirelessly studying the issue of women, triggering a positive effect in the sense of governments implementing specific public policies aimed at the well-being, protagonism and safety of women. The creation of special bodies and departments for women, with the aim of removing the subject of anonymity, is slowly beginning to have an effect. As it is increasingly widespread and the object of numerous studies, this article will seek to portray, through a bibliographic, documentary and statistical review, the figure of women over time, their struggles, their deprivations and their achievements related to the world of work, education and politics.

Keywords: Women. Job. Education. Policy.

Mulher: da condição de deusa a objeto de dominação

Na história antiga, pouco se tratava de fatos ligados às mulheres, sobretudo, quando estas ocupavam lugar de destaque na sociedade. Porém, é preciso mencionar que alguns antropólogos indicam que há milhões de anos, no período Paleolítico (período da Pré-História que começou há cerca de 2,5 milhões de anos), a espécie humana se apresentava com um perfil matriarcal, ou seja, a mulher assumia um papel de poder e de liderança dentro dos grupos em que vivia, especialmente as mães (MURARO, 1994 *apud* JUSTEN, 2018, p. 33). Nesse período, ao contrário dos que se sucederam, o homem era destinado a viver com o clã de sua esposa.

Da mesma forma, em outros estudos mitológicos da história da humanidade, há cerca de dez mil anos, o feminismo já era referenciado, a mulher era considerada deusa, identificada como Terra, de onde tudo brotava e para onde tudo voltava (MURARO; BOFF, 2002 *apud* JUSTEN, 2018, p. 33). A mulher era responsável pela vida e pela existência do ser humano na Terra. Inclusive, não distante, nos anos 90, o famoso mangá japonês, “Os Cavaleiros do Zodíaco”, reproduzia a saga da “Deusa Atena” que representava a divindade da sabedoria, da inteligência, do senso de justiça e das artes.

Segundo Muraro e Boff (2002, *apud* JUSTEN, 2018, p. 33), no período em que a sociedade era marcada por feições matriarcais, as atividades humanas estavam em constante equilíbrio, seja entre os humanos, seja com a natureza. O sentido da vida voltava-se predominantemente à subsistência. Praticamente não havia competição ou cobiça, tampouco guerras. A sociedade matriarcal não utilizava a força física para exercer o poder, fazia isso através da persuasão e do consenso (SANTOS, 2012).

³⁸ Especialização em Gestão Pública

O passar dos anos trouxe a necessidade da caça em grande escala, fazendo diminuir a exuberância da natureza, iniciando assim uma nova cultura baseada em modelos de dominação e autoritarismo. Foi justamente a partir dessa mudança cultural e da necessidade de buscar alimentos que o homem evoluiu como espécie e se sobrepôs à mulher, desvelando algumas características, principalmente físicas (SANTOS, 2007). Em um dos seus relatos, o autor apresenta o início da desvalorização da mulher pelo homem:

Quando os homens começaram a domesticar os animais, perceberam a cópula deles e a relação com a fertilidade das fêmeas. Até então, eles colocavam a mulher numa posição sagrada e poderosa, porque elas geravam filhos espontaneamente, acreditavam ter relação direta com a fertilidade da terra e fecundação. Nesta época o culto era sempre feito para a Grande Deusa, o feminino era sacralizado. Esta revelação causa ruptura na história da humanidade, agora [os homens] podiam fecundar muitas mulheres. A mulher começou a ser desvalorizada e o homem supervalorizado, pelo fato do seu sêmen implantar vida nas mulheres (SANTOS, 2007, p. 44).

Inicia-se a partir de então um ciclo de domínio do homem em relação à mulher, a qual era considerada mais fraca. Não demorou muito e o povo começou a lutar por seu território, iniciando batalhas pela supremacia através da força física. As guerras passam a ser rotina, bem como a invasão de terras. Como expressam Muraro e Boff (2002):

Os princípios feminino e masculino, que governavam juntos o mundo até então, se dividem: a mulher fica reclusa no domínio da casa – do privado – e o homem assume o domínio público. Agora é a lei do mais forte que consolida o seu poder. Um poder que não é mais um serviço e sim um privilégio. Agora a relação que predomina é a do senhor e do escravo. O homem domina e a mulher é a dominada (MURARO; BOFF, 2002, p. 174 *apud* JUSTEN, 2018, pág. 34).

Beauvoir no seu livro “O segundo sexo” também tenta explicar o controle do homem sobre a mulher. Para o autor, à medida que se acentuava a percepção das diferenças fisiológicas entre os sexos, deixava de existir o vínculo de relativa igualdade entre ambos, desencadeando uma relação de hierarquia, na qual, a mulher tornava-se submissa ao homem (BEAUVOIR, 1970, pág. 85-86).

Esse novo contexto fez com que inúmeras sociedades começassem a construir diferentes formas de situar e diferenciar homens e mulheres, com diferentes regras e leis, sendo que a mulher era uma mera coadjuvante em relação aos direitos atribuídos aos homens. Isso fez com que a mulher, por muitos anos, estivesse ausente dos debates históricos, políticos, econômicos e sociais, ou seja, a mulher estava definitivamente alijada do espaço público, cabendo-lhe apenas o papel de cuidar dos filhos e do marido.

Engana-se, porém, e por isso é preciso compreender também, que apesar da evolução nos últimos anos em relação a direitos e bem-estar, que esta característica de “dominação masculina” não é exclusividade dos países pobres ou em desenvolvimento, como no caso do Brasil. Mesmo nos países mais ricos, onde a discussão sobre a emancipação feminina iniciou muito mais cedo, a história da mulher, como um sujeito de vontades próprias, foi relegada a um segundo plano.

Dessa forma, esperar que algo aconteça ao natural como uma espécie de darwinismo social, étnico ou de gênero não passa de ingenuidade. A história é implacável, nenhuma conquista antecede a luta. Construir uma narrativa consistente e um espaço de respeito, exige tempo, disposição, pesquisa e sobretudo publicização exaustiva daquilo que foi pesquisado. Na seção a seguir, propõe-se fazer uma breve retrospectiva, ou melhor, uma cronologia evolutiva da mulher no campo do trabalho, da educação e da política.

A condição de ser mulher em três territórios: trabalho, educação, política

A evolução do papel da mulher na sociedade foi marcada por diversas fases de lutas e buscas de direitos iguais aos dos homens. Contudo, essa evolução não aconteceu ao natural, era necessário a imposição e reivindicação do seu espaço na economia, na política, na educação e no convívio familiar. As consequências dessa “imposição positiva” digamos assim, sempre desencadeou fortes reações do mundo patriarcal e, quem sabe, ainda levará algumas dezenas de anos para que ambos os sexos cheguem a uma igualdade de condições. O movimento, ou melhor, o nome do movimento que carrega consigo a esperança de dias mais iguais, “o Feminismo” gera controvérsias até hoje. A terminologia considerada nada casual para muitos, inspira e desperta nos mais alienados um forte sentimento de revanchismo, dificultando ainda mais um caminho que, por si só, já é pra lá de espinhoso.

A mulher e sua relação com o mundo do trabalho

À medida que o mundo e a produção evoluíam, principalmente durante o avanço da Revolução Industrial, houve a necessidade, em razão de um aumento exponencial da demanda, de incorporar mais pessoas ao processo produtivo, uma vez que apenas a atuação masculina não dava mais conta. Embora esse período tenha marcado um avanço na relação da mulher com o trabalho do mundo fabril, segundo Botelho (2008, p. 31), “ela podia ser aceita como trabalhadora, mas apenas em atividades cuja remuneração era menor do que a do homem”. Cargos de liderança ou com papel de decisão eram inimagináveis para o contexto da época.

No Brasil não foi diferente, à medida que se intensificava a demanda da indústria nacional, proporcionalmente aumentava também a necessidade de incorporar trabalhadoras ao processo produtivo, com a vantagem de que estas, em comparação com os homens, poderiam ser mais mal remuneradas. Segundo Saffioti (1987), em média, a trabalhadora brasileira recebia proventos em uma proporção de 50% menor em comparação ao trabalhador homem. Se imaginarmos que uma família é composta por quatro membros, os genitores e mais um casal, por exemplo, e que todos trabalhem na mesma empresa e com as mesmas funções, a família, em vez de auferir quatro parcelas inteiras de determinada remuneração, recebia apenas três, uma vez que a pecúnia devida às mulheres era metade da destinada aos homens.

Mesmo que essa diferença tenha diminuído durante as duas primeiras décadas do século XXI, ainda é muito significativa, e o mais grave na manutenção dessa diferença, é que desde a década de 1970, segundo Pinheiro (2012, p. 32) o nível médio de escolaridade das mulheres é superior ao dos homens. Isso refuta a tese de que quanto maior a qualificação, maiores as chances de progresso na carreira.

A mesma Saffioti (1987, p. 23) destaca ainda que a classe patronal tem o maior interesse na existência de categorias sociais discriminadas, como negros, homossexuais ou mulheres, isto porque quanto mais discriminada for uma categoria, mais se sujeitará a trabalhar por salários inferiores aos considerados normais.

Outro importante elemento a ser destacado diz respeito à dificuldade em mensurar de fato a presença feminina no mundo do trabalho, pois até recentemente as pesquisas se dedicavam exclusivamente à coleta e análise de dados relativos ao trabalho formal. Ainda hoje, muitas atividades realizadas por mulheres tendem a ser excluídas daquilo que se chama “trabalho”, sendo entendidas como “naturais” às mulheres. Segundo o DIEESE,

Ainda existem muitas mulheres que – embora trabalhem – estão ausentes das estatísticas, ocultas no trabalho doméstico, na ajuda em negócios familiares, no cuidado das crianças, dos idosos e doentes, e outras dentre as muitas atividades consideradas ora como não-econômicas, ora como complementares de outras

mais “relevantes”. Esse mascaramento é ainda mais intenso nas áreas rurais (DIEESE, 2001, *apud* SOUZA, 2008, p. 180).

Aplicando-se essa linha de raciocínio para a vida rural, embora se reconheça que as condições de bem-estar da mulher rural evoluíram significativamente nos últimos anos através da possibilidade de inclusão da mulher no Bloco de Produtor e obtendo o direito de aposentadoria aos 55 anos de idade, há de se considerar que entre todos os lugares, a vivência rural feminina é a que mais gera privações. Além de sua mão de obra servir de linha complementar à atuação masculina e de a mulher não participar das decisões relativas à propriedade, essa situação provoca um enorme passivo físico e psicológico, afastando a mulher do convívio e da vida urbana, uma vez que esta, raramente opera algum veículo automotor, dependendo quase exclusivamente do marido para sua locomoção.

Com o advento da modernização na agricultura, há uma significativa redução do trabalho braçal, tanto para o homem quanto para a mulher. Contudo, mesmo diminuindo o volume de trabalho do homem, proporcionalmente isso não implicava um auxílio à mulher nos seus afazeres “típicos”, muito pelo contrário, o homem passava a dedicar parte do seu tempo livre para atividades de cunho social ou mesmo para atividades esportivas. Estas por sua vez, especialmente em regiões interioranas no Sul do país não contemplam a presença feminina. As exceções ficam por conta da criação de grupos femininos de boliche/bolão.

Uma outra observação importante a se fazer está situada nos estratos da população cuja renda per capita é menor, ou seja, nessas camadas, o marido entendendo que sua renda não é suficiente para garantir o sustento da casa, “permite” que a mulher trabalhe fora para complementar a renda. Entretanto, conforme indica Saffioti (1987, p. 49) esse tipo de trabalho feminino acontece em atividades não estruturadas, sendo entre elas o trabalho doméstico o principal. Além de ser um segmento cuja atuação feminina é maciça (há poucos relatos de empregados domésticos), é também um campo em que os direitos sociais/trabalhistas/previdenciários são menos respeitados. Muito recentemente, apenas com a promulgação da lei complementar nº 150 de 1º de junho de 2015 que o trabalho doméstico é regulamentado, trazendo um pouco de dignidade e proteção a milhares de empregadas domésticas em todo país.

No outro extremo, quando o marido tem uma renda média bastante alta, segundo Sedlacek e Santos (1991) a probabilidade de a mulher trabalhar é muito menor. A última pesquisa de orçamento familiar do IBGE ocorrida entre 2008-2009 ratifica claramente essa afirmação, ou seja, a proporção de mulheres que são referência da família é inversamente proporcional à renda do marido. Em famílias de renda (até R\$ 400,00) a proporção de famílias chefiadas por mulheres é de 47%, ao passo que em rendas altas, acima de R\$ 3.000,00 essa proporção cai para 28%.

A mulher e sua relação com o mundo da educação

No que diz respeito à inserção da mulher no universo da educação formal, esse ingresso não foi facilmente aceito mesmo após o direito obtido. Segundo Manoel (2008), as classes sociais, de um modo geral, mostravam-se receosas com a educação das mulheres, ainda mais com os fantasmas da Modernidade pairando e o surgimento das primeiras manifestações feministas, cujo objetivo não era só buscar o direito à educação básica, mas também e posteriormente exigir um lugar nas academias e faculdades, além do direito ao voto.

Embora e inicialmente inserida em currículos que privilegiavam a questão religiosa e as atividades domésticas, ainda distante dos objetivos do ensino masculino, segundo Justen (2018, p.41), é por meio do direito de ler e escrever, que a mulher começa a ter condições de se expressar e não ser apenas descrita e representada como objeto do “olhar do outro”.

Segundo Guariza (2014), a história da educação feminina no Brasil evidenciou a trajetória das mulheres na luta para conquistarem espaço no meio acadêmico e também no mercado de trabalho. Em 1879, com a Lei Leôncio de Carvalho, ficou garantido o direito às mulheres de cursarem as instituições de ensino superior. A autora complementa dizendo que o quadro de raridade das mulheres no ensino superior começou a se modificar apenas na década de 1970, quando o ingresso das mulheres se intensificou, culminando, na década de 1990, na inversão da tendência tradicional, isto é, as mulheres passaram a ocupar 60% das vagas no ensino superior.

Contudo, o aumento do ingresso das mulheres na universidade não significou necessariamente a equidade de gênero, porque os cursos nos quais elas representavam maioria eram considerados eminentemente femininos. Esses reforçavam as atribuições tradicionais das mulheres, como o magistério, a enfermagem e o serviço social. Em cursos considerados masculinos, as poucas mulheres que ousavam “invadir” esse território encontravam um terreno hostil, tanto na sua formação quanto na atuação profissional.

Sandra Duarte de Souza em seu artigo, Educação, trabalho e socialização de gênero: quando ser mulher pesa mais na balança da desigualdade social, de 2008, faz um alerta que é preciso ter um pouco de cautela na análise de algumas narrativas, ou seja, por mais que haja um predomínio dos homens nas ciências sociais exatas e nas ciências aplicadas, a escolha das mulheres pelas ciências humanas têm um componente de gênero que as orienta, quer dizer, a associação do feminino com o cuidado com o outro pesa sobre a escolha de áreas como a enfermagem, psicologia, serviço social e educação.

Nesse sentido Guariza (2014) acrescenta que as pesquisas e produção científica sobre a situação feminina cresceram significativamente à medida que o número de mulheres aumentou nas universidades, sobretudo nas áreas das Ciências Humanas. Isso entretanto, evidencia outra discrepância em relação ao universo masculino, quer dizer, o gênero feminino necessita produzir suas próprias narrativas/teses como forma de emancipação, proteção e reconhecimento.

Já Moema de Castro Guedes (2008) em seu artigo, A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino, tem indicado que o processo de expansão da escolarização em diversos contextos graças a mudanças nas legislações que visaram universalizar o acesso a esse bem, tem consolidado a retirada das mulheres de uma educação predominantemente familiar, na qual os aprendizados eram voltados para seu papel de mãe e esposa, para uma educação voltada para o mundo público. Prost (1992) destaca essa questão ao afirmar que toda educação escolar é educação para a vida pública. Segundo o autor, o aumento geral da escolarização remete a transformações muito mais profundas: “mais do que uma socialização dos aprendizados, seria um aprendizado da sociedade” (PROST, 1992, p. 82 *apud* GUEDES, 2008, p. 130).

A mulher e sua relação com o mundo da política

Se a conquista das mulheres em relação ao mundo do trabalho e da educação ainda sofre alguns revezes, imagine-se a inserção da mulher nas esferas de representação política da sociedade.

Embora a participação da mulher na política brasileira tenha iniciado há quase um século, com a conquista do voto feminino em 1932, depois sendo intensificada pelos movimentos feministas da década de 70 e, por fim com a promulgação da lei 9.504/97 que tratava das cotas eleitorais para mulheres e estabelecia os percentuais mínimos e máximos para cada sexo, a chamada “participação de fato”, segundo dados oficiais, continua indicando uma forte discrepância entre os sexos, o que inclusive sinaliza a manutenção das desigualdades no campo social, econômico e cultural. Segundo Silva (2010, p.560), “a crença, quase natural em nossa sociedade, de que o homem é superior à mulher, acaba legitimando essa discriminação porque está incorporada ao imaginário coletivo social.”

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, as mulheres representavam cerca de 52% do eleitorado brasileiro em 2012, mas infelizmente a proporção de gestoras eleitas para o período de 2013-2016 não ultrapassou 11,92% do total de prefeituras em disputa, ou seja, apenas 664 gestoras. Indo para um patamar ainda mais elevado, diga-se, governos de estado e Presidência da República, as estatísticas são ainda mais est arrecedoras. Em mais de um século de República, o ano de 2010 representou a primeira ascensão de uma mulher ao cargo máximo da nação, sendo reconduzida ao cargo em 2014 e alvejada do poder no ano seguinte. Em nível de governo do estado, em se tratando do Estado Rio Grande do Sul, a primeira e única experiência ocorreu no ano de 2006. Infelizmente, a desproporcionalidade entre “eleitos” e “eleitas” é um fato, e justamente por isso, não há atualmente a menor condição de produzir estudos comparativos entre o desempenho de homens e mulheres frente a executivos, legislativos e órgãos de governo.

Assim como no caso do Brasil, raros são os exemplos de mulheres que chegaram aos escalões mais altos da República, excetua-se no passado recente, a Primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, no poder desde 2005 e, mais recentemente, a eleição da Vice-presidenta dos Estados Unidos, Kamalla Harris e, num passado mais distante, a inesquecível Margaret Thatcher, premier britânica entre 1979 – 1990.

Se por um lado fica evidente o alvejamento da mulher no espaço da política institucional, diga-se, dos partidos políticos, do Parlamento ou do Executivo, por outro, segundo Saffioti (1987, p. 48), a grande participação política das brasileiras tem-se dado através dos movimentos sociais: associação de mães, luta por creches, movimento pela liberdade sexual e reprodutiva, luta contra a ditadura do corpo, entre outras. Contudo, mesmo esses movimentos legítimos e independentes sofrem com as tentativas de cooptação realizada por partidos políticos, que têm o único propósito de elevar o número de votos de certos candidatos a postos no Legislativo ou Executivo.

Nem mesmo a criação do PMB (Partido da Mulher Brasileira) tem tido efetividade na defesa de pautas específicas, o que prova que não basta haver a institucionalização, o que se precisa antes de mais nada é uma drástica mudança cultural.

O principal fator encontrado como determinante para manter as mulheres ainda hoje distantes de um envolvimento direto com o ambiente político, diz respeito ao papel social feminino, especialmente voltado ao ambiente doméstico. Dados relativos aos eleitos para a Câmara Federal em 1994 e 1998 mostram que, entre as mulheres, as casadas constituem minoria, frente às que possuem outros tipos de estado civil, somadas (solteiras, separadas, divorciadas e viúvas). Ao contrário dos homens, com ampla maioria de casados. O que permite concluir que

a situação conjugal parece continuar funcionando como obstáculo ao ingresso das mulheres na política. A dinâmica política requer um grau de envolvimento, ausência de rotina doméstica e capacidade de articulação que implicam, na prática, um tipo de autonomia nem sempre aceitável para os cônjuges, sobretudo quando pertencentes ao sexo masculino (COELHO, s/d, p. 6).

Apesar de todos os contextos e de uma participação tímida da mulher no espaço público, se faz cada vez mais necessário fomentar as pesquisas sobre o papel de agentes políticos femininos, uma vez que esses são cenários ainda não suficientemente investigados e publicizados. Não que isso provoque uma revolução do dia para noite, em termos de participação feminina, mas certamente estimulará as mulheres a assumir cargos de maior responsabilidade e exigência técnica por seus méritos, seja por indicação ou eleição.

Considerações finais

O tema mulher e tudo o que o acompanha, certamente ainda será objeto de estudo por uma dezena de anos. Como destacado no início deste trabalho, a intenção desse artigo é situar a mulher ao longo dos tempos e perceber quais as suas dificuldades e avanços no universo do trabalho, da educação e da política.

A inserção da mulher no mercado de trabalho é uma conquista que demandou e seguirá demandando muitos esforços das trabalhadoras, a fim de vencer todos os obstáculos que lhe são impostos. Das fábricas à lavoura, dos hospitais à sala de aula, a franca participação da mulher, em qualquer área do mercado de trabalho só tem a trazer benefícios para toda a sociedade, promovendo a igualdade e fortalecendo a economia.

No tocante à educação, se no período colonial a educação de mulheres se dava no lar e toda a instrução era no sentido de formar boas esposas e mães, treinando-as para a vida doméstica, hoje elas estão matriculadas em escolas públicas e privadas, e buscam, através da educação, um lugar de destaque, lugar este que certamente foi subjugado às suas mães e avós. Inúmeros são os estudos que apontam que as mulheres são maioria no ensino médio e superior. São elas também que detêm o maior número de bolsas de mestrado e doutorado, além de figurarem com uma média maior de permanência na escola/universidade em relação aos homens.

Enquanto as dimensões anteriores tiveram avanços significativos, é com relação à inserção da mulher na vida política que está a maior discrepância. É preocupante a falta de representatividade feminina nos setores públicos, uma vez que a posição de agente participativo da mulher se demonstra fundamental para a garantia de sua liberdade e, conseqüentemente, de seu poder de escolha. Embora a lei de cotas represente uma das conquistas da mulher na representação pública, ela não consiste, por si só, em medida eficaz de participação nas esferas políticas. Isso porque o discurso de efetivação da igualdade feminina deve ser visto em conjunto com o combate das estruturas patriarcais, estruturas essas que são as grandes responsáveis pelo alijamento da mulher da vida pública.

Apesar de todas as dificuldades, fica evidente que as ações dos grupos feministas lograram grandes êxitos nos últimos anos, porém, há muito a ser feito, pois ainda existem várias mulheres marginalizadas pela simples condição de serem mulheres. Mulheres que não conseguem ultrapassar a barreira do preconceito de gênero, de não serem empregadas pelo fato de terem filhos, de serem preteridas nas promoções da carreira. Enfim, é necessário uma incessante e perseverante busca de mudança cultural para que a sociedade chegue a ponto de declarar que, de fato, existe igualdade entre homens e mulheres.

Referências

- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, 309 páginas.
- BOTELHO, L. de L. R. **Ascensão profissional de executivas em empresas baseadas no conhecimento**. 2008, 161 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento), Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Centro Tecnológico, Florianópolis, 2008.
- COELHO, Leila Machado. **Identidade Feminina no Cenário Político Brasileiro**: análise de uma expressão contemporânea do mito de Lilith. Disponível em: <<http://legacy.unifacef.com.br/novo/publicacoes/liforum/Textos%20EP/Leila%20Machado%20Coelho.pdf>>. Acesso em 16/06/2021.
- GUARIZA, N. **Feminismo e Educação**: a caminho da equidade. Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR. Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. 2014. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/revistaexpressao/article/view/2761/2331>. Acesso em: 16 jun. 2021.

GUEDES, Moema de Castro. **A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações**: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. História, Ciências, Saúde. Volume 15, p.117-132, Manguinhos, Rio de Janeiro, jun. 2008.

JUSTEN, Andréia Frohlich. **Políticas Públicas para as mulheres**: compreensão a partir das narrativas de mulheres atendidas nos municípios de Santa Rosa e Santo Ângelo (RS). Dissertação de mestrado, UFFS, 2018.

PINHEIRO, Joel Carrion. Trabalho feminino no Brasil: **análise da evolução da participação da mulher no mercado de trabalho (1950-2010)**. TCC Ciências Econômicas, 58 páginas, UFRGS, 2012.

SAFFIOTI, Heleieteh I.B. **O poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, R. M. S. **A história da mulher através dos tempos**. 2007. Disponível em: http://www.movimentodasartes.com.br/rosasilvestre/pop_061/060308a.htm. Acesso em: 09 de jun. de 2021.

SANTOS, S. P dos. As Teorias Feministas e a Evolução das Relações de Gênero na Sociedade. **Publicações UEPG Ciências Sociais Aplicadas**. Ponta Grossa, 20 (2): 213-233, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais>>. Acesso em: 08 de jun. de 2021.

SEDLACEK, G. e SANTOS, E. A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 21, n° 3, pág.449-70. 1991. Disponível em <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/864/801>. Acesso em: 21 de jun. de 2021.

SILVA, Sérgio Gomes. **Preconceito e discriminação**: as bases da violência contra a mulher. Psicologia, Ciência e Profissão. UFRJ. 2010, página 556-571.

SOUZA, Sandra Duarte de. Educação, trabalho e socialização de gênero: quando ser mulher pesa mais na balança da desigualdade social. **Educação e Linguagem**. Universidade Metodista de São Paulo. Ano 11, n° 18, jul/dez 2008, pág. 170-185. Disponível em <http://www.bibliotekevirtual.org/index.php/2013-02-07-03-02-35/2013-02-07-03-03-11/469-el/v11n18/3826-educacao-trabalho-e-socializacao-de-genero-quando-ser-mulher-pesa-mais-na-balanca-da-desigualdade-social.html>. Acesso em: 10 de jun. de 2021.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em <http://www.tse.jus.br/>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

Enviado em 31/08/2022

RELAÇÕES ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E A LÓGICA DO PENSAMENTO ABISSAL: SUBVERSÕES IDEOLÓGICAS EM UMA MODERNIDADE FULGÁS

Thiago Luiz Sartori³⁹

Resumo

Atualmente, estamos vivendo tempos difíceis e inquietantes, em que as classes populares, grupos minoritários e os grupos sociais são oprimidos rotineiramente. Nesse sentido, *o pensamento moderno pode ser definido como abissal, sendo este um sistema com uma distinção visível e invisível*. Diante do exposto, foi realizada a definição da seguinte problemática de pesquisa: De que forma as políticas públicas e o pensamento abissal se relacionam? A partir disso, objetivamos discutir os fundamentos que norteiam a natureza do conhecimento científico, bem como compreender e caracterizar os diversos horizontes epistemológicos, os quais promoveram e moldaram o desenvolvimento das ciências. Ao analisarmos as políticas públicas e as identidades de gênero é, então, possível constatar uma diferença entre os dois lados: o grupo majoritário e os transexuais e travestis. Ao tomar esta polarização como motivadora, é possível constatar que o presente trabalho contemplou os objetivos propostos, de maneira a demonstrar que é necessário um novo modo de fazer ciência e de conhecimento, ao abranger os mais diferentes aspectos, não sendo este uma área mercantilizada.

Palavras-chave: Ensino Superior; Identidades de Gênero; Pensamento Abissal.

Resumen

Actualmente, vivimos tiempos difíciles e inquietantes, en los que las clases populares, los grupos minoritarios y los grupos sociales son rutinariamente oprimidos. En este sentido, el pensamiento moderno puede definirse como abisal, que es un sistema con una distinción visible e invisible. Dado lo anterior, se definió el siguiente problema de investigación: ¿Cómo se relacionan las políticas públicas y el pensamiento abisal? A partir de ahí, pretendemos discutir los fundamentos que orientan la naturaleza del conocimiento científico, así como comprender y caracterizar los diferentes horizontes epistemológicos, que impulsaron y moldearon el desarrollo de la ciencia. Al analizar las políticas públicas y las identidades de género, es posible entonces ver una diferencia entre los dos bandos: el grupo mayoritario y los transexuales y travestis. Tomando como motivador esta polarización, es posible verificar que el presente trabajo contempló los objetivos propuestos, para demostrar que es necesaria una nueva forma de hacer ciencia y conocimiento, que abarque los más diversos aspectos, no siendo una área mercantilizada.

Palabras clave: Educación Superior; Identidades de Género; Pensamiento Abisal.

Introdução

As primeiras décadas do século XXI estão sendo marcadas pela assimetria entre o acúmulo de conhecimentos sobre transformação social e a falta de canalização desta gama de informações para otimização de uma sociedade mais voltada ao bem-estar coletivo. É cada vez mais difícil imaginar uma sociedade melhor do que a atual, mesmo que a atual pareça tão fatalmente falha, ao promover violência sem precedentes e desigualdade social repugnante. No início do século XX, havia uma real falta de conhecimento científico sobre a sociedade. Cem anos depois, sabemos muito mais, porém os resultados não são brilhantes. Temos conhecimentos consideravelmente expressivos acerca de nossas sociedades. Todavia, estes têm se mostrado aparentemente inúteis. Os conhecimentos que desenvolvemos nas universidades não impedem que nossas sociedades vivam sob formas maciças de falsa consciência.

³⁹ Doutorando em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: tsartori@hotmail.com.

Vivemos tempos difíceis e inquietantes. As classes populares, grupos minoritários e os grupos sociais oprimidos em geral são hoje confrontados com grandes ameaças a seus meios de subsistência já precários, sua segurança humana e quaisquer perspectivas de uma vida melhor que ainda possam ter. Tais ameaças não são percebidas da mesma forma ou com a mesma intensidade em todo o mundo ou entre grupos sociais. Não são novas, mas a forma como se articulam entre si é. Isso, por sua vez, cria níveis dramáticos de vulnerabilidade social, gera turbulências institucionais, dramatiza o discurso político e pode levar a um processo civilizatório, demonstrando a importância de políticas públicas que reduzam essas diferenças. O conhecimento sobre a sociedade que acumulamos no último século contribuiu para nos tornar mais insensíveis à injustiça social ou mais cínicos ou céticos sobre as possibilidades de lutar por uma sociedade melhor? Devemos desenvolver outros tipos de conhecimento que nos permitam produzir diagnósticos radicais de nossas sociedades, tornando-nos mais conscientes da experiência social no mundo que é uma experiência de sofrimento, mas também uma experiência de criatividade e inovação que muitas vezes não conhecemos?

O pensamento moderno pode ser definido como abissal, sendo este um sistema com uma distinção visível e invisível. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o "deste lado da linha" e o "do outro lado da linha". O "outro lado da linha" desaparece como realidade e torna-se inexistente. A principal característica deste pensamento é a impossibilidade da presença dos dois lados da linha, de forma que o conhecimento e o direito modernos representam as manifestações mais cabais do pensamento abissal (SANTOS, 2007). Tal estrutura não é monolítica. A invisibilidade e a inexistência do "um lado" são as raízes da visibilidade e da existência do "outro lado". Um monopólio que, ao produzir outras formas de conhecimento como inexistentes, desajustadas com a cientificidade científica do pensamento moderno ocidental, e regida pela "razão como verdade filosófica ou fé como verdade religiosa".

Sendo assim, é essencial refletir a respeito da natureza do conhecimento científico e dos fundamentos epistemológicos, os quais presidiram as fragmentações entre objetos, métodos e campos de conhecimento. Estes, irrestritamente, alcançaram o conjunto das disciplinas científicas, contribuir para alicerçar as escolhas teórico-metodológicas e amparar os fundamentos (empíricos ou teóricos) necessários ao desenvolvimento de qualquer pesquisa científica. Tais reflexões também podem contribuir para evidenciar aspectos éticos e sociais da atividade científica e, ao mesmo tempo, indicar caminhos para promover a necessária flexibilização das fronteiras disciplinares, com os consequentes diálogos e os intercâmbios cognitivos que daí poderão advir.

Diante do exposto, foi realizada a definição da seguinte problemática de pesquisa: De que forma as políticas públicas e o pensamento abissal se relacionam? Tendo como objetivo discutir os fundamentos que norteiam a natureza do conhecimento científico, bem como compreender e caracterizar os diversos horizontes epistemológicos, os quais promoveram e moldaram o desenvolvimento das ciências; fornecer subsídios teóricos para a compreensão das relações sujeito-objeto que norteiam as perspectivas das ciências contemporâneas; enumerar e comparar as possibilidades de construção e abordagem da Filosofia da Ciência e caracterizar as interfaces da filosofia, da história e da sociologia da ciência, por intermédio de um estudo exploratório qualitativo.

Sobre a Construção do Objeto de Pesquisa

Indivíduos transgêneros enfrentam graves desigualdades impulsionadas pelo estigma estrutural, institucional e interpessoal, produzindo resultados insatisfatórios em nível individual. A afirmação de gênero, ou ser reconhecido com base em suas identidades de gênero, expressão e/ou papel, pode ser considerada uma manifestação de resiliência.

As pessoas trans têm uma identidade ou expressão de gênero atual que é diferente do sexo atribuído a elas no nascimento. O termo “minoridade de gênero” foi introduzido em 2011 como parte do histórico relatório do Instituto de Medicina encomendado pelos Institutos Nacionais de Saúde dos EUA (NIH) intitulado *The Health of Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender People: Building a Foundation for Better Understanding*. Minoridade de gênero pretende ser um termo abrangente que inclui pessoas que se identificam como transgêneros ou têm outros gêneros. As pessoas trans têm diversas identidades de orientação sexual, atrações e comportamentos.

Os desafios impostos às pessoas trans e travestis perpassam suas vidas seja pelas violências simbólicas e físicas, com as quais esses corpos sofrem, ou pelas dificuldades em ocupar espaços de formação, trabalho e lazer. Por não se adequarem ao sistema heteronormativo, que espera dos corpos a representação de papéis de gêneros preestabelecidos, os corpos trans e travestis são cerceados e impedidos constantemente de circularem e existirem.

O termo “gênero”, que é básico na compreensão da “violência de gênero”, foi traduzido oficialmente como “sexo social”, o que levou à (des)compreensão generalizada de que o sexo, e não o gênero, é construído socialmente. Sendo discutido predominantemente no meio acadêmico até recentemente, o referido termo foi reconhecido por muitos como imposto pelo “Ocidente” e como parte de uma estratégia maior de imposição de valores “não naturais” “inconsistentes”.

Estudar gênero é uma forma de compreender as relações sociais a partir de conceitos e representações em práticas sociais desenvolvidas entre as pessoas. Nesse sentido, é possível compreendermos como se constroem as relações entre as pessoas, sejam elas do mesmo sexo ou de sexos diferentes. Em outros termos, investigar aspectos ligados às identidades de gênero é, conseqüentemente, um ato de resistência, capaz de colaborar no mapeamento dos desdobramentos sociais a partir da intecção e do comportamento humano alojado em suas múltiplas comunidades.

A equidade de gênero é um tema que exige voltar alguns passos na história para resgatar marcos importantes, capazes de explicar a construção social vivida atualmente. Estamos vivendo em um mundo atormentado por vários vírus pandêmicos, tanto ideológicos quanto infecciosos, com profundas implicações para os meios de subsistência, pesquisa e ensino feministas.

Segundo Silva *et al.* (2020), a expansão do ensino superior brasileiro se intensificou nas últimas décadas. No entanto, o seu crescimento ocorreu de forma acentuada no setor privado através de políticas educacionais de caráter mercantilista.

Os mesmos autores ainda evidenciam que as facetas das desigualdades de acesso e de permanência no ensino superior se tornaram mais nítidas quando atentamos às dificuldades causadas pela carência de uma educação escolar de qualidade que possibilite equidade no momento da disputa por uma vaga na universidade.

A realidade marcada por constantes violências e impedimentos afeta diretamente o acesso à educação dessas pessoas. Ao longo do período de formação básica, a evasão escolar é muito comum na vida de travestis e pessoas trans, uma vez que o desrespeito às suas identidades e as condições financeiras dessa população interferem incisivamente na continuidade dos estudos.

A relação do presente assunto com a filosofia da ciência, e ainda com o pensamento abissal, consiste no fato de que esse paradigma hegemônico cria uma linha demarcatória que estabelece o que é considerado “sociedade civil” e declara inexistentes os saberes e modos de vida colonizados posicionados do outro lado da linha, relegando-os a um abismo existencial. O que acontece com relação aos direitos dos transexuais e travestis, de maneira a dificultar seu acesso ao ensino superior brasileiro, necessitando de políticas públicas efetivas que favoreçam os acessos a educação de qualidade.

Na atual conjuntura social, é necessário entendermos como a lógica do pensamento abissal interfere, de maneira direta, na dinâmica interpessoal. Partindo desse pressuposto, entendemos que o conjunto de políticas públicas regente no Brasil colabora na semiotização de práticas sociais ditas “abissais”. Dye (2009) explica que políticas públicas são conceituadas como o conjunto de ações desenvolvidas pelos governos (grupos organizados em poder dos aparelhos de estado), direta ou indiretamente, ou seja, que reconhece o protagonismo emanado de ator estatal.

Por sua vez, Bucci (2006) conceitua como um conjunto de programas, ações ou medidas articuladas, cujo escopo consiste em movimentar a máquina do governo no sentido de realizar algum objetivo de ordem pública.

Partindo das perspectivas dos direitos decoloniais, contra-hegemônicos e/ou transgressivos à monocultura da mente, em resistência e subversão dos mecanismos da colonialidade do poder, a promoção da visibilidade dos sujeitos coletivos da cultura LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero) nos diálogos democráticos foram também engendradas por meio das táticas de ocupação dos cargos públicos e funções governamentais, vistos como o lugar de agenciamento dos novos direitos e cidadanias outras que contribuem para afirmação política da ecologia de saberes⁴⁰ (TEIXEIRA; JUNIOR, s/a).

Estas são necessárias, visto que as teorias desenvolvidas pela modernidade ocidental-cêntrica deixam de fora muitas pessoas, razão pela qual a maioria da população não está sujeita aos direitos humanos em termos reais. São antes objeto de discursos dominantes de direitos humanos. Há, portanto, uma linha abissal resiliente: as pessoas que ficam do outro lado da linha são abissalmente excluídas, ou seja, exclusão sem direitos (MIGNOLO; VIEIGA, 2021).

Políticas Públicas e Identidades de Gênero a partir do Pensamento Abissal

O estado liberal moderno foi originalmente organizado para servir aos interesses da nascente classe burguesa. No entanto, as lutas sociais dos últimos cento e cinquenta anos conferiram à organização do Estado muita contradição e tensão. Por um lado, o Estado assegura a reprodução do capital por meio de uma profusão de mecanismos disciplinando o trabalho, de modo a garantir os direitos de propriedade individual, financiando pesquisas cujos frutos são arrecadados pelas empresas, tributação injusta, diplomacia econômica, intervenções militares, etc. Esse mesmo Estado gera relações não mercantis entre os cidadãos, tais como concessões resultantes dos sucessos das lutas populares. Daí a criação de bens e serviços públicos, como educação e saúde pública. A regra formal da igualdade das partes é minada mais do que nunca no período moderno pela regra informal do poder de veto dos mais poderosos sobre as chances de vida dos menos poderosos.

Em virtude da construção social e histórica do que é homem e do que é mulher, determinada a partir da matriz biológica feminino/masculino e de concepções morais e religiosas que estigmatizam as identidades de gênero que não correspondem à norma imposta, transexuais e travestis podem sofrer transfobia e ser excluídas/os de ambientes sociais por serem associadas/os ao pecado, à marginalidade e à patologia. Nesse contexto, a universidade, como um espaço social historicamente instituído, carrega intrinsecamente determinações da sociedade que a estabelece.

⁴⁰ Estamos utilizando o termo “ecologia de saberes” a partir das colaborações de Santos (2007). Para o autor, o pensamento oposto à sociedade abissal tem relação com a possibilidade de confluência de saberes distintos. Esta postura científica, por sua vez, oportuniza a resignificação de objetos sociais a partir de proposições temporais e espaciais na contextualização das práticas de interação humana.

Santos (2007) propõe uma imensa reconstrução das engrenagens sociais para fazer face aos destroços do capitalismo mundializado integrado. Trata-se de globalizações contra-hegemônicas pautadas no princípio da comunidade, historicamente fragilizado. O conceito de comunidade, não como sinônimo de localidade geográfica, mas como “conceito existencial organizador da relação das pessoas com o grupo, de sentimento de identidade comum e do estímulo à solidariedade”, é neste ponto que atuam a instituição de políticas públicas.

Segundo Macas (2005), a diferença colonial sobreviveu ao fim do colonialismo histórico e continua assombrando as sociedades contemporâneas sob várias formas, como racismo e violência racial, xenofobia, islamofobia, limpeza e perfilagem étnica, políticas de (de fato, contra) imigração e asilo, intervenções militares imperialistas e mudanças de regime, movimentos antigênero etc. Nada disso é novo. Todavia, sua intensidade é, principalmente levando em consideração que está ocorrendo após décadas de discursos públicos sobre o reconhecimento da diferença, multiculturalismo, ação afirmativa e diálogos entre civilizações. Parece agora evidente que as necessidades da acumulação capitalista prevalecem sobre o reconhecimento da diferença sempre que esta interfere nos imperativos da acumulação. O aumento exponencial da desigualdade social dentro dos países e entre países causado pelo neoliberalismo está levando a dois fenômenos aparentemente desconexos que, a meu ver, são manifestações gêmeas da mesma condição histórica que exige a recolonização da diferença.

A virada descolonial⁴¹ destaca a relevância epistêmica da busca escravizada e colonizada pela humanidade. Busca abrir as fontes para o pensamento e romper o apartheid dos domínios teóricos por meio de formas renovadas de crítica e epistêmica.

Ao analisarmos as políticas públicas e a identidade de gênero é então possível constatar uma diferença entre os dois lados, o grupo majoritário e os transexuais e travestis. No primeiro, pode haver exclusão, mas não é uma exclusão radical ou abissal, pois os grupos excluídos podem reivindicar direitos de forma realista. São plenamente humanos, muitas vezes até cidadãos; consequentemente, eles podem reivindicar direitos. Do outro lado da linha, a exclusão social é abissal ou radical, pois os grupos excluídos não podem reivindicar direitos de forma realista porque às vezes nem são considerados 'completamente humanos'.

Um cidadão tem direitos e deveres, então cidadania é inclusão. Mas devemos ter em mente que a grande maioria das pessoas no mundo são não-cidadãos. Não pertencem a nenhuma cidadania com direitos e deveres.

Diante disso, é necessário um apelo a um pensamento pós-abissal, uma forma de pensar a cidadania a partir da perspectiva dos não cidadãos; direitos humanos, na perspectiva dos humanos considerados pelas políticas e ideologias dominantes como não-humanos ou sub-humanos; Estado de bem-estar e proteção social, da perspectiva daqueles lançados no que chamei de sociedade civil incivil. Por exemplo, graças às corajosas lutas empreendidas pelos movimentos feministas, muitas mulheres estão hoje no lado metropolitano da linha e, portanto, as discriminações de que são vítimas não são abissais e podem ser combatidas no âmbito da regulação/emancipação.

Apesar dos avanços e conquistas louváveis, deve haver algo fundamentalmente errado em uma abordagem curricular que continua a energizar todas as formas embrionárias do preconceito. Esse fenômeno persiste por meio dos modos como somos condicionados a ignorar outras formas de epistemologias. Logo, não é apenas uma questão de passagem ou presente. É também uma questão

⁴¹ A chamada “descolonialidade” é caracterizada como um processo de desconstrução do pensamento hegemônico, especialmente no que compete às relações sociais de supremacia de raças. Nesse sentido, estamos nos referindo à necessidade de se levar em consideração o pensamento humano enquanto semiotização individualizada de um sujeito imerso a uma determinada minoria. Isso, por sua vez, retoma à percepção coletiva, partindo da premissa de que reverbera vozes que compõem o mesmo leque sociocultural (SANTOS, 2007).

futura também. Em outras palavras, está-se diante de um sujeito em constante mudança ou metaestável [e tal] metaestabilidade é função da realidade humana.

O campo da [modernidade] está moribundo. É incapaz, pelos seus métodos e princípios atuais, de continuar a trabalhar e contribuir significativamente para o avanço da [sociedade em geral e] da educação [em particular]. Requer novos princípios, que irão gerar uma nova visão do caráter e variedade de seus problemas. Requer novos métodos adequados ao novo orçamento de problemas. Para todos os efeitos práticos, o modelo de modernidade cartesiana ocidental, como um modelo hegemônico com sua pretensão arrogante de abordar questões sociais globais, não está apenas moribundo, mas morto.

A sentença final da modernidade foi determinada, em parte, pela própria modernidade e seu culto verdadeiramente totalitário, um napalm cultural e econômico que tentou apagar todas as outras manifestações epistemológicas, paradoxalmente e sistematicamente reforçadas e fortalecidas pelos embates beligerantes com a modernidade. Se o colonialismo é um crime contra a humanidade, e o colonialismo e o imperialismo não existiam fora da modernidade, então a modernidade também não é inocente em tal crime contra a humanidade. Não porque foi inconsequente em evitar/frustrar políticas e práticas genocidas, mais precisamente porque sua própria existência depende de sua capacidade de perpetuar o genocídio em massa.

Impactos do Pensamento Abissal nos Desdobramentos da Pesquisa Científica

De modo bem sucinto, pode-se entender a sociologia das ausências como uma alternativa não credível ao que existe, a qual tem por objetivo transformar as ausências em presenças; a sociologia das emergências se relaciona à investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas. De forma, então, que a pesquisa reflete que é preciso construir uma pedagogia das ausências e das emergências que ajude a valorizar os saberes que resistiram com êxito à dominação epistemológica imposta pelo colonialismo.

Santos (2007) se refere a uma particularidade específica do pensamento ocidental moderno, que divide o mundo entre o que pode ser pensado, compreendido e/ou imaginado e tudo mais. Ao assumir que apenas o que pode ser imaginado também pode existir, o pensamento moderno apaga ativamente da realidade e da existência tudo o que não pode imaginar.

Bursztyjn (2003) aponta que a exclusão social, quando acompanhada pela estigmatização, refere-se a “um processo social de não reconhecimento do outro ou de pura rejeição. Trata-se de uma representação que tem dificuldades de reconhecer no outro direitos que lhe são próprios”. Ainda que determinada população não esteja formalmente excluída de direitos.

Socialmente, nos últimos tempos, houve um desequilíbrio entre estes conhecimentos em que o conhecimento-regulatório encontrou a primazia sobre o conhecimento-emancipação. Sendo que, a ordem tornou-se hegemônica do saber, que está ligada à ciência moderna, à experimentação, à teorização, à sistematização de informações, à tecnologia; e o caos na forma hegemônica da ignorância que está vinculado ao saber, sabor, saborear, à sapiência e ao sábio.

Santos (2008) identifica em quatro axiomas fundamentais a base dos problemas com que nos defrontamos:

- i) a hegemonia da racionalidade científica, com a transformação dos problemas éticos e políticos em técnicos e jurídicos;
- ii) legitimidade da propriedade privada, que promove o individualismo possessivo, que articulada com a cultura consumista, induz o desvio das energias sociais com pessoas para interação com objetos;

- iii) soberania do Estado e da obrigação política vertical de cidadãos/os perante o Estado; e
- iv) da crença no progresso como um desenvolvimento infinito, alimentada pelo crescimento econômico e ampliação das relações e desenvolvimento tecnológico.

Para Miglievich-Ribeiro (2020), nas últimas três décadas, a relação entre ciência e capitalismo vem mudando. Tais mudanças tiveram um impacto decisivo nas universidades. A natureza do conhecimento na sociedade vem mudando sob diferentes denominações, como revolução da informação e tecnologia, sociedade do conhecimento, inovação social, empreendedorismo, retorno social. Em vez de servir aos objetivos de longo prazo do progresso social, o conhecimento científico é chamado para atender às necessidades imediatas da acumulação capitalista. Com isso, o valor do conhecimento está se transformando no valor de mercado do conhecimento.

No jargão da economia política, o conhecimento do valor de uso retrocede antes de seu valor de troca. Contraditoriamente, o bem público do conhecimento reside cada vez mais em ser um bem de mercado privado. Para estar produtivamente a serviço da produção de mercadorias, o conhecimento científico deve tornar-se uma mercadoria. Em consonância com isso, a universidade deve não apenas produzir força de trabalho qualificada para o mercado, mas também tornar-se um mercado e funcionar como uma empresa de mercado. À medida que essa ideologia se traduz em políticas de educação e pesquisa e é internalizada por grandes setores da comunidade acadêmica, o que começou como uma ameaça externa à autonomia da ciência e do ensino universitário pode em breve se tornar uma segunda natureza interna. Privados de financiamento público adequado, os ramos do conhecimento sem valor de mercado e os departamentos da universidade onde são ensinados e pesquisados ficarão dependentes da filantropia privada.

A universidade deve não apenas produzir força de trabalho qualificada para o mercado, mas também tornar-se um mercado e funcionar como uma empresa de mercado.

Essas questões desafiam os remanescentes da velha tese de unidade da ciência, segundo a qual há um mundo, uma “verdade” (explicação verdadeira) sobre ele, e uma única ciência (diferente historicamente, embora transcultural) essencialmente capaz de produzir aquela explicação verdadeira (HARDING, 2007).

Latour⁴² (2004) reivindica a reabilitação da ciência como exercício democrático e diplomático, prática simétrica de diálogo a substituir a beligerância pelos acordos civis. O autor, por sua vez, redefine a civilização ou melhor, as civilizações como expansão de fronteiras e ampliação de redes e proliferação de vozes.

Em suma, dentro do atual escopo social, em que todos os conhecimentos parecem se complementar, supor as práticas sociais de uma maneira unilateral é algo, no mínimo, ingênuo. Nesse sentido, ressaltamos o papel basilar da ecologia dos saberes, partindo do pressuposto de que as movimentações e transformações sociais apresentam-se como fenômenos orgânicos por excelência. Isso, por sua vez, nos convida a pensar que as propostas de investigação científica são efêmeras e trazem em seu bojo possibilidades infinitas de desdobramentos.

Considerações Finais

Ao olharmos atentamente para esses e outros temas semelhantes, temos um panorama mais amplo do direito e do conhecimento; conhecimento que se desenvolve a partir da luta, de baixo para

⁴² Apesar da maior parte dos estudos de Latour (2004) estarem alojados no campo investigativo da sociologia das relações, de ordem francesa, o entendemos como pertinente às discussões que estabelecemos nesta proposta de pesquisa. Isso porque os estudos do referido autor nos ajudam a pensar as relações sociais dentro de uma atmosfera relacional, em que todos os tipos de relações podem interferir no comportamento do homem no contexto social maior.

cima a partir do conhecimento das pessoas. Para dar conta da diversidade epistemológica do mundo, temos que nos engajar no que chamo de ecologia dos saberes jurídicos. O conceito de ecologia de saberes implica reunir o conhecimento científico e o conhecimento não acadêmico.

Diante disso é possível constatar que o presente trabalho atingiu os objetivos propostos, demonstrando que é necessário um novo modo de fazer ciência, e de conhecimento, abrangendo os mais diferentes aspectos, não sendo este uma área mercantilizada. Do ponto de vista abissal, é preciso vencer este pensamento, na luta por uma igualdade, de forma que as políticas públicas sejam elaboradas visando fornecer os direitos, que de acordo com o pensamento abissal, não são considerados cidadãos, como o acesso a transexuais e transvestis no ensino superior.

Particularmente no contexto da pesquisa qualitativa, conhecer o “conhecimento” sempre foi “um” desafio. Saber que não sabemos o que realmente não sabemos é um desafio “real”. Não se pode, no entanto, desvincular o pensamento abissal da economia política e da cultura das condições materiais subjacentes à emergência e desenvolvimento do capitalismo e seus modos e condições de produção.

Referências

- BUCCI, M. P. D. O conceito de política pública em direito. **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, p. 1-49, 2006.
- BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 19-26, 2000.
- DYE, T. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. 2005. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Ed. UNB, 2009.
- HARDING, S. Gênero, democracia e filosofia da ciência. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 1, n. 1, 2007.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, p. 71-94, 2007.
- SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice-o social e o político na pós-modernidade**. Leya, 2008.
- SILVA, A. G.; PESSANHA, J. S.; DA COSTA, M. B. Políticas Públicas de Acesso e Permanência no Ensino Superior Público Brasileiro: o caso da UFRJ. **Movimento-revista de educação**, n. 9, p. 220-244, 2018.
- MACAS, L. La necesidad política de una reconstrucción epistémica de los saberes ancestrales. **Pueblos indígenas, estado y democracia**, p. 35-42, 2005.
- MIGNOLO, W. D.; VEIGA, I. B. Desobediência Epistêmica, Pensamento Independente e Liberdade Decolonial. **Revista X**, v. 16, n. 1, p. 24-53, 2021.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, p. 66-80, 2020.
- TEIXEIRA, S. L.; JUNIOR, P. F. M. **Ensino de História e Diversidade Étnico-Racial de Gêneros e Sexualidades: Diálogos em Direitos Decoloniais junto ao Transfeminismo Afroindígena e Formação Continuada de Professores no Vale do Rio Guaribas–Piauí**, 2018.

Enviado em 31/08/2022

Avaliado em 15/10/2022

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E RELAÇÕES DE PODER, NA ABORDAGEM DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Wenas Silva Santos⁴³

Resumo

A pesquisa tem como objetivo apresentar um diálogo interdisciplinar entre autores, abordando os conceitos de território, territorialidade e relações de poder na perspectiva da participação social prevista na Constituição Federal de 1988, para fundamentar a perspectiva supracitada traz-se, um aparato histórico rememorando a criação da CF de 1988 que instituiu mecanismos de participação social democráticos no país. Em seu eixo principal a pesquisa discutirá a relação de poder entre Estado e sociedade, contemplando discussões sobre a implementação da democracia participativa no Brasil, utilizando-se da perspectiva dos conceitos abordados para discutir sobre a participação da sociedade nas políticas públicas do país.

Palavras-chaves: Território. Territorialidade. Relações. Poder.

Abstract

The research had the objective of presenting an interdisciplinary dialogue between authors, addressing the concepts of territory, territoriality and power relations in the perspective of social participation provided for in the Federal Constitution of 1988, to base the aforementioned perspective on tracing, a historical apparatus recalling the creation da CF of 1988 that instituted democratic social participation mechanisms in the country. In its main objective, the research will discuss the power relationship between the State and society, contemplating discussions about the implementation of participatory democracy in Brazil, using the perspective of two concepts addressed to discuss the participation of society in the country's public policies.

Keywords: Territory. Territoriality. Relations. Power.

Introdução

Atualmente, à luz do ordenamento jurídico brasileiro a participação social é requisito legal instituído em lei, visando assegurar que os cidadãos atuem de forma a exercitar mais justiça social e garantir qualidade de vida. Pensar acerca dessa participação vai além do que está contido no texto constitucional, uma vez que, sua efetividade não decorre apenas dessa garantia, é necessária sua efetivação na prática para termos estes direitos sendo executados pela sociedade.

Em nosso ordenamento jurídico a participação social foi instituída a partir da Constituição Federal de 1988. De acordo com o seu preâmbulo, institui um Estado democrático que visa assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, tendo como fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa e o pluralismo político.

Saquet (2007) aborda, que na relação entre a soberania e o território, existe pessoas e atividades, neste sentido, o conceito de território não pode ser classificado apenas como físico ou fenômeno estático, mas sim como uma realidade onde existe um elemento de centralidade, que pode ser uma autoridade exercendo soberania sobre indivíduos ou sobre a apropriação do espaço. Para o autor, direito, política e jurisdição são características específicas dos indivíduos e se fazem presentes

⁴³ Mestre em Estudos Interdisciplinares de Cultura e Território pela Universidade Federal do Tocantins Professor no curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Araguaia (UNIVAR). Área de interesse acadêmico-científico – Direito à Cidade, Democracia, e Participação Popular. Advogado membro da OAB/TO com experiência Direito Público. e Direito Civil.

na constituição de um território, podendo significar em síntese a expressão geográfica da dominação social em certa área.

Neste sentido, a partir de conceituações de território, territorialidade, bem como das relações de poder, buscamos uma maior compreensão sobre a participação social. Souza (2002) aduz que, quando se trata de formular políticas públicas e estratégias de mudança social, torna-se imprescindível mobilizar conhecimentos aportados pelas várias ciências sociais, de forma que pensar em construir uma maior compreensão acerca dessa temática é pensar em mobilizar a compreensão e aplicação de vários conhecimentos, num esforço de interdisciplinaridade (POMBO, 2005).

O trabalho tem como principal objetivo apresentar um diálogo entre estes, abordando os conceitos de território, territorialidade e relações de poder na perspectiva da participação social prevista na Constituição Federal de 1988.

O procedimento metodológico para realização deste artigo compõe-se de uma pesquisa bibliográfica onde buscamos teóricos para fundamentar os conceitos de território, territorialidades e relações de poder que permeiam a discussão e uma pesquisa documental acerca da legislação que rege a participação social no Brasil.

O artigo está dividido em cinco tópicos, sendo que o primeiro aborda a introdução que apresenta o tema, o segundo aborda os conceitos de território; o terceiro aborda o conceito de territorialidade; o quarto tópico, as relações de poder no âmbito da constituição federal de 1988, assim, retrata em uma escala maior acerca da democracia e a preconização expressa da participação social no texto constitucional, seguindo para a abordagem da manifestação dessas relações em uma escala menor que é o plano diretor; no quinto e último tópico tecemos nossas considerações finais acerca da correlação dos conceitos trabalhados.

Ao mobilizar as fontes de conhecimento de distintas áreas, dentre as mesmas para compreender os conceitos de território e territorialidade, analisamos o aspecto cultural da participação na política no Brasil, visando a partir deste, a reflexão acerca da participação social, temática principal deste artigo.

O olhar sobre o conceito de território

Na clássica literatura das ciências humanas referente ao conceito de território, faz-se necessário referenciar Ratzel (1990), para quem o território se impõe como base de constituição, organização e desenvolvimento de qualquer povo na face do globo terrestre.

Ratzel (1990) sustenta três princípios fundamentais da razão de se estudar o território como razão maior da existência humana na terra, quais sejam: as influências que as condições naturais exercem sobre as sociedades; o aspecto da distribuição dos agrupamentos humanos pela superfície do globo terrestre; o estudo do território no que diz respeito à sua formação, sua organização, sua disputa e seu papel político.

O autor afirma que o território estudado em qualquer momento atual de determinado povo, deve ser compreendido no âmbito de sua ancestralidade, no que está implícito a questão da disputa e apropriação ao longo do processo de produção desse território, a atualidade não prescinde nem dos povos antecessores ou primitivos, nem também, dos apropriadores iniciais de qualquer formação socioespacial atual que se deseja abordar.

Dessa forma, sustenta que são dois os motivos fundamentais na intenção da apropriação e produção do território: a habitação e alimentação, dimensões vitais à reprodução da vida em sociedade. No entanto, afirma que a forma eficaz de garantir a reprodução da apropriação, produção

territorial, é a organização social sustentada na efetivação do Estado, pois esta tem sido a instituição garantidora da sustentação do poder no âmbito do território como expressão maior da força de qualquer povo.

Acerca de espaço e território, Raffestin (1993) considera que não são termos equivalentes, para analisar a distinção entre ambos o autor não discute noções ou conceitos, embora reconheça os esforços no sentido de conceder um estatuto da noção de espaço e um estatuto de conceito ao território. Porém o mesmo reconhece, que o estatuto de conceito permite uma formalização e/ou uma quantificação mais precisa do que o estatuto de noção.

Para Raffestin (1993, p. 143) “É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Corroborando o supracitado o autor aduz que ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, no segundo caso por representação, esse ator territorializa o espaço. Este define o território nessa perspectiva, como espaço onde fora projetado um trabalho, seja esse, energia ou informação, que conseqüentemente revela as relações marcadas pelo poder.

Haesbaert (2007) afirma que todas as acepções acerca de território, se relacionam com poder, não apenas o tradicional poder político, mas também nos sentidos: explícito de dominação, e implícito, relacionado à dimensão simbólica, de apropriação. Neste sentido, o autor afirma que, o território imerso em relações de dominação e/ou de apropriação-espaço, vai de uma apropriação concreta para uma apropriação subjetiva, ou seja, de uma dominação político-econômica para uma cultural-simbólica.

De acordo com Saquet (2009), o território é produzido por atores através da energia e da informação, em síntese, ele denomina como a efetivação no espaço das redes de circulação-comunicação, assim como das relações de poder (ações políticas), bem como das atividades produtivas, representações simbólicas e das malhas. Conforme o mesmo, é A DIMENSÃO o lugar de todas as relações, um espaço político, onde através do sistema territorial há coesão, hierarquia e integração de seus atores.

Segundo as considerações de Saquet (idem) estudar o território como conceito, implica considerar as dimensões EPCN, quais sejam: a economia, a política, a cultura e a natureza. Essas dimensões são inerentes à sociedade humana ao longo de sua trajetória. Essas dimensões pensadas em conjunto, abrem o enorme leque das práticas e necessidades que as diversas formações sociais exercem cotidianamente em seus processos de produção e apropriação territorial. Essas dimensões também aludem à ideia de que são nos diversos espaços circunscritos e politicamente geridos, como são os casos dos municípios brasileiros, que são possíveis o planejamento e a gestão integrados que persigam o equilíbrio no âmbito do desenvolvimento social local.

O olhar ao conceito de territorialidade

Acerca da territorialidade, Raffestin (1993) define a vida tecida por relações, portanto, define territorialidade como um conjunto de relações que tem origem em um sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, buscando atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema.

Portanto, para entender a relação entre território, territorialidade e relações de poder, Raffestin (1993), afirma que os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial, intermediado por um sistema de relações produtivistas e/ou existenciais. Neste sentido, ele aduz, quer se trate de uma ou de outra, ambas são relações de poder, uma vez que há interação entre os atores que procuram modificar as relações com a natureza ou relações sociais.

A cerca das territorialidades, Saquet (2009) apresenta o movimento contínuo do tempo, presente, passado e futuro, indicando a processualidade e simultaneidade, pois vivemos diferentes temporalidades e territorialidades, em unidade, em um processo constante e concomitante de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, o que gera sempre novas territorialidades e novos territórios, ambos, com traços e características do presente e do passado.

O mesmo entende o território e a territorialidade como multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade, pois em ambas o homem vive relações construindo um mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial. Para Saquet (2009, p. 87) “ [...] O homem vive relações sociais, construção do território, interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de malhas, nós e redes, fundamentando a produção do território”.

Neste sentido, Saquet (2009) aduz que a territorialidade se efetiva em distintas escalas espaciais, variando no tempo através das relações de poder, assim como das redes de circulação e comunicação, bem como nas estratégias para se efetivar a dominação no âmbito das identidades e também entre outras relações sociais que se realizam entre os indivíduos e entre os mesmos com seu lugar de vida, nas dimensões da economia, política, cultural e natureza.

Saquet (2009) acresce ao conceito de territorialidade, afirmando-a como territorialidade ativa, através da valorização das condições e recursos potenciais de contextos territoriais em processos de desenvolvimento, caso esta seja concretizada através da organização política do planejamento participativo.

Expandindo ainda mais a definição de territorialidade, Saquet (2009) afirma que a mesma vai além das relações políticas, e envolve relações econômicas e culturais, indivíduos, grupos, redes, lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço com suas edificações e relações. Conforme o mesmo preceitua, a territorialidade se efetiva em todas as nossas relações cotidianas, sejam na família, no trabalho, na igreja ou qualquer outro lugar de interação.

Neste sentido, Hasbaert (2007) concordando com Saquet (idem), afirma que a territorialidade, além da dimensão estritamente política, também diz respeito às relações econômicas e culturais, uma vez que, estas estão ligadas ao modo como as pessoas utilizam a terra ou como se organizam no espaço, bem como significam o lugar onde vivem.

Cumprindo ainda, destacar a ideia defendida por Saquet (2009) sobre a maximização das redes de territórios, territórios em redes, território nas próprias redes assim como redes no território, em favor da justiça social, da preservação da natureza, da distribuição da riqueza, da valorização dos saberes populares, da autonomia. Dessa maneira, conforme o autor, surge mais uma abordagem territorial, a de avaliar as condições existentes em cada território ou redes de territórios para que se possa potencializar programas de desenvolvimento com mais justiça social. Nesse sentido, intencionamos abordar no item a seguir nossas impressões com relação ao Plano Diretor municipal como instância oportuna da proposição e efetivação das relações de poder no âmbito da (re)produção do território na perspectiva do desenvolvimento local.

Relações de poder no âmbito territorial, na abordagem do plano diretor na Constituição Federal de 1988

Para compreendermos o processo participativo na elaboração de políticas públicas, cumpre refletir acerca da conceituação do poder que Foucault (2008) apresenta, este considera o Poder como algo que não se pode possuir, atribuir, mas simplesmente, mas sim, ser exercitado. Neste sentido, se considera que não existe em nenhuma sociedade divisão entre os que têm e os que não têm poder,

para este autor é exercido nas práticas cotidianas. De acordo com Foucault o Poder não existe, o que há são relações, práticas de poder.

Para Foucault (2008) o que faz com que o Poder se mantenha e que este seja aceito, é o fato deste não pesar apenas como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia e produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Esta concepção nos parece inerente a elaboração das políticas públicas participativas, as quais preconizam o princípio da participação e interação dos agentes sociais de uma dada sociedade circunscrita territorialmente, envolvendo Estado e sociedade local, de forma que ambos atuem na criação dessas políticas.

Observa-se, que o cenário político no Brasil perpassou, ao longo de seu processo civilizatório, por diversos entraves, em sua maioria, advindo do clamor social por maior espaço de diálogos referente às demandas sociais, garantindo um contexto mais democrático mais efetivo somente nas últimas duas décadas do século passado.

Neste sentido, foi efetivada em 1988 a elaboração da atual Constituição Federal, que garantiu a participação das comunidades, desde sua formatação textual, nos segmentos carentes de descentralização das decisões, no âmbito de execução das políticas referentes às demandas próximas ao cotidiano das comunidades no interior dos territórios municipais, efetivando também mecanismos de controle social. Assim, o texto conseguiu assegurar legalmente instrumentos de garantia de caráter deliberativo, onde a sociedade civil está mais incluída, garantindo assim, também o desenho e avaliação das políticas públicas.

Amparando nossa argumentação, referenciamos Kramer (2016), para quem, a CF de 1988, foi o marco legal e institucional das práticas de participação cidadã no Brasil. No cenário nacional, Kramer (2016) aduz ainda, que, ao refletir acerca dos avanços institucionais e legais do Brasil, considerando as últimas décadas, a respeito da participação da população na política, temos que nos remeter à CF de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, que tem um papel de extrema relevância no processo de participação cidadã no país.

A participação cidadã à luz da CF de 1988 é apresentada já em seu artigo primeiro, parágrafo único, afirmando que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”, neste sentido fica explícito à importância do cidadão ao indicar a possibilidade de sua participação direta da coisa pública (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988 garantiu a participação de diversos atores da sociedade em diferentes processos de tomada de decisão. Ou seja, o Estado não somente ampliou a participação da sociedade civil nas ações estatais, mas restabeleceu novas relações com essa sociedade. Relações que asseguram “a participação da população por meio de organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” conforme preconiza o artigo 204 e incisos da CF.

No intuito de reforçar a relevância da participação cidadã Kraemer (2016) faz algumas afirmações, dentre essas: “a democracia participativa é um processo permanente de educação para a cidadania ativa para que tenhamos uma população efetivamente ciente dos deveres e direitos que envolvem nossa sociedade, voltada para o bem comum”; “o regime democrático é fortalecido com a cobrança e o controle da população, ou seja, pelo exercício do controle social”; “a participação corrige os vícios de sistemas de governo desassociados da opinião pública, pois em muitas ocasiões o que observamos são ações de nossos governantes que não atendem os anseios reais da população” (KRAEMER, 2016, p. 80-81).

Mesmo com todos os entraves, a CF de 1988 foi um marco histórico para as políticas de proteção social, a partir dessa, as mesmas deixaram de possuir uma atenção restrita, centralizada e passaram a adotar um processo de descentralização com aspectos universais e inclusivos, muito embora ainda existam entraves para o alcance da efetividade das políticas sociais no Brasil (KRAEMER, 2016).

Ao analisar as formas de Poder Foucault (2008) acredita que não se trata de analisar as formas regulamentares e legítimas do Poder em seu centro, no que possam ser seus mecanismos gerais e seus efeitos constantes, mas sim de captar o Poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar esse Poder nas suas formas institucionais mais regionais e locais possíveis.

Conforme o pensamento apresentado cumpre destacar o previsto na Constituição brasileira e no Estatuto das Cidades, acerca da necessidade da implantação do Plano Diretor nos municípios sem prescindir da contribuição da sociedade local na formatação desta política.

A previsão legal do Plano Diretor está instituída na Constituição Federal de 1988, que institui no seu artigo 182 caput e parágrafo primeiro, quanto às diretrizes de políticas urbanas, das quais, se destaca a criação do Plano Diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana (BRASIL, 1988).

A lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 regulamenta o capítulo "Política urbana" da Constituição brasileira e tem como princípios básicos o planejamento participativo e a função social da propriedade, em seu artigo segundo e incisos I, II, III e IV, evidenciam-se quanto ao objetivo desta lei, também chamada de estatuto das cidades, no tocante a planejamento urbano ambiental.

Souza (2002) afirma que o planejamento e a gestão urbana têm como finalidade contribuir para uma mudança social positiva. De acordo com o autor o planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando se evitar ou minimizar problemas. O Plano Diretor é uma política pública de planejamento, suas revisões no mínimo a cada dez anos, visam garantir à continuidade desses objetivos.

O pensamento de Souza (2002) considera ser este o caminho mais legítimo democraticamente para alcançar mais justiça social e uma melhor qualidade de vida, se dá quando os próprios indivíduos e grupos específicos, definem os conteúdos concretos estabelecendo assim prioridades. Neste sentido, fica cristalino a ideia de pensar nas políticas públicas participativas como interação entre atores da sociedade para o bem comum, permitindo que estes atuem de forma efetiva.

Consustanciando a importância da política supracitada temos o pensamento de Castells (2015), no qual é essencial a capacidade de construir um consentimento para que se faça cumprir as regras que governam as instituições e organizações da sociedade; é através destas regras que as relações de poder se efetivam, pois, são frutos da conciliação dos agentes sociais em defesa de seus interesses sob a bandeira de seus valores. Para Castells (idem) é o processo de comunicação que medeia a forma pela qual as relações de poder são construídas e desafiadas em todas as áreas de prática social, incluindo a prática política.

A partir deste rápido aporte, fechamos este item ratificando que o Plano Diretor mais do que política de desenvolvimento local municipal, deve ser concebido como a forma mais palpável de abordagem das várias dimensões de interação da sociedade local, numa necessária nova visão de sociedade, pois é no lugar que a política, economia, cultura e natureza se perpassam; significa que o cuidado dispensado a uma dessas dimensões recai necessariamente às outras três (SAQUET, 2009).

Considerações finais

Para rememorarmos alguns pontos deste texto como considerações finais, abordamos inicialmente os conceitos de território e territorialidade com o intuito de compreendê-los e subsequentemente dialogar sobre as relações de poder na perspectiva da Constituição Federal de 1988, a qual preconiza a instituição da participação social no Brasil determinando a produção do Plano Diretor no âmbito do Estatuto das Cidades, como parâmetros maiores do desenvolvimento territorial em nível local.

É importante ressaltar, que antes mesmo de analisar o caráter objetivo da participação social, que é sua efetivação conforme preconiza a Carta magna, necessário se faz, entender a forma como a sociedade se organiza, compreender ainda o território para além da ideia de espaço, pois este é inerentes à apropriação e exercício do poder. Assim, é no âmbito do território que se efetivam as territorialidades em suas formas de manifestações expressas em relação de poder como defende Foucault (2008), como uma relação, não como uma coisa, mas como algo que se mantém por não funcionar apenas como uma força que nega direitos, ou impõe regras, mas que permeia discursos na possibilidade de proporcionar a interação social.

Especificamente, em relação ao Plano Diretor, vê-se, a participação social como relações de poder entre Estado e sociedade local, no intuito de atuarem em interação e efetivação de políticas públicas mirando o desenvolvimento local presente e futuro, como caminho democraticamente legítimo e de justiça social (SOUZA, 2002).

Portanto, o Plano Diretor, política pública municipal de desenvolvimento urbano é uma relação de poder que se manifesta através do poder público municipal e sociedade local que deve ser revisto em seus processos periódicos de revisão. Entender essa relação de poder, assim como observar como ela se manifesta e se expressa é de suma importância para observar se a constituição está sendo respeitada, garantindo o direito fundamental de participação dos cidadãos.

Referências

- BRASIL. **Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 28 jan. 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 28 jan. 2018.
- CASTELLS, Manuel. **“O poder na sociedade em rede”**. In: O PODER DA COMUNICAÇÃO. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 57-99.
- FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. São Paulo: Martins Fontes: 2008.
- HAESBART, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia, ano IX, n.17, 2007, p.19-46.
- KRAEMER, Carlos Frederico B. **Constituição Federal de 1988: o marco legal para a participação social no Brasil**. In: Gestão Social e conselhos gestores, v.3. Fernando Guilherme Tenório, Thais Soares Kronemberger, organizadores. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- POMBO, Olga. **Interdisciplinaridade e integração dos saberes**. Liinc em Revista, v.1, n. 1, mar. 2005, p. 3-15. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082/2778> > Acesso em: 25 jan. 2018.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Tradução: Maria Cecília França. França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia. Organizador: Antonio Carlos Robert Moraes. Coordenador: Florestan Fernandes. São Paulo. Editora Ática S. A, 1990.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma Abordagem Territorial**. In.: SAQUET, Marcos Aurelio & SPOSITO, Eliseu Savério. (organizadores) Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 73-94.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão Social: conceito**. In: Gestão Social e conselhos gestores, v.3. Fenando Guilherme Tenório, Thais Soares Kronemberger, organizadores. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

Enviado em 31/08/2022

Avaliado em 15/10/2022